

UFRRJ

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**IAB: A CULTURA MATERIAL INDÍGENA NA
FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA
ATUAIS MUNICÍPIOS DE BELFORD ROXO E NOVA
IGUAÇU.**

THAMYRES DE CARVALHO NUNES

**Nova Iguaçu
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**

**IAB: A CULTURA MATERIAL INDÍGENA NA
FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA
ATUAIS MUNICÍPIOS DE BELFORD ROXO E NOVA
IGUAÇU.**

THAMYRES DE CARVALHO NUNES

Sob a Orientação do Professor
Dr. Marcos José de Araújo Caldas

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do Grau de **Mestre em
Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no curso
de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e
Sociedade. Área de concentração: Patrimônio
Cultural: Memória, e Sociedade.

Nova Iguaçu

2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N972i NUNES, THAMYRES DE CARVALHO, 06/06/1998 IAB: a cultura material indígena na antiga freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, atuais município de Belford Roxo e Nova Iguaçu. / THAMYRES DE CARVALHO NUNES. - NOVA IGUAÇU, 2024.
111 f.: il.

Orientador: Marcos José de Araújo Caldas.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultura e Sociedade, 2024.

1. Cerâmicas Indígenas. 2. Decolonialidade. 3. Baixada Fluminense. 4. Arqueologia. I. Caldas, Marcos José de Araújo, 17/03/1969-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultura e Sociedade III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE



TERMO N° 449/2024 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.029648/2024-76

Nova Iguaçu-RJ, 25 de junho de 2024.

THAMYRES DE CARVALHO NUNES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração Patrimônio Cultural: Identidades e Sociedade

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21/06/2024.

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 25/06/2024 11:48)

MARCOS JOSE DE ARAUJO CALDAS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: ####330#8

(Assinado digitalmente em 25/06/2024 13:28)

RAQUEL ALVITOS PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: ####628#4

(Assinado digitalmente em 01/07/2024 10:22)

ONDEMAR FERREIRA DIAS JÚNIOR
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.107-##

(Assinado digitalmente em 25/06/2024 11:53)

SILVIA BARREIROS DOS REIS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.047-##

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 17:09)

NIELSON ROSA BEZERRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.647-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 449, ano: 2024, tipo: TERMO, data de emissão: 25/06/2024 e o código de verificação: 44b0202699

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha família por estar sempre presente e me auxiliar das mais diversas formas na conclusão de mais um ciclo. O meu profundo e sentido agradecimento ao meu companheiro Diogo Rodrigues por me apoiar e contribuir neste trabalho, estimulando-me intelectual e emocionalmente, estando ao meu lado em todos os momentos, meu parceiro para toda vida.

Agradeço ao meu orientador Dr. Marcos José de Araújo Caldas por toda paciência e amparo nas horas mais difíceis. Por indicar os caminhos e embarcar comigo nas mais diversas ideias, tornando-se extremamente importante para a realização desse trabalho.

Agradeço imensamente aos professores e responsáveis do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB – pelo auxílio em minha pesquisa. Foi fundamental a parceria com o Alessandro Silva, responsável pelo laboratório do Instituto, que me deu suporte durante toda pesquisa, assim como todos os curumins e auxiliares do laboratório. Ao professor Ondemar Dias Jr. e a professora Jandira Neto que estiveram comigo corroborando com os materiais e conhecimento acerca da Arqueologia e História local.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade – PPGPACS, da UFRRJ. Aos professores e colegas de pós-graduação pelo conhecimento compartilhado e enriquecimento coletivo e pessoal.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

NUNES, Thamyres de Carvalho. *IAB: a cultura material indígena na antiga freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, atuais municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Este trabalho analisa as cerâmicas indígenas encontradas na antiga Freguesia de St. Antônio de Jacutinga, na atual Baixada Fluminense, em específico no que tange os municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu, pertencentes ao Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB. Dentro de uma análise qualitativa, relacionamos decolonialidade, arqueologia e história, percebemos que, por mais que as fontes referentes ao período colonial, de viajantes principalmente, sejam importantes para compreensão dos povos indígenas ao qual estes estiveram em contato no que hoje compreendemos como Rio de Janeiro. Contudo, a sua utilização ainda demanda uma revisão e um olhar crítico para entender esse processo histórico e desmistificar a visão depreciativa acerca do indígena, construído por colonizadores europeus durante a exploração das Américas e replicado por uma literatura clássica. Nesse aspecto, a relação entre a arqueologia e a história, dialogando com a perspectiva decolonial, é essencial. Percebemos, assim, a importância de análise e divulgação dos objetos arqueológicos produzidos pelos grupos indígenas para relacionar a literatura referente a esses grupos étnicos e reafirmar sua presença na história local.

Palavras-chave: Cerâmicas Indígenas; Decolonialidade; Arqueologia; Baixada Fluminense.

ABSTRACT

NUNES, Thamyres de Carvalho. *IBA: the indigenous material culture in the former parish of Santo Antônio de Jacutinga present-day municipalities of Belford Roxo and Nova Iguaçu.* Dissertation (Master's Degree in Heritage, Culture and Society) Multidisciplinary Institute. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2023.

This work analyzes the indigenous ceramics found in the former Parish of St. Antônio de Jacutinga, in the current Baixada Fluminense, specifically with regard to the municipalities of Belford Roxo and Nova Iguaçu, belonging to the Institute of Brazilian Archaeology - IAB. Within a qualitative analysis, we relate decoloniality, archaeology and history, we realize that, as much as the sources referring to the colonial period, mainly from travelers, are important for understanding the indigenous peoples to whom they were in contact in what we now understand as Rio de Janeiro. However, its use still requires a review and a critical look to understand this historical process and demystify the derogatory view of the indigenous, constructed by European colonizers during the exploration of the Americas and replicated by a classic literature. In this aspect, the relationship between archaeology and history, dialoguing with the decolonial perspective, is essential. Thus, we perceive the importance of analyzing and disseminating the archaeological objects produced by indigenous groups to relate the literature referring to these ethnic groups and reaffirm their presence in local history.

Keywords: Ceramics; Indigenous; Decoloniality; Archaeology; Baixada Fluminense.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Mapa étno-histórico do Brasil e regiões adjacentes.....	28
Figura 2 - Mapa retirado do artigo de Lucia Helena Silva.	32
Figura 3 - Sede do IAB. Década de 1970.....	54
Figura 4 - Painel do prédio Salles Cunha	58
Figura 5 - mostra dos expositores originais usadas em sala de aula na década de 1960 - acervo IAB.	58
Figura 6 - Alessandro representante técnico do laboratório com os arquivos.....	60
Figura 7 - Reserva técnica - parte do prédio Clifford Evans.....	61
Figura 8 - Caixa com Fichas Catalográficas.....	62
Figura 9 - Ficha Catalográfica com uma estimativa de artefatos por fase delimitada pelo próprio IAB.....	63
Figura 10 - Ficha Catalográfica referente ao sítio da Baixada - fornecido pelo acervo do IAB.	64
Figura 11 - Planta dos Sítios da Baixada (Aldeia 1) e do Morro (Aldeia 2).	64
Figura 12 - Ficha Catalográfica - Sítio do Morro	66
Figura 13 - Mapa dos sítios Cruzeiro e Residência.....	67
Figura 14 - Ficha catalográfica sítio do Cruzeiro.	68
Figura 15 - Imagem retirada do livro de Ângela Buarque.....	69
Figura 16 - Mapa do sítio Vacaria.....	71
Figura 17 - Mapa da localização do Sítio da Prata.	72

LISTA DE ABREV. /SIGLAS

ABEPA	Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas Arqueológicas
IAB	Instituto de Arqueologia Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PPGPACS	Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultura e Sociedade
St.	Santo
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – DECOLONIALIDADE E OS POVOS ORIGINÁRIOS.....	19
1.1. PENSAMENTO DECOLONIAL – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	19
1.2. INDÍGENAS NO BRASIL – DOCUMENTO E LITERATURA.....	25
1.3. A PRESENÇA INDÍGENA NA LITERATURA SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE.	31
CAPÍTULO II – A CULTURA MATERIAL E OS GRUPOS ÉTNICOS.....	39
2.1. A ARQUEOLOGIA NO BRASIL	39
2.2. CULTURA MATERIAL INDÍGENA	46
CAPÍTULO III – O IAB, A ARQUEOLOGIA E OS POVOS INDÍGENAS.....	53
3.1. O INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA E SUA HISTÓRIA.....	53
3.2. O ACERVO ARQUEOLÓGICO DOS POVOS INDÍGENAS.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS.....	77
ANEXOS.....	82

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado de “IAB: a cultura material indígena na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga atuais municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu”. Versa sobre as relações entre os artefatos cerâmicos encontrados no Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB – e o grupo étnico Tupi-guarani que habitou o Recôncavo do Rio de Janeiro, em específico os atuais municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu, pertencentes a antiga região nomeada de Freguesia¹ de St. Antônio de Jacutinga. Igualmente, procuramos correlacionar com o conceito de *decolonialidade* no fazer da pesquisa. Ressaltamos também como estas reminiscências materiais são fulcrais para a preservação da memória² que se tem desses povos na localidade.

A nossa inquietação surgiu a partir de uma disciplina durante a graduação que abordava a história da Baixada Fluminense, assim: por que a pesquisa sobre a localidade estudada na disciplina trazia uma breve análise sobre os povos indígenas e um enfoque maior no período de presença negra escravizada e mais ainda nos períodos contemporâneos da localidade?

Essa indagação provocou a busca por mais informações sobre a presença indígena na região supracitada. Aqui, é importante destacar a localidade em que nos propusemos a analisar, a Baixada Fluminense, os municípios de Belford Roxo e parte do que hoje pertence a Nova Iguaçu, uma vez que Belford Roxo foi um distrito de Nova Iguaçu. Segundo a historiografia, a região possui múltiplas definições e o recorte é usualmente alterado a partir do objeto e objetivos do pesquisador³.

O município fazia parte da antiga Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga que, segundo Demetrio,

Ao lado da invocação mariana na formação de todas as demais capelas e freguesias do recôncavo, Jacutinga foi a única a incorporar o nome de uma aldeia indígena. Santo Antônio de Jacutinga compunha os territórios de partes dos atuais municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias, hoje conhecidos como compondo a Baixada Fluminense.⁴

¹ Salientamos que o termo *freguesia*, que é utilizado ao longo deste trabalho, carrega uma colonialidade imposta durante o processo de dominação, mas a utilizamos como forma de demarcar tanto a região dominada quanto sua delimitação atual, a fim de contextualizar o próprio termo.

² A memória seria formada; por acontecimentos vividos pessoalmente; vividos a partir da experiência do outro, através da projeção ou identificação com um passado, mesmo por pessoas que não o viveram; por ser constituída por personagens; e pelos lugares de memória, locais de realização dos atos de rememoração/comemoração. POLLACK, Michael “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol. 5, no. 10, 1992.

³ SOUZA, Marlúcia Santos De. *Escavando O Passado Da Cidade*: História Política da cidade de Duque de Caxias. UFF – Niterói, 2002.

⁴ DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: século XVII e XVIII*. UFF/Niterói, Rio de Janeiro. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 64.

A região se tornou economicamente atrativa por causa de seus rios que eram importantes vias de transporte e comunicação, o que contribuiu para a ocupação da região a partir da doação de sesmarias. Assim, “A primeira sesmaria foi dada a Cristóvão Monteiro em 1565, no mesmo ano da fundação da cidade do Rio de Janeiro, o que mostra a ligação entre a cidade e seu entorno”.⁵

Em conseguinte, segundo Souza,

[...] foi uma das freguesias do Recôncavo da Guanabara criadas no século XVII, e cuja economia estava voltada para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Nas margens dos rios Iguaçu e Meriti habitavam os índios Jacutingas[...]⁶

Diante disso, apesar da sua importância histórica e embora haja pesquisas interessadas sobre a presença nativa no Rio de Janeiro, entretanto, ao que se refere à região da antiga Freguesia de St. Antônio de Jacutinga, em específico o que hoje compete os municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu, ainda está em busca de seu espaço dentro dos estudos acadêmicos, principalmente quando relacionado aos povos nativos.

Nessa perspectiva de construir um campo mais amplo no debate da região supracitada é que encontramos o IAB que, em todo seu histórico dentro das pesquisas arqueológicas, nos traz a possibilidade de entender a relação dos nativos com a região da Baixada Fluminense a partir da materialidade. Esse possui uma forte ligação com a Baixada Fluminense, devido a sua sede se localizar em um dos municípios estudados e, o principal, que é a sua função de guardar e salvaguardar os bens arqueológicos da região da Baixada Fluminense. O IAB, fundado em 1961, é uma instituição de caráter científico-cultural, sem fins lucrativos que, dedica-se à Pesquisa, Ensino e Divulgação da arqueologia brasileira. Em 1965 estabeleceu sede própria na Vila Santa Tereza, em Belford Roxo-RJ.

Diante disso, consideramos primeiramente investigar as fontes arqueológicas⁷ referentes aos grupos indígenas - suas cerâmicas e fichas arqueológicas - que fazem parte do IAB, encontradas sobre a antiga Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga e que corroboram para o melhor entendimento sobre a construção historiográfica dos grupos indígenas. De tal modo, nosso intento foi investigar secundariamente a influência étnica no desenvolvimento histricocultural através das cerâmicas encontradas nos sítios arqueológicos referente a região

⁵ *Idem.*

⁶ Marlúcia Santos de Souza. Economia e Sociedade Iguaçana. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Mestrado em História (Mimeo), 2000. p. 28.

⁷ Os artefatos arqueológicos que utilizamos foram dispostos através de um convênio feito entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e o Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB.

analizada e apresentar a importância de se compreender as etnicidades das sociedades indígenas.

O principal trabalho de referência, no que compete aos artefatos arqueológicos indígenas na região supracitada, foi realizado por Ondemar Dias.⁸ Nessa investigação, a partir do estudo comparativo de dados reconstituídos sobre o material exumado de sítios encontrados no Recôncavo da Guanabara, o autor constatou que esses artefatos eram pertencentes a grupos indígenas ceramistas da família tupi-guarani e afirmou que:

As populações indígenas que deram origem a esses sítios, seriam, em suma, aqueles grupos que presenciariam a chegada dos europeus e participariam das lutas pela posse de terra. Uma vez conquistados, submetidos ou expulsos, em parte permaneceriam na região, aldeados pelas autoridades coloniais sobre a responsabilidade dos jesuítas. Na terra de suas antigas aldeias, agora somente “taperas” abandonadas estabelecer-se-iam as primeiras comunidades fluminenses do Recôncavo da Guanabara.⁹

Em vista disso, se tomarmos como base novas teorias e conceitos que surgiram no campo da História e da Arqueologia histórica, é possível pensar no processo de transformação vivenciado pelos povos indígenas não mais de forma unilateral. Partindo dessa reflexão, propomos investigar a cultura material¹⁰ indígena, assim como sua existência no Recôncavo da Guanabara de forma a compreender a importância de tal acervo e sua conservação para a história.

Contudo, salientamos que, sobre o uso da cultura material, nos aproximamos da reflexão de Marcelo Rede, o qual comprehende que a partir de meios sociais culturalmente estabelecidos, interagimos com o universo material, moldando-lhe forma e significados,¹¹ isto é, produzimos uma reflexão metodológica sobre um conjunto de artefatos a partir de uma perspectiva atual que em se questiona o modelo hegemonic e excludente, perspectiva esta chamada teoria decolonial.¹²

Ressaltamos que nos preocupamos com o contexto e a forma de produção, desse modo, procuramos desviar dos olhares eurocêntricos dos intelectuais que retrataram esses povos. Não

⁸ Arqueólogo e diretor do Instituto de Arqueologia Brasileiro (IAB).

⁹ DIAS, Ondemar. O Índio no Recôncavo da Guanabara. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 159, nº 399 - 1998, p. 432.

¹⁰ “[...] segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem”. MENESSES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, 1983, p. 112.

¹¹ REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

¹² A teoria decolonial traz à baila a necessidade premente e urgente de se produzir epistemologias pluriversais. Estas assentam-se em sujeitos, conhecimentos e práticas que foram invisibilizados, subalternizados e negados pela violência da colonização e da pós-colonização. Parte do reconhecimento de que o mundo colonizado e a periferia global pós-ocidental foram e continuam sendo submetidos a hegemonia do sistema mundo moderno-capitalista. QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept or the Americas in the Modern World-System, *International Social Science Journal*, 134, November, 1992, p. 549-556, UNESCO/ERES.

desconsideramos e nem descartamos as fontes produzidas pelo Ocidente europeu, mas entendemos e pontuamos suas intencionalidades.

Diante da delimitação e da definição do nosso tema de pesquisa, partimos da seguinte questão investigativa: como os artefatos arqueológicos, a luz das cerâmicas dos grupos tupiguranis encontradas, estariam relacionados com a presença destes povos étnicos na antiga Freguesia de St. Antônio de Jacutinga, atualmente encontrados no município de Belford Roxo? O que nos permite outros questionamentos como: qual a importância de reanalizar e de preservar os artefatos arqueológicos indígenas para a história da Baixada Fluminense? Qual a importância de uma instituição como o IAB para com a cultura material encontrada?

Portanto, a realização deste trabalho se dá a partir do interesse em compreender como estes sujeitos étnicos são inseridos nas pesquisas históricas e a possibilidade de reanalizar a partir de um cruzamento de fontes e novas discussões em torno da teoria decolonial. Além disso, necessidade de compreender o papel do Instituto de Arqueologia Brasileira e a cultura material indígena.

Diante disso, essa pesquisa visa contribuir para os estudos indígenas decoloniais e para a história e memória local e do Brasil, principalmente de forma a trazer em voga a cultura e sociedade dos povos nativos do Brasil, na tentativa de diminuir as lacunas referente a importância histórica desses agentes étnicos. Utilizando-se de um breve panorama histórico e social do período colonial e de noções gerais de suas características objetivas, o presente estudo relacionou as cerâmicas com registros acerca dos grupos tupis-guaranis presentes na antiga Freguesia de St. Antônio de Jacutinga. Com isso, ampliamos o olhar acadêmico para as representações indígenas existentes. Sendo assim, em resumo, nossa pesquisa visa contribuir para renovação da historiografia local, visando assim uma ruptura nas pesquisas tradicionais (eurocêntricas) referentes à Baixada Fluminense, onde a perspectiva parte-se do grupo étnico originário, que esteve e está presente em nossa construção como sociedade brasileira.

Trata-se de reconhecer o grupo étnico a partir de uma perspectiva decolonial, visando compreender a presença destes na região a partir dos objetos encontrados e selecionados no acervo, de tal modo que possamos investigar essa temática e contribuir para a divulgação desse conhecimento frente à sociedade brasileira. Dito isso, salientamos que a seleção dos objetos para análise foi baseada nos seguintes parâmetros: vestígios arqueológicos de origem indígena presentes no acervo do IAB; dentre estes selecionamos os artefatos encontrados nos municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu – parte da antiga Freguesia de St. Antônio de Jacutinga.

Os nossos objetivos desta investigação são: a) refletir sobre a relação entre os artefatos cerâmicos e os grupos indígenas presentes na região em análise; e, b) reconhecer a importância do IAB na salvaguarda da presença desses povos na história local e brasileira através da cultura material. Já sobre os objetivos específicos: buscamos compreender, dentro de uma perspectiva decolonial, os estudos sobre os povos indígena; bem como analisar a literatura histórica-arqueológica referente a esses grupos étnicos; assim como, promover o acesso ao acervo selecionado, referente a região que foi proposta para análise, como também ao próprio Instituto que detém a salvaguarda deste de modo a repensar a lógica da cultura material indígena presentes na região da antiga freguesia.

A pesquisa se apropria do pensamento decolonial,¹³ vertente que tem atentado-se para os aspectos discursivos sobre os conhecimentos e as práticas da vida sociocultural de determinado grupo que, por muito tempo, foi subalternizado, invisibilizado e negado pelo processo de colonização. Nesse sentido, os estudos de Walter Mignolo,¹⁴ Anibal Quijano,¹⁵ entre outros, contribuem para uma análise da sociedade através do reconhecimento de que o mundo colonizado foi e continua sendo submetido a hegemonia do colonizador.¹⁶

Sendo assim, buscamos entender o grupo étnico analisado através de sua produção material, o que difere de grande parte da literatura clássica sobre o assunto que tem se dedicado a estudo sob documentos produzidos pelos europeus. É preciso compreender que as diversas fontes documentais devem ser analisadas a partir de seus contextos de produção, não as renegando, mas criticando-as e utilizando dessas como um meio de contribuir para uma narrativa histórica decolonial.

Em vista disso, é possível compreender as prováveis relações estabelecidas entre os indígenas e os objetos que remontam a estes. Mais que isso, escolhemos, através da conexão entre a arqueologia e a história, rever a presença destes sujeitos étnicos por meio de sua produção material que foi escontrada e selecionada para essa pesquisa.

¹³ CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

¹⁴ MIGNOLO, Walter. *Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade*. Duke University, Durham, NC, EUA. Tradução de Marco Oliveira. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017,

¹⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: ____ *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

¹⁶ QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept or the Americas in the Modern World-System, *International Social Science Journal*, 134, November, 1992, p. 549-556, UNESCO/ERES.

Acerca dos estudos das fontes arqueológicas no Brasil, estes vêm se desenvolvendo nos últimos anos e consolidando sua reflexão ao longo das décadas, de forma a inserir uma produção que certifica a relevância ao tema e ao estudo que versa sobre arqueologia e história. Quando tratamos de bens arqueológicos, devemos considerar suas complexidades tanto na conservação, preservação e pesquisa, como no entorno, no solo e subsolo ao qual ele está inserido.¹⁷ Dentro da perspectiva de análise histórica-arqueológica, utilizamos os estudos de Pedro Funari¹⁸ que contribuem para a noção de nação e povo étnico, num território delimitado a uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), forma assim, o conceito de *cultura arqueológica*.¹⁹ A Arqueologia, portanto, possibilita desconstruir e construir as individualidades e a coletividade na cultura material. Além disso, a interdisciplinaridade nos permite analisar o processo histórico muito além dos papéis, conversa com todo material produzido pelo homem, seja ele escrito ou oral, sendo este segundo fundamental nas sociedades indígenas.

Nós embasamos também nas discussões de José R. B. Freire e John M. Monteiro, que respectivamente dialogam com as ideias de *protagonismo histórico dos agentes étnicos*²⁰ e as *adaptações sociais*²¹ que permitem compreender os povos indígenas dentro de seus contextos e de seus processos socioculturais. Assim, indagando a justificativa de ausência indígenas no processo histórico regional com o argumento de carência de fontes próprias, onde a questão não são as fontes, pois elas existem de diversas formas, mas as perguntas que fazemos a elas.

Além disso, os pensamentos de Daniel Munduruku e Ailton Krenak corroboram para compreender a participação indígena ao longo do processo histórico brasileiro, nos movimentos sociais e culturais na contemporaneidade, principalmente no que tange as perspectivas de lutas territoriais e de memória cultural, valoriza a comunidade indígena como sujeitos históricos.

Munduruku questiona uma característica de pureza, de estilo de vida que foi imposta

¹⁷ CALI, Plácido. *Políticas Municipais de Gestão Do Patrimônio Arqueológico*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Arqueologia. São Paulo, 2005.

¹⁸ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó*. V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005. – Semestral. Disponível em: <www.cerescainfo.ufrn.br/mneme>. Acesso em janeiro de 2022.

¹⁹ Esta seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado. Este modelo está calcado em suas origens filológicas e históricas e surgiu no contexto da busca das origens pré-históricas dos povos europeus, tendo surgido na Alemanha, com Gustav Kossina, e se generalizado graças à genialidade de Vere Gordon Childe.

²⁰ Participação histórica ativa dos grupos étnicos originários, reduzidos por europeus à índios.

²¹ As ações dos povos indígenas em relação a cultura impostam pelo europeu, sua adaptação como forma de resistência, sobrevivência.

pelo homem branco aos povos indígenas como algo imóvel, “parado no tempo”. São autores, assim como outros que traremos ao longo da pesquisa, que nos permitem ressignificar o olhar para a questão étnica no Brasil. A fundamentação teórica do trabalho é baseada na importância histórica de acervos arqueológicos, documentais e científicos e a influência de suas mudanças até hoje para a humanidade. Pretendemos compreender a cultura e a formação da memória desses nativos a luz do conjunto de suas cerâmicas e o cruzamento com as fontes produzidas ao longo do tempo.

Do mesmo modo, o levantamento bibliográfico foi fundamental para tratar das relações entre o sujeito e o lugar social, discutindo assim, os processos de etnicidades sobre estes grupos que foram marginalizados dentro da estrutura colonial/moderna. A nossa pesquisa consiste na análise qualitativa sobre um corpus documental formado por artefatos arqueológicos indígenas, fichas de campo e análises desses objetos, que foram selecionados do acervo do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB –, assim como um conjunto de documentos cartográficos e uma revisão bibliográfica que corroboraram na identificação da presença indígena na história local e nos territórios que hoje compõem a Baixada Fluminense. A revisão literária consistiu em identificar um problema a partir da literatura já existente sobre a temática, assim como as novas propostas de pensamento, no nosso caso, sobre a arqueologia histórica indígena, mas principalmente sobre o pensamento decolonial em relação aos aspectos sociohistóricos dos grupos étnicos.

Assim, avaliamos e refletimos sobre textos de revistas, artigos, teses e dissestações, jornais e publicações online. Acessamos as seguintes plataformas: periódico CAPES, SCIELO; LILACS; Dialnet; Google Acadêmico e Biblioteca brasileira digital de teses e dissertações. Para isso, utilizamos os seguintes indexadores: artefatos arqueológicos tupi-guarani; memória indígena; decolonialidade e memória; povos tupis-guaranis e freguesia de St. Antônio de Jacutinga. Reforçamos que a nossa análise se pauta pela qualidade, mas também a quantitativo, priorizamos, assim, o debate mais atual sobre a temática da investigação.

Portanto, começamos pelo levantamento bibliográfico sobre o tema abordado (em artigos, livros, dissertações, teses, meios eletrônicos etc.), para constituição do instrumental teórico que serviu de subsídio às investigações e para os debates a respeito da temática. Foram englobadas obras que tratam de como a temática indígena, suas permanências e transformações na sociedade são abordados e documentados, do mesmo modo como os debates sobre os conceitos de memória e decolonialidade vem sendo abordados. Este processo foi contínuo ao

longo da pesquisa.

Em seguida, fizemos um levantamento das fichas de campo e análise pertencentes ao IAB, que estavam de acordo com a catalogação física e digital. Coletamos todas as informações disponíveis, bem como sinalizamos as que não possuíam informações. Foi disponibilizado pelo professor/diretor da instituição, Ondemar Dias, um pequeno acervo cartográfico, fotográfico e textual pessoal de análise não publicado referente aos sítios que selecionamos ao longo do levantamento de fichas. Este processo possibilitou um melhor entendimento das peças na etapa de análise dos artefatos apresentados ao logo da pesquisa. A partir desse levantamento, conseguimos perceber as informações técnicas apresentadas nos artefatos selecionados na etapa de investigação do objeto, o que nos possibilitou pensar e identificar os símbolos e formas que corroboram, juntamente com as discussões bibliográficas, na construção de uma memória desse grupo étnico.

Deste modo, trabalhamos os artefatos em conjunto com os textos centrados na formação/transformação cultural-social dos grupos indígenas. Mesmo que os contextos históricos, geográficos e temporais sejam diversos, o somatório destes e a análise dos artefatos arqueológicos localizados e registados pelo IAB, permitem uma possível compreensão acerca da cultural dos Tupis-guaranis, possibilitando assim, a compreensão histórico-cultural deste grupo étnico a partir de sua própria produção material. Corroborando, portanto, em uma possível relação do acervo com os grupos que estiveram presentes na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

Deste modo, dividimos a pesquisa em três capítulos, sendo estes caracterizados da seguinte forma: o primeiro capítulo versa sobre uma breve análise da literatura decolonial e suas possibilidades para reanalizar sociedades étnicas. Assim como, trazemos uma análise bibliográfica referente aos povos indígenas no Brasil, no Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, dialogando com as transformações e permanências ao longo do processo histórico. Portanto, analisamos as diferentes fontes e como compreendê-las dentro de suas intencionalidades, a fim de corroborar para os debates sobre os grupos étnicos subalternizados ao longo do tempo.

O *segundo capítulo* foi pensado de modo a analisar o desenvolvimento histórico da arqueologia no Brasil e seus debates e transformações, bem como a legislação referente aos bens arqueológicos. Analisamos também, a cultura material indígena, tendo sempre como eixo o pensamento decolonial, dialogando, assim, a literatura indígena e não indígena sobre as características, composições e funções da arqueologia étnica.

O terceiro e último capítulo, nos atentamos para o acervo do IAB selecionado para este trabalho e que possui relação com a região estudada. Nós atentamos para a história e estruturação do Instituto bem como a importância do acervo para o estudo dos grupos indígenas da Baixada Fluminense. Corroborando, assim, para um novo olhar, sobre fontes diferentes e a presença destes grupos na história local.

CAPÍTULO I – DECOLONIALIDADE E OS POVOS ORIGINÁRIOS

1.1. Pensamento Decolonial – uma breve contextualização

Para entendermos o pensamento *decolonial*²² e sua aplicação no debate acerca dos povos indígenas, é necessária uma breve contextualização. Temos como base para pesquisa autores como Walter Mignolo, Rogério Haesbaert, Catherine Walsh, Anibal Quijano, entre outros, utilizados para contextualizar o pensamento, a fim de corroborar para os estudos sobre os grupos étnicos subalternizados, ao longo do tempo, por uma visão distorcida e criada por uma academia eurocêntrica.

Segundo Mignolo:²³ “Comecemos por lembrar que a modernidade/colonialidade/descolonialidade são três palavras distintas e um só conceito verdadeiro”.²⁴ Ou seja, o autor traz esse trio de palavras como um conjunto complexo de poder que precisa ser pensado dentro de

²² A teoria decolonial traz à baila a necessidade premente e urgente de se produzir epistemologias pluriversais. Estas assentam-se em sujeitos, conhecimentos e práticas que foram invisibilizados, subalternizados e negados pela violência da colonização e da pós-colonização. Parte do reconhecimento de que o mundo colonizado e a periferia global pós-ocidental foram e continuam sendo submetidos a hegemonia do sistema mundo moderno-capitalista. QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept or the Americas in the Modern World-System, *International Social Science Journal*, 134, November, 1992, p. 549-556, UNESCO/ERES.

²³ Walter D. Mignolo é argentino, licenciado em Filosofia e Literatura, possui doutorado em Semiótica e Teoria Literária pela École des Hautes Études - EPHE na VI Seção: Sciences Économiques et Sociales, França. É conhecido como uma das figuras centrais do pensamento decolonial latino-americano e como membro fundador do Grupo modernidade/colonialidade. GALLAS, Luciano. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Edição 431 | 04 novembro 2013. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5253-walter-mignolo>>. Acesso em 04 de março de 2023.

²⁴ MIGNOLO, Walter. *Desafios Decoloniais Hoje [Decolonial challenges today]*. Epistemologias Do Sul, Foz Do Iguaçu/PR, 1, p. 13, 2017. Este autor trabalha com as noções de descolonialidade e decolonialidade como sinônimos.

seu contexto e propósito. Há tempos, as pesquisas acadêmicas vêm lidando com os diversos discursos que demandam abrangências nas experiências antes silenciadas por narrativas ditas “oficiais”. Nesse caso, as novas proposições, não generalizantes e universais, divulgam outras perspectivas, possibilitando o distanciamento de um olhar eurocêntrico e globalizante. Em vista disso, o ângulo de análise deve ser guiado pelas múltiplas experiências em relação aos saberes e ao fazer histórico, alinhado às perspectivas que por muito tempo teceram sujeitos ao espaço da subalternidade.

Seguindo o pensamento de Mignollo, em uma entrevista, o autor comenta que “[...] assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis”.²⁵ Percebemos que a discussão trazida dentro da perspectiva decolonial aponta para uma estrutura modernizante enraizada e fundamentada em um histórico violento de dominação. O grupo modernidade/colonialidade²⁶ introduziu alguns dos conceitos importantes para o entendimento da decolonialidade. A distinção que se constrói entre os conceitos de colonialismo e colonialidade onde, o primeiro trata de um processo histórico temporal e o segundo é a instalação desse processo na vida social dos sujeitos que foram colonizados,²⁷ é a primeira parte da discussão acerca da desconstrução histórica de grupos “subalternizados”.

Diante disso, salientamos que no final do século XX, as categorias Modernidade/ Colonialidade, trouxe consigo o objetivo de realizar um “giro decolonial”²⁸ com a finalidade de produzir novas teorias e metodologias que concedesse destaque aos sujeitos, as práticas e aos saberes subalternizados pelo processo social de colonização, para contribuir na superação de uma perspectiva de universalidade.

²⁵ MIGNOLO, Walter. *Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade*. Duke University, Durham, NC, EUA. Tradução de Marco Oliveira. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017, p. 4.

²⁶ Constituído no final dos anos 1990. Formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”. BALLESTRIN, Luciana. *O giro decolonial e a América Latina*. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, p. 89, 2013.

²⁷ PRADO, Kelvin Oliveira de. Teoria pós-colonial, decolonialidade e a escrita da História: aproximações epistemológicas e demandas políticas subalternas em emergência. *Revista Discente Ofícios de Clio*. Pelotas, vol. 6, n° 10, p.328 | janeiro – junho de 2021 | ISSN 2527-0524

²⁸ Giro decolonial ou virada decolonial nasce de uma expressão usada no campo da história da linguística para explicar a mudança de paradigma ocorrida na década de 1920 no campo da teoria da linguagem. Em inglês se chama "linguistic turn".

Em vista disso, o giro decolonial é um conceito em desenvolvimento que significa mudar de direção e possui um sentido de dissociação. Portanto, significa mudar de direção e dissociar-se de algo na história sobre uma perspectiva científica que permita maior criticidade aos processos. O decolonialismo surge após a Conferência de Bandung (1955)²⁹ que trazia consigo o debate de uma proposta que fosse além da bipolaridade do mundo em meados do século XX. Muito além da dualidade capitalismo/socialismo, a Conferência optou por *descolonizar*, romper com a ocidentalização, com as marcas e narrativas ocidentais.³⁰

Posteriormente à conferência em questão, os diversos grupos modernidade/colonialidade emergiu, na América Latina em específico, a partir da percepção de que o ato de descolonizar, proposto em Bandung³¹ e o entendimento de um poder enraizado neste processo colonizador, permite ressignificar o olhar e os estudos sobre os povos, indivíduos, que foram subalternizados e *excluídos* em todas as esferas da estrutura social.³²

Em resumo, a decolonialidade ou pensamento decolonial surgiu como uma escola de pensamento utilizada essencialmente pelo movimento latino-americano emergente e com o objetivo de libertação da produção acadêmica de um conhecimento epistêmico de viés eurocêntrico. Dito isso, a de(s)colonialidade ocorreu a partir de um movimento de transformação das ex-colônias europeias em Estados-nações e num movimento de se desvincular da dominação estrutural do ocidente.³³ Aníbal Quijano³⁴ aponta que o eurocentrismo permanece não só no grupo dominador europeu, mas também no grupo dominado que, disciplinado em suas perspectivas, mecaniza a vivência em um padrão de poder.³⁵

²⁹ A Conferência Afro-Asiática ou Conferência de Bandung, como também é conhecida, foi um marco, uma referência e uma inspiração no período da Guerra Fria para povos e países do chamado Terceiro Mundo. Aconteceu em um momento em que a solidariedade entre as nações recém-independentes foi de encontro aos conflitos bélicos e diplomáticos da Guerra Fria, desafiando o modus operandi de atrito contínuo entre as superpotências. REIS, Raissa Brescia; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. Bandung, 1955: ponto de encontro global. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 309-332, maio/ago. 2019.

³⁰ MIGNOLO, W. Desafios Decoloniais... Op. Cit. p 15, 2017.

³¹ Bandung foi a conferência que propôs a "terceira via", como forma alternativa à polarização do mundo capitalista X comunista.

³² BALLESTRIN, Luciana. *O giro decolonial...* Op. Cit. 2013.

³³ MIGNOLO, Walter; PINTO, Júlio Roberto de Souza. *A modernidade é de fato universal?* Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul./set. 2015.

³⁴ Aníbal Quijano foi um sociólogo, reconhecido por ter desenvolvido o conceito "colonialidade do poder". Seu trabalho tem influenciado nos campos das pesquisas e estudos decoloniais e da teoria crítica.

³⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: ____ *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

No texto de Oliveira, “[...] a decolonialidade apresenta-se como luta e resistência contra os padrões de poder e, de acordo com Walsh, existe há mais de 500 anos. Portanto, a sua existência/reexistência emerge ao passo que se afirmam/reafirmam as colonialidades”.³⁶ Ou seja, as raízes desse processo de imposição social, cultural, política e econômica são profundas e precisam ser compreendidas em sua totalidade para assim serem enfrentadas e desconstruídas. Isto é:

Em outras palavras, a de(s)colonialidade, muito mais que resultado de uma exigência acadêmica, um novo paradigma ou “corpo teórico”, é uma demanda da vida de pessoas/grupos reais que nos convocam como parceiros em busca não apenas de respostas, mas também de ações concretas que (n)os auxiliem na construção de um outro mundo –ou na abertura de horizontes para outros mundos possíveis—.³⁷

O processo de dominação se estabelece principalmente na intelectualidade.³⁸ Melhor dizendo, as pesquisas historiográficas, em sua grande maioria, trazem uma perspectiva colonizadora, mas não ao todo de forma propositada. Temos raízes culturais fincadas na erudição da Europa Ocidental, onde a escrita, inconscientemente ou não, é abordada a partir de concepções científicas desenvolvidas por teóricos europeus em um contexto em que a colonialidade/modernidade se fez presente. Dentro desta discussão de dominação europeia, é possível perceber que a Europa Ocidental, produziu e arraigou noções de soberania de si para com os povos colonizados, reestruturando o início de seus processos histórico-culturais a partir da noção de modernidade/colonialidade imposta. Acreditam ser portadores e criadores únicos de tal modernidade e que confere aos demais povos a categoria de inferioridade. Consequentemente, por se considerarem anteriores aos povos dominados/coloniais no processo histórico.³⁹

“A colonialidade” e aquilo que intelectuais chamam de “suas influências perniciosas nas instituições, nas sociedades e nas mentes representam um enorme obstáculo” às pesquisas acadêmicas. “O privilégio epistêmico do mundo ocidental, antes de tudo no mundo europeu, foi construído a partir do genocídio epistêmico dos sujeitos colonizados, dificultando, assim, a manifestação de suas formas de conhecer e conceber o mundo e as relações dos seres humanos

³⁶ OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; MARIZETE, Lucini. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. *Boletim Historiar*, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115.

³⁷ HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense. p. 9, 2021.

³⁸ MIGNOLO, W. Desafios Decoloniais... Op. Cit. 2017.

³⁹ *Idem*.

com a natureza”.⁴⁰ Em vista disso, compreendemos o processo de descolonizar como uma forma de construir uma perspectiva de pensamento e, a partir da sua ótica, que leve em consideração os diversos povos e sua produção cultural. Também, que contribua na formação do mundo e que possa ser apontada sua significância.

O conhecimento que é produzido em outros lugares que não seja na Europa, presume inferioridade, permite assim, que o Ocidente se faça hegemônico, podendo então definir o que é verdade, determinando suas perspectivas e representações acerca da realidade. Esse monopólio do conhecimento vem permitindo a continuidade das estruturas coloniais de dominação institucional, depreciando os diferentes conhecimentos, fontes e sujeitos frente ao projeto colonial/moderno.⁴¹

Essa concepção de supremacia europeia, no que tange a modernidade e sua relação com a colonialidade, ainda é percebida nas pesquisas acerca dos indígenas no Brasil. O impacto da reprodução de uma imagem idealizada contribui na perpetuação da narrativa do colonizador. Os povos colonizados têm suas histórias escritas dentro de um processo de transição e de constante tentativa de alcançar o “outro”, imaginado como modelo ideal de modernidade e de desenvolvimento. Esse fato esconde a diversidade destes povos que foram subjugados.⁴²

Não discordamos que muito tem sido discutido e revisto sobre a temática indígena, mas a proposta decolonial, de reconhecer e se desprender das amarras epistêmicas colonizadoras, precisa ser incorporada nos novos debates acerca do tema supracitado, já que:

O pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial.⁴³

As novas interpretações da história se relacionam com as transformações epistemológicas e de poder. Os grupos subalternizados, atualmente, conquistam e reivindicam a legitimação de suas narrativas em espaços hegemônicos de poder, tornando possível o reconhecimento representativo de suas culturas, memórias e de sua própria existência.⁴⁴ Além de ser uma luta constante de afirmação e reafirmação, já que “[...] a decolonialidade é, principalmente, um termo que significa [...] uma luta contínua contra as colonialidades impostas aos grupos subalternos”.⁴⁵

⁴⁰ TAVARES, Manuel; SANTOS, Eduardo. Um Giro Decolonial: Perspectivas Para Uma Nova Geopolítica Epistêmica. Universidade Nove De Julho (PPGE-Uninove). *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol.6, n.1, jan.- abr. 2020, p.104-117.

⁴¹ *Ibidem*, p. 110. 2020.

⁴² PRADO, Kelvin Oliveira de. Teoria pós-colonial, decolonialidade... Op. Cit. p. 336. 2021.

⁴³ *Ibidem*, p. 3.

⁴⁴ PRADO, Kelvin Oliveira de. Teoria pós-colonial, decolonialidade... Op. Cit. 2021.

⁴⁵ OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; MARIZETE, Lucini. O Pensamento Decolonial... Op. Cit. p. 98. 2021.

A atitude decolonial é o “grito de espanto” que ocorre individualmente, ou seja, é a atitude do próprio sujeito frente ao horror da colonialidade em busca de mudanças quanto às colonialidades do saber, do ser e do poder. [...] Portanto, sem a atitude decolonial, assinala o autor, não há mudança no mundo por meio da decolonização, pois a primeira mudança é a do próprio sujeito com o “grito de espanto”.⁴⁶

Consideramos então que a documentação, as fontes ocidentais ou ocidentalizadas, não estão sendo descartadas, reconhecemos sua importância para o processo histórico, bem como utilizamos estas ao longo deste trabalho. Contudo, percebemos que ela precisa ser questionada e contextualizada. Por mais que tenhamos pesquisas que promovam estudos das diferentes culturas e aspectos próprios das sociedades originárias, estas ainda dialogam pouco com as possibilidades do pensamento decolonial e permanecem com os elos implícitos com a colonialidade intelectual.

Assim,

Torna-se evidente que as instituições de produção de conhecimento são, também, espaços de perpetuação ou problematização de tais pressupostos, visto que as narrativas da história são disputadas, escrevê-las é, assim, um ato de poder e de legitimação. Isso não é algo dado, é um ato político, porque datas, memórias, lembranças e esquecimentos são parte de tradições seletivas perpetuadas no tempo por meio de escolhas, como em figuras que recebem tratamentos distintos ao longo da história.⁴⁷

O conhecimento, portanto, é transformado, criado e recriado a partir de disputa e interesses ou necessidades próprias, ancorado assim, em projetos com orientação política e histórica. Dito isso, “A decolonialidade requer desobediência epistêmica, porque o pensamento fronteiriço é por definição pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a autonarrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade”.⁴⁸ A luta pelo fim das estratégias de dominação e controle sobre os povos que foram colonizados, em seus conhecimentos e produções, nesse sentido, emerge como valorização dos nossos saberes, da ancestralidade e da oralidade.

A ideia de transcender a colonialidade, mas não apenas como um processo político-territorial, é no sentido de uma luta contra uma imposição de um Estado externo, de ruptura e de superação de uma visão hegemônica. Pensar as experiências desses sujeitos que foram colonizados, significa revisar a produção de conhecimento a partir das subjetividades, sendo estes importantes para repensar a produção do conhecimento de maneira mais ampla. Não

⁴⁶ *Ibidem*, p. 99-100.

⁴⁷ PRADO, Kelvin Oliveira de. Teoria pós-colonial, decolonialidade... Op. Cit. p. 331. 2021.

⁴⁸ MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais... Op. Cit. p. 30. 2017.

desconsideramos o projeto de modernidade, mas sugerimos uma reflexão e observação às construções de modernidades alternativas, não só um único modelo Ocidental.

Simplesmente, não ignoramos o que já foi produzido e tudo o que foi colocado, mas questionamos que esta não é a única forma de produzir conhecimento. A produção do pensamento moderno científico, moderno ocidental e a estruturação desse conhecimento dentro das universidades põe em discussão a hierarquia, não só em relação à produção do conhecimento por si, mas a forma como esse conhecimento está sendo produzido dentro das universidades.

Dessa forma, devemos considerar não apenas as decorrências do colonialismo, mas principalmente as consequências da colonialidade para além da independência política dos povos colonizados.⁴⁹ Devemos, portanto, repensar a diversidade de fontes, o acesso e o uso destas na produção de um conhecimento acerca dos povos originários no Brasil, a partir da perspectiva decolonial. Desprender-nos de uma lógica ocidentalizante, sem negá-la, e utilizando-a, mas contextualizando e identificando suas intencionalidades e as permanências coloniais.

1.2. Indígenas no Brasil – documento e literatura.

Ao longo do tempo, a história dos povos indígena foi sendo estudada, analisada e, recentemente, reanalisada de modo a corroborar no entendimento do processo de idealização de uma identidade nacional. Esse pensamento, acerca dos sujeitos étnicos no processo histórico, foi produzido de modo a refletir os interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes em terras brasileiras. O contexto histórico desses grupos étnicos sofreu com as mudanças e intervenções colonizadoras ao longo dos anos.

A sua existência remonta a um período anterior ao que vemos na construção histórica eurocêntrica, mas como já dito, o conhecimento acadêmico, por muito tempo, pautou-se em uma visão de mão única, onde o indígena era visto como agente passivo e dominado no cenário de colonização europeia.

A historiografia sobre os povos indígenas, por décadas, foi pensada e construída a partir de uma narrativa e de uma perspectiva produzida pelo colonizador. Viajantes que estiveram no Brasil em contato com esses grupos e registraram a sua visão do cenário ao qual se inseriram. As fontes documentais, cartográficas, religiosas, entre outras, utilizadas nos estudos sobre os povos indígenas, também, em sua maioria, foram produzidas pelo europeu que estivera em

⁴⁹ REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial... Op. Cit. 2018.

terras brasileiras. Aqui remontamos a uma fala anterior, não descartamos essas fontes, foram e são importantes para entender o processo histórico, mas é preciso entendê-las em seu contexto de produção e questioná-las.

A imagem do indígena, por muito tempo, foi perpetuada e associada com a visão colonizadora. Como afirma José Ribamar Bessa Freire,⁵⁰ ainda hoje reproduzimos equívocos ao que se refere a imagem indígena. Grande parte da sociedade ainda possui uma visão estereotipada dos nativos brasileiros, um imaginário que associa estes indivíduos a ingenuidade frente à colonização, a selvageria na relação com o europeu, a nudez e a natureza. Culturalmente foram ressignificados e perderam suas identidades étnicas. Losada, em seu trabalho, também expõe que:

A pouca atenção dada à questão indígena pela historiografia brasileira é um claro indício da existência de sérios vícios teóricos e metodológicos presentes na maneira corrente de escrever-se a história do processo de ocupação e colonização territorial. Se isso está correto, como creio que está, o que dizer, então, das inúmeras situações em que a presença indígena foi totalmente ignorada a ponto de fazer-nos crer que eles nunca existiram nas terras depois ocupadas e repovoadas?⁵¹

As informações sobre os grupos indígenas na história foram genericamente apontadas por europeus em seus documentos e relatos. Quando nos referimos a estimativa demográfica, a exemplo, nos séculos XVI e XVII, sofremos com informações que foram encontradas em períodos posteriores, mas apontadas de forma generalizante em contexto anterior e anacrônico. Assim como grupos étnicos que não existiam em determinados lugares, mas aparecem em estudos históricos nesses lugares.⁵²

Assim, o autor ainda acrescenta que:

Especialista em demografia histórica, Maria Luiza Marcílio (2004) adotou os números de Hemming, enfatizando o caráter precário e incompleto das fontes coloniais. Marcílio lembrou a depopulação sofrida pelas populações indígenas através de guerras de conquista, extermínio e escravização, além do contágio de doenças, como a varíola, o sarampo e a tuberculose, que dizimavam grupos inteiros rapidamente, sofrimento testemunhado por jesuítas como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega.⁵³.

⁵⁰ FREIRE, J. R. Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. In: *Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)*. Nº 01. setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas.

⁵¹ LOSADA, Vânia Maria Moreira. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. *Diálogos Latino-americanos*, núm. 3, 2001, pp. 88. Aarhus Universitet, Aarhus, Dinamarca.

⁵² MONTEIRO, John Manuel. A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500". In: Silva, Aracy Lopes da & Grupioni, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p.224-226.; A Presença Indígena na Formação do Brasil / João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire. *Os índios do Brasil em 1500* pp. 23-24 – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

⁵³ A Presença Indígena na Formação do Brasil / João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire. *Os índios do Brasil em 1500* pp. 23-24 – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Percebemos aqui o desencontro de informações quanto a demografia indígena, assim como outros tipos de informações referentes a esses grupos. Esse tipo de situação acontece em diversos estudos que utilizam das documentações sem as criticá-las e contextualizá-las. Por mais que vejamos tentativas de reanalizá-las, em grande maioria, sobre os povos indígenas que viviam no Brasil, as informações produzidas pelos europeus são as predominantes na construção historiográfica.

Coube a missionários religiosos, viajantes e nobres portugueses, franceses e holandeses, que circularam pelo Brasil ou aqui se instalaram, atuarem como cronistas da vida no novo mundo. Os seus relatos foram ilustrados por diversos artistas que divulgaram imagens marcantes para o imaginário europeu. Pero de Magalhães Gandavo, Jean de Léry (ver leituras adicionais), Hans Staden e André Thevet foram alguns dos autores que associaram texto e imagens em seus relatos. Ao falar “da condição e costumes dos índios da terra”, descrevendo as aldeias e o comportamento dos índios nas guerras e no cotidiano, Gandavo (1980) interpretou o modo de vida indígena de uma forma que se tornou recorrente entre os cronistas, a exemplo de Gabriel Soares de Souza (1971): a falta das letras F, L, e R na língua indígena implicaria uma sociedade sem fé, sem lei e sem rei⁵⁴.

Destacamos que as disputas de discurso são perceptíveis nesses relatos de viajantes. As descrições da fauna e flora, por exemplo, encontradas em *Les Singularités de la France Antarctique*,⁵⁵ possuem muitas similaridades com a obra *Viagem à terra do Brasil*.⁵⁶ Portanto, "Há diferenças de estilos, mas não devemos esquecer a importância da obra de Thevet para que Léry pudesse compor seu relato."⁵⁷ Esses fatores nos permitem compreender a questão da escrita, onde o contexto francês influenciou na crônica de Lery, pois foi publicada vinte anos depois de sua ida ao Brasil, ou seja, Léry escreveu em sua realidade, a partir de suas memórias e a sua disputa de narrativa com Andre Thevet.

Portanto,

As descrições geográficas e culturais da vida desses povos elaboradas pelos cronistas coloniais contêm inúmeras limitações. Frequentemente se equivocavam na identificação das populações, e pouco compreendiam como os índios se rearticulavam para fazer frente ao projeto colonial português [...] Tal identidade ocultava as iniciativas indígenas, os processos socioculturais intertribais de aliança ou conflito com colonizadores.⁵⁸

⁵⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 23-24.

⁵⁵ Apoiado pela nobreza, Thevet viaja junto com Villegagnon para registrar a França Antártica no Novo Mundo. Em 1557 publica sua obra *Les Singularités de la France Antarctique*. Cf. PIRES, Frederico Pieper. *Jean de Léry: Entre a medievalidade e a modernidade*. Revista Caminhando, vol. 8, n. 1 [11], 2003.

⁵⁶ LÉRY, Jean de. - *Viagem à terra do Brasil*. Tradução integral e notas de Sérgio Millet / segunda edição de Paul Gaffarel com o Colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa / Biblioteca do Exército — EDITORA. 1961.

⁵⁷ PIRES, Frederico Pieper. *Jean de Léry: Entre a medievalidade e a modernidade*. *Revista Caminhando*, vol. 8, n. 1 [11], 2003.

⁵⁸ OLIVEIRA; FREIRE. *A Presença Indígena...* Op.Cit. p. 21-22.

Percebemos assim que, mesmo com um processo violento de colonização, esse fator não é o único para uma mudança geográfica, cultural e inclusive demográfica, como o próprio Oliveira afirma em seu texto com suporte cartográfico de Curt Nimuendaju.⁵⁹ A dispersão populacional que vemos no mapa se dá, principalmente, “por diversas reações dos povos indígenas ao contato com os colonizadores e uma possível tentativa de escape à escravidão e às consequências das moléstias trazidas pelos europeus”⁶⁰.

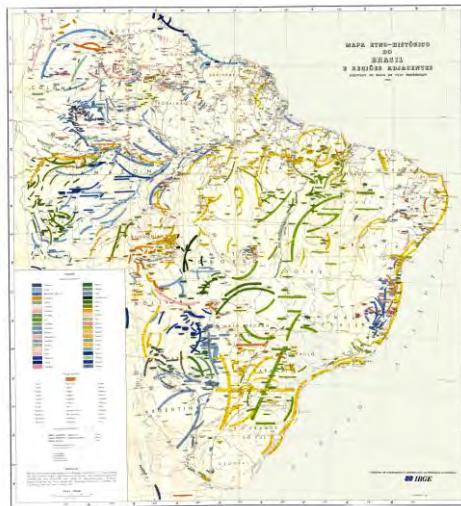


Figura 1 - Mapa étno-histórico do Brasil e regiões adjacentes.

Segundo Almeida,

Com base nas novas tendências teóricas e conceituais da História e da Antropologia, já não é possível pensar esse processo de intensas mudanças vivenciadas pelos povos indígenas de forma unilateral, considerando apenas a ação dos colonizadores e vendo os índios como massa passiva de manobra que, ao invés de agir por interesses próprios, submetiam-se docilmente às imposições de colonos, autoridades e missionários⁶¹.

Kaká Werá Jacupé⁶² traz em sua obra *A terra dos mil povos*⁶³ uma perspectiva que conversa com a fala de Almeida supracitada, um olhar para as percepções dos povos indígenas por suas próprias histórias, a partir da própria ótica e cosmologia indígena. Jácupé expõe que

⁵⁹ NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

⁶⁰ OLIVEIRA; FREIRE. *A Presença Indígena...* Op.Cit. p. 24.

⁶¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. *Revista Fronteiras & Debates*. Macapá, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015. p. 121.

⁶² Por Editores da Encyclopédia Itaú Cultural. Escritor, ambientalista e tradutor. É descendente do povo tapuia e acolhido pela comunidade guarani, com a qual desenvolve uma extensa pesquisa histórica, linguística e cultural. Envolvido em processos educativos, atua na valorização, no registro e na difusão dos saberes ancestrais de povos indígenas. Disponível em <<https://encyclopedia.itaucultural.org.br/pessoa641362/kaka-wera>>. Acesso em 22 de novembro de 2023.

⁶³ JECUPÉ, Kaká Werá. *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio / Kaká Werá Jecupé; ilustrado por Taisa Borges*. - 2. ed. - São Paulo : Peirópolis, 2020.

O índio não se chamava nem se chama de índio. O nome "índio" veio dos ventos dos mares do século XVI, mas o espírito "índio" habitava o Brasil antes mesmo de o tempo existir e se estendeu pelas Américas para, mais tarde, exprimir muitos nomes, difusores da tradição do Sol, da Lua e do sonho [...] Antes de existir a palavra "índio" para designar todos os povos indígenas, já havia o espírito índio espalhado em centenas de tons. Os tons se dividem por afinidade, em clãs, que formam tribos, que habitam aldeias, que, por sua vez, constituem nações. Os mais antigos vão parindo os mais novos. O índio mais antigo dessa terra hoje chamada Brasil se autodenomina Tupy, que, na língua sagrada, o abanhaenga, significa: tu = "som", "barulho"; e py = "pé", "assento"; ou seja, o som de pé, o som assentado, o entonado. Assim, índio é uma qualidade de espíritoposta em uma harmonia de forma. [...] Em essência, o índio é um ser humano que teceu e desenvolveu sua cultura e sua civilização de modo intimamente ligado à natureza. A partir dela, elaborou tecnologias, teologias, cosmologias e sociedades, que nasceram e se desenvolveram de experiências, vivências e interações com a floresta, o cerrado, os rios, as montanhas e as respectivas vidas dos reinos animal, mineral e vegetal.⁶⁴

Krenak também traz em seu texto uma perspectiva própria sobre a diversidade desses povos e que, muito antes do que conhecemos com “América”, estes indivíduos já existiam, residiam e viviam suas culturas.

Aqui nesta região do mundo, que a memória mais recente institui que se chama América, aqui nesta parte mais restrita, que nós chamamos de Brasil, muito antes de ser "América" e muito antes de ter um carimbo de fronteiras que separa os países vizinhos e distantes, nossas famílias grandes já viviam aqui. Essas nossas famílias grandes, que já viviam aqui, são essa gente que hoje é reconhecida como tribos. As nossas tribos. Muito mais do que somos hoje, porque nós tínhamos muitas etnias, muitos grupos com culturas diversas, com territórios distintos. Esses territórios se confrontavam, ou às vezes tinham vastas extensões onde nenhuma tribo estava localizada, e aquilo se constituía em grandes áreas livres, sem domínio cultural ou político. Nos lugares onde cada povo tinha sua marca cultural, seus domínios, nesses lugares, na tradição da maioria das nossas tribos, de cada um de nossos povos, é que está fundado um registro, uma memória da criação do mundo. Nessa antiguidade desses lugares a nossa narrativa brota, e recupera os feitos dos nossos heróis fundadores. Ali onde estão os rios, as montanhas, está a formação das paisagens, com nomes, com humor, com significado direto, ligado com a nossa vida, e com todos os relatos da antiguidade que marcam a criação de cada um desses seres que suportam nossa passagem no mundo. Nesse lugar, que hoje o cientista, talvez o ecologista, chama de hábitat, não está um sítio, não está uma cidade nem um país. É um lugar onde a alma de cada povo, o espírito de um povo, encontra a sua resposta, resposta verdadeira.⁶⁵

Esse viés de pensamento nos permite compreender a história indígena por um outro ângulo. Uma perspectiva onde, até mesmo a nomenclatura é ressignificada e percebida dentro de uma cosmologia étnica relacionando a figura humana com a natureza, esta que, para diferentes nações, é o centro de toda vida. Segundo Viveiro de Castro em uma entrevista, “índio não é uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse

⁶⁴ JECUPÉ, Kaká Werá. *A terra dos mil povos...* Op. Cit. 2020. p. 21-23.

⁶⁵ KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 201.

sentido estereotípico, mas sim uma questão de “estado de espírito”. Um modo de ser e não um modo de aparecer”.⁶⁶

Os povos indígenas ao longo da história brasileira podem ser percebidos de diversas formas, a partir de diversas fontes, mas como nos mostram autores supracitados, há uma perspectiva indígena própria para esse momento de contato com o colonizador e as mudanças diversas que decorreram ao longo dos anos. É possível concebermos uma relação entre as fontes coloniais com o prisma étnico e a partir disso rever os papéis de determinados sujeitos através do tempo.

A chegada dos europeus no continente americano inaugurou um período de intensas e muito profundas transformações mundiais, mudanças que até hoje não cessam de ganhar velocidade e gerar efeitos inusitados, dentre eles os de crescente interdependência e integração, ao mesmo tempo produzindo novas identidades e redefinindo antigas.⁶⁷

Ou seja, sentimos ainda hoje os impactos do processo de colonização na estrutura social. Olhando em específico para o nosso estado, Rio de Janeiro, encontramos autores que nos mostram, em suas pesquisas, vieses que dialogam com as fontes colonizadoras, mas que também trazem essa percepção não passiva do sujeito étnico. Uma delas é Maria Regina Celestino de Almeida.

Almeida nos mostra em sua análise sobre os indígenas aldeados no Rio de Janeiro que estes indivíduos foram percebidos como agentes sociais que, “apesar dos imensos prejuízos, adaptaram-se às novas condições que lhes eram impostas, desenvolvendo diferentes estratégias para fazer frente às adversidades e buscar as melhores possibilidades de sobrevivência na nova ordem colonial”.⁶⁸

Dentro dessa perspectiva de Almeida, percebemos uma não passividade indígena no processo colonizador, o que difere do que observamos na literatura clássica. Concordamos aqui com o que Lima aponta, onde “[...] essa literatura não é a “responsável pela ignorância” acerca do assunto, mas só reproduz pré-conceitos em muito oriundos da trajetória (social, política e intelectual) das disciplinas Antropologia e História no nosso país”.⁶⁹

⁶⁶ CASTRO, Eduardo Viveiro de. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. [Entrevista concedida a] equipe de edição ISA-SP. *Povos Indígenas no Brasil*, São Paulo, p. 1-20, 2001/2005.

⁶⁷ LIMA, Antonio Carlos de Souza. “Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade”. In: Carlos Lessa. (Org.). Enciclopédia da brasiliade: autoestima em verde amarelo . 1a ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2005, v. , p. 236.

⁶⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro... Op. Cit. 2015. p. 120.

⁶⁹ LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. Aracy Lopez da Silva; Luiz Donisetti Benzi Grupioni. (Org.). *A Questão Indígena na sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. 1 ed. BRASÍLIA: MEC, 1995, v. p. 407-419.

Quando percebe que eu tenho o fenótipo indígena, que eu tenho cara de índio, cabelo de índio, olhinhos puxados de índio, ele imediatamente olha para mim e diz: “ele é um índio”, mas quando ele ouve que tenho uma formação, às vezes muito maior que a dele, ele imediatamente diz: “mas Daniel não é mais índio de verdade, agora ele já é um dos nossos, já é um civilizado”. E isso demonstra justamente o grau de desconhecimento, de ignorância mesmo, no sentido filosófico da palavra, que as pessoas trazem consigo ao achar que a cultura é algo parado no tempo, que a cultura está congelada, que alguém só pode ser quem é se defender uma ancestralidade, se viver de acordo com esses ancestrais do século XVI.⁷⁰

Percebemos na fala de Munduruku esse pensamento generalizado de uma imagem “pura e não pura” referente ao sujeito étnico. A literatura ao reproduzir os pré-conceitos a estes grupos, fez com que esta imagem se infiltrasse no imaginário social de modo a desconsiderarmos as mudanças pelo qual os grupos indígenas passaram ao longo do tempo, o que gera, como na fala de Munduruku, essa ideia de ‘civilizado’ e ‘não civilizado’.

Esta ideia vem sendo rebatida e criticada tanto pelos próprios autores indígenas quanto os não indígenas que se propõem a estudar a história desses povos nativos. Percebemos isso em citações supracitadas, onde há críticas a literatura tradicional e uma revisão dos estereótipos pré-concebidos. Esta (re)visão acerca dos povos indígenas ao longo da história, bem como as fontes que utilizamos para compreendê-las, se faz necessária para construção da história brasileira, da mesma forma que para a história local, em específico da Baixada Fluminense.

1.3. A presença indígena na literatura sobre a Baixada Fluminense.

De forma a contextualizar a região que trazemos para análise, os municípios que pertenciam a antiga freguesia de St. Antônio de Jacutinga, essa

[...]“estendia-se o território para o norte, ao Morro Grande da Cava, próxima a atual estação de José de Bulhões, dividindo-se aí com a de Nossa Senhora da Piedade de Iguáçu. Deste ponto corria o limite pela margem meridional do Iguáçu, buscando o rumo da fazenda de São Bento até chegar ao porto dos Saveiros, exclusive, limitando-se também com a freguesia de Nossa Senhora do Pilar. A leste era banhado pela Guanabara e tinha ao sul a freguesia de Meriti; a oeste ficava a de Marapicu”.⁷¹

Segundo Nielson Bezerra, “se fizermos uma breve transposição geográfica para a composição atual da Baixada Fluminense, podemos afirmar que esta freguesia compunha os territórios de partes dos municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias”.⁷² Portanto, delimitamos aqui novamente que nos atentaremos a literatura referente a

⁷⁰ CERNICCHIARO, Ana Carolina. Daniel Munduruku, literatura para desentortar o Brasil. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, SC, v. 12, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2017.

⁷¹ FORTE, José Matoso Maia. Memória de Fundação de Iguassú. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1993, p. 89.

⁷² BEZERRA, Nielson Rosa. Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga. *Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense*. Ano II - nº 02 - maio de 2003, p. 9.

essa região, em específico aos municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu.

Figura 1: Mapa da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, segundo Monsenhor Pizarro



Fonte: Mapa feito pela autora a partir das informações de PIZARRO, 1820, tomo III, pp. 162-167

Figura 2 - Mapa retirado do artigo de Lucia Helena Silva.⁷³

Desde aproximadamente a década de 1990 e 2000 as produções sobre a temática indígena vem crescendo, o processo de redemocratização e de movimentos de resistência social no país foram fatores que contribuíram para esse crescimento. As produções acadêmicas são os principais meios de inserção da narrativa social, é através delas que encontramos brechas para a construção de debates pouco explorados dentro da sociedade. Nesse cenário tomamos por análise a presença indígena na literatura no que tange a Baixada Fluminense.

Os primeiros pesquisadores sobre tais regiões elencadas trazem em suas análises uma visão administrativa e política em relação com os eventos do inicio do século XX. Nielson Bezerra expõe que, as obras dos tinham como ponto central as questões administrativas e políticas. Isso demonstra a perpetuação de uma “visão sobre a Baixada Fluminense inaugurada por ocasião do centenário da Vila de Iguaçu”.⁷⁴

[...] sua obra é marcada por uma visão político-administrativa da História, como pode ser observado em Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçul. Nesse trabalho, os produtos que se tornaram ciclos econômicos de Iguaçu são o foco de sua análise. Isso reflete as influências historiográficas de Pereira.[...]. De uma outra forma, pode ser percebido como a escrita da história é uma estratégia política, da qual os intelectuais que lidaram com as mudanças políticas, econômicas e

⁷³ SILVA, Lucia Helena. Freguesia De Santo Antônio De Jacutinga: Um Capítulo Da História Da Ocupação Da Baixada Fluminense. *Revista UNIABEU. Belford Roxo*, V.9 Número 21, janeiro-abril de 2016. p. 124.

⁷⁴ BEZZERA, Nielson. *A historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ, 2014 – mimeo.

sociais na região ao longo do tempo precisaram para legitimar suas ações.⁷⁵

Os movimentos sociais e o surgimento de instituições culturais que emergiram em finais da década de 80, com a abertura política advinda do fim da ditadura militar no Brasil, e com a instauração da Constituição de 1988, que assegurava um governo democrático, direito à diferença, liberdade de expressão e direitos básicos a todos, provocaram um sentimento de orgulho da Baixada⁷⁶, além de transformar a imagem da Baixada Fluminense na imprensa de forma mais positiva, evidenciando culturalmente a região.

É nesse contexto que, os trabalhos de Ney Alberto e Gênesis Torres, ganharam notoriedade. Cabe expormos que a escolha desses autores se deu por estarem presentes na literatura da região até a atualidade e sua importância para região como construtores de uma narrativa local tal como idealizadores de uma memória coletiva que se perpetuou na Baixada Fluminense. Em relação a figura indígena em seus textos, Barros e Torres, trazem uma perspectiva que remete à estereótipos de selvagens, imagem essa defendida pelos portugueses religiosos no processo de catequização dos povos nativos, ou seja, a única alusão que encontramos sobre indígenas é mais uma vez o padrão básico de extermínio, sem a preocupação de uma análise social sobre estes grupos. Mas devemos considerar o teor da obra. Escrita em celebração ao dia da Baixada, entendemos que a atenção a uma concepção ampla da historiografia Fluminense contribui para um olhar raso à temática indígena. Sua preocupação era com a formação política e econômica da região, diante disso, a importância aos engenhos, plantações as fazendas e seus donos, e, por conseguinte os caminhos, as ferrovias e a industrialização da Baixada, é muito mais evidente do que os aspectos culturais e sociais.

Uma outra figura importante para a literatura da Baixada Fluminense clássica é Guilherme Peres. Contemporâneo a Barros e Torres, produziu artigos que contam uma trajetória da Região a partir de ângulos diferentes. Em um de seus textos intitulado: *A chegada do homem branco e a dizimação do indígena*⁷⁷, encontramos novamente uma narrativa que dialoga com os demais, onde não há uma criticidade quando ao papel do sujeito étnico nem em relação ao teor das fontes utilizadas e seu contexto. Inicialmente o autor apresenta um panorama dos

⁷⁵ LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. *História Local, Patrimônio e Culturas Afro-Brasileiras em Duque de Caxias (2000-2014)*. UERJ - Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Duque de Caxias, 2016.

⁷⁶ ENNE, Ana Lucia Silva. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: Memória, Representações Sociais e Identidades. Tese de doutorado pelo PRODOC/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense/UFF, 2002.

⁷⁷ PERES, Guilherme. A chegada do homem branco e a dizimação do indígena. TORRES, Gêneses (Org.) *Baixada Fluminense: a construção de uma história-Sociedade, Economia, Política*. Rio de Janeiro: IPAHB, 2004, — p. 13.

primeiros contatos entre europeus e nativos, o encontro “amistoso” e as confusões e dificuldades de entendimentos nas terminologias linguísticas indígenas.

O artigo possui três subitens – Aldeamentos; como viviam; Tupinambás - O Massacre de um povo. – trazem uma visão panorâmica desses processos, articulando mais uma vez com o imaginário indígena de viajantes, sendo um deles Jean de Léry. De fato, as contribuições dos viajantes no que tange aos grupos indígenas em determinados aspectos são importantes e devem ser consideradas, mas não como única e exclusiva versão, temos sempre de problematizar e contextualizar os discursos e contextos ao qual certos textos e autores estão inseridos.

O primeiro tópico traz a estrutura das aldeias indígenas a partir de uma visão europeia. Suas localizações, denominações, famílias pertencentes, tudo de forma simples e sintetizada. O segundo tópico aborda as relações de convívio dos grupos indígenas, mas especificamente os de família Tupi encontrados na região fluminense. E como o tópico anterior, sua narrativa é composta de referências aos viajantes cronista e missionários que passaram pela Guanabara. O terceiro e último tópico foi, talvez, o que mais nos provocou inquietações. Intitulado *Tupinambás - O Massacre de um povo*, sua narrativa muito se assemelha à linguagem literária, imagética, onde traz uma história de heróis e vilões, guerras, disputas, todas relatadas de forma romantizada. Em um trecho percebemos estas considerações acerca do texto.

Era 20 de janeiro. Centenas de portugueses e Términos, comandados por Araribóia foram ao encontro dos bravos Tamoios. Milhares de flechas cruzavam o céu, ao ribombar dos canhões e tiros de escopeta. Os combates corpo a corpo deixaram as águas da Guanabara tingidas de sangue. Na praia, jaziam corpos de índios e portugueses que as ondas teimavam em sepultar.⁷⁸

Este artigo desconsidera as articulações indígenas, assim como reproduz um discurso que minimiza a atuação indígena no processo histórico brasileiro, e especificamente na formação da história local. Mas, apesar deste livro, nomeadamente este artigo perpassar os métodos críticos de análise das fontes, é uma obra que, dentro do contexto de construção de memória local, é de ampla importância e deve ser considerado como parte de um processo de valorização da região.

Com o passar dos anos a literatura sobre a região voul se expandindo e tomado rumos diferentes. Um olhar para presença negra escravizada foi ganhando força e repensando esses sujeitos na Baixada Fluminense. Autores que buscaram em suas pesquisas refletir sobre o papel da população negra que ocupou a região de modo a compreender as diferentes articulações e transformações sociais e culturais.

⁷⁸ PERES. A chegada do homem branco... Op. Cit. 2008, p. 15.

Nesse contexto, os debates sobre os grupos indígenas na Baixada Fluminense também começaram a ganhar novos olhares. Ainda não temos uma produção tão expressiva quanto à população negra, mas podemos perceber uma preocupação em repensar a presença desses agentes étnicos ao longo do processo histórico até atualidade, em destaque para a região que elencamos anteriormente.

Em seu artigo, Souza; Ribeiro⁷⁹ trazem uma investigação sobre os povos sambaquianos e tupinambás, presentes na região em análise nesta pesquisa, de modo que contribua como material para implementação da lei 11.645/2008⁸⁰ na educação básica. Segundo as pesquisas, as autoras nos mostram que os povos “das conchas” se deslocavam com frequência. Caçadores, coletores e pescadores de mariscos e ostras, ocuparam o litoral fluminense, acumulando os restos de alimentos em assentamentos. Ainda de acordo com Ribeiro; Souza

Apesar das destruições e dos parcos investimentos públicos nas escavações arqueológicas do Recôncavo da Guanabara, podemos considerar que os seus primeiros habitantes ocuparam territórios nas margens dos rios e da baía. Um conjunto de sítios foi identificado nas margens dos Rios Guapimirim e Macacu, na localidade conhecida atualmente como Pedrinhas, e estes apresentam datações de mais de 4.000 AP. Outros sambaquis foram identificados nas cercanias da Guanabara, nos atuais territórios de Itaboraí e Magé e apresentam datações mais recentes. Neles também foi possível identificar a presença de uma cultura material de grupos intrusivos ou sítios de ocupação mistas: sambaquiana, tupi e portuguesa.

No caso do oeste da Bahia da Guanabara, atual território do município de Duque de Caxias, vários sítios de sambaqui foram identificados nas margens dos rios Saracuruna-Inhomirim, Sarapuí, Meriti e nas áreas de mangue da Baía da Guanabara. Alguns sítios foram instituídos em áreas que apresentam elevações ou encostas, o que permitia a proteção das inundações naturais. Nestes sambaquis não foram identificados vestígios da cultura material intrusiva e as datações variam entre 5.000 e 4.000 anos AP.⁸¹

Ou seja, as autoras já mencionam essa ocupação primária e demonstram como as fontes arqueológicas, mesmo pequenas, demonstram essa presença de um povoamento anterior ao indígena ceramista. Nessa mesma obra, as autoras trazem uma investigação sobre o indígena, onde:

Entre os ancestrais das cercanias da Guanabara, a presença tupi se constituiu uma das mais marcantes. No século XVI, os tupis já eram os senhores do Rio de Janeiro. Os demógrafos calculam a população das cercanias das Guanabara em torno de 35.000 a 100.000 habitantes. No cadastro de registro de sítios arqueológicos tupinambá para o

⁷⁹ SOUZA, Marlucia Santos de; RIBEIRO, Silene Orlando. Memórias ancestrais no Norte e Oeste das cercanias da Guanabara: no tempo das conchas e da Jacutinga. *Revista Pilares da História*. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Ano XX - nº 19 - junho de 2021, p. 37-44.

⁸⁰ [Art. 26-A.](#) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. BRASIL. Casa Civil. Brasília, 10 de março de 2008.

⁸¹ SOUZA, Marlucia Santos de; RIBEIRO, Silene Orlando. Memórias ancestrais no Norte... Op. Cit. p.38.

Rio de Janeiro, consta a presença de 249 sítios até o ano de 2004. Em particular, 47 sítios na Baía da Guanabara.⁸²

Percebemos que Souza; Ribeiro trazem uma relação entre a informação arqueológica e documental em relação aos grupos étnicos na região, assim como Denise Demétrio que em sua dissertação⁸³ também traz uma documentação colonial para compor sua análise. Remontamos aqui à uma reflexão feita anteriormente, onde compreendemos a importância das fontes produzidas pelo colonizador, assim como as autoras, mas utilizá-las requer uma atenção e crítica quanto ao seu teor e contexto. Na literatura mais recente, como as supracitadas, vemos a utilização, mas também uma preocupação quanto as fontes.

Nas margens dos rios Iguaçu e Meriti habitavam os índios Jacutingas, que chamavam esta região de Trairaponga. Em 1503, Gonçalves Coelho e o navegador Américo Vespuícius levaram para Portugal quarenta escravos indígenas, mais da metade deles eram mulheres da aldeia Jacutinga. Segundo as cartas do padre José de Anchieta de 1584 havia cerca de sete a oito beneditinos franceses que vestiam os meninos gentios com seus hábitos brancos, realizando um trabalho de catequização e de plantio nas margens do rio Iguaçu.⁸⁴

Isto é, Demétrio nos mostra a presença desses indivíduos étnicos, na região em que analisamos, e a relação para com os sujeitos indígenas. Apesar de uma perspectiva europeia, a documentação apresentada pela autora nos mostra o papel desses sujeitos no processo de colonização europeia. Como dito anteriormente, percebemos que há uma intencionalidade nas informações registradas ainda no século XVI, mas as fontes corroboram para uma construção histórica, e Demétrio, Souza; Ribeiro nos mostra o cuidado com a fonte. “Segundo Anchieta (1997), as aldeias do Rio de Janeiro possuíam cerca de 1.000 habitantes, o que pode poderia indicar uma população de 40.000 a 50.000 tupinambás. Vale ressaltar que são registros de memória acerca das aldeias que ele visitou”.⁸⁵

O que se verifica é que há uma variação de indicativos acerca da presença dos tupinambás nas cercanias da Guanabara, em meados do século XVI. A arqueóloga Nanci Vieira Oliveira (2002) acredita que o quantitativo era maior do que o calculado pelos calvinistas. Os calvinistas e demógrafos transitam entre 35 e 100 mil habitantes nativos que residiam nas aldeias situadas nas cercanias da Guanabara no século XVI. Para ela, o número de aldeias varia de 50 a 80 e o quantitativo de 100.000 tupinambás é o mais provável.⁸⁶

Aqui percebemos uma variação de informação sobre o quantitativo indígena, mas novamente as autoras nos mostram a criticidade quanto a fonte. É neste caminho que

⁸² Ibidem, p. 40.

⁸³ DEMETRIO, Denise Vieira. Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social. Niterói, 2008.

⁸⁴ DEMETRIO, Denise Vieira. Famílias escravas no Recôncavo... Op Cit. p. 63.

⁸⁵ SOUZA, Marlucia Santos de; RIBEIRO, Silene Orlando. Memórias ancestrais no Norte... Op. Cit. p.40.

⁸⁶ SOUZA, Marlucia Santos de; RIBEIRO, Silene Orlando. Memórias ancestrais no Norte... Op. Cit. p.41.

construímos o processo histórico. Analisando as fontes e entendendo-as, utilizando estas para complementar a pesquisa acerca dos grupos indígenas.

Luiz Rafael, em sua tese, também traz em análise a trajetória de um indígena, caboclo, que fugido com sua esposa para o Recôncavo da Guanabara, é condenado pela Inquisição portuguesa por feitiçaria. Nesta obra o autor nos mostra que na chegada do indígena Miguel, este se deparou com uma sociedade diversa, com indivíduos de origens diferentes que perpassaram “por intensas relações interétnicas, estes índios vivenciaram múltiplos processos de mestiçagem, os quais não apenas propiciaram a integração dos mesmos à realidade local, como também conduziram à rearticulação identitária dessas pessoas”.⁸⁷

Novamente percebemos que a literatura recente tem se atentado mais à criticidade das fontes. O uso delas para compreender a trajetória de um sujeito étnico em período colonial brasileiro se faz importante devido aos detalhes administrativos no qual estes documentos coloniais possuem, mas sem deixar de lado a intencionalidade no que está descrito. O autor descreve, acerca dos indígenas na região estudada, a partir das fontes que:

É possível perceber a presença de índios oriundos de aldeamentos nas freguesias do Recôncavo da Guanabara a partir de referências contidas nos registros paroquiais das ditas localidades. Embora sejam esparsas e eventuais, tais vestígios são importantes na medida em que confirmam a presença e a movimentação de aldeados em direção ao Recôncavo. Na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, por exemplo, verifica-se a presença de dois casais de índios provenientes de aldeamentos no final do século XVII.⁸⁸

Podemos perceber, portanto, que mesmo a documentação religiosa tendo suas lacunas, é possível perceber o trânsito de indígenas pelas regiões do Recôncavo quando relacionamos com outras fontes. Tendo motivos diferentes, as fugas dos aldeamentos missionários que se tem conhecimento no Rio de Janeiro, fez com que estes indígenas “se abrigassem em propriedades de colonos da capitania, o que obviamente incluía as freguesias do Recôncavo da Guanabara”.⁸⁹

Em outra perspectiva, essa mais atual da literatura sobre os indígenas na Baixada Fluminense, o trabalho de Thais Elisa nos oferece um olhar aos indígenas em contexto urbano.

Os modelos explicativos utilizados pela sociedade em geral para entender a população indígena dificultam a compreensão da legitimidade da diferença e das transformações culturais pelas quais estes povos passaram ao longo de cinco séculos. É muito comum

⁸⁷ CORREA, Luís Rafael Araujo. *Feitiço Caboclo: um índio mandingueiro condenado pela Inquisição*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito necessário para a obtenção do grau de Doutor em História. Rio de Janeiro, 2017. p. 115.

⁸⁸ Ibidem, p. 117.

⁸⁹ Ibidem, p. 118.

um tipo de pensamento que entende que cada povo possui uma cultura que o caracteriza e a diferencia dos outros.⁹⁰

Nesse aspecto, Silveira nos mostra que, esses sujeitos passaram por um processo de transformação e adaptação à realidade ao qual eram inseridos ao longo dos séculos. A autora também nos mostra que, a premissa evolucionista de cultura, onde os povos passam por uma “evolução natural” e que no nível mais alto é a sociedade europeia ocidental que se encontra e, portanto, todos os outros povos, e aqui enquadram-se os povos indígenas, estão em estágios de evolução diferenciados. Traz uma colonialidade que é

[...] responsável por classificar as sociedades a partir de uma visão eurocêntrica do mundo que naturaliza o conhecimento ocidental como única forma válida de saber, assim como as experiências, identidades e relações históricas colonialistas, inferiorizando qualquer manifestação social, política, econômica e cultural diferente dos padrões modernos europeus.⁹¹

Portanto, a autora nos mostra que, como afirmado por Mignolo anteriormente, a literatura possui uma intencionalidade colonizadora enraizada, onde pensar a figura indígena nas cidades não é possível, visto que a imagem que se tem desse sujeito é de isolamento nas florestas, dotados dos estereótipos de selvageria e nudez, e que se encontrado na cidade, como nos mostrou Munduruku em citação anterior, “deixa de ser indígena, torna-se “civilizado”.

A Baixada Fluminense tem um caminho amplo a ser seguido no que compete compreender a presença, ao longo do tempo, dos grupos étnicos que ali viveram e vivem. Refletir sobre as populações indígenas é repensar a literatura sobre a presença desses agentes em uma região hoje tomada, em sua maioria, por uma violência, por ocupações territoriais desenfreadas, pobreza etc. “É uma forma de descolonizar nossos pensamentos, de reconhecer a legitimidade da diferença e criar novos modelos interpretativos”⁹² de modo a relacionarmos as mais diferentes fontes e ruminar numa nova perspectiva acerca dos povos indígenas na região.

⁹⁰ SILVEIRA, Thais Elisa Silva da. *Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e o ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo 2016, p. 17.

⁹¹ SILVEIRA, Thais Elisa Silva da. *Identidades (in)visíveis: indígenas...* Op. Cit. p. 18.

⁹² Idem.

CAPÍTULO II – A CULTURA MATERIAL E OS GRUPOS ÉTNICOS

2.1. A Arqueologia no Brasil

Nesse subitem abordamos a trajetória histórica da Arqueologia no Brasil, seja como objetivo de estudo, de catalogar os primeiros grupos, como do esforço de um trabalho sistematizado e reflexivo, assim, também, seja pelas leis brasileiras que vogam sobre a arqueologia. Seguimos as divisões estabelecidas pelo arqueólogo e pesquisador Funari.⁹³

Diante disso, os primeiros esforços encontrados foram durante os primeiros contatos dos colonizadores com os povos nativos do Brasil. Isto é, durante a colonização (1500-1822). Nesse primeiro momento os trabalhos retratados, a partir de textos e imagens, não tinham o objeto de analisar ou se aprofundar sobre esses povos, pelo contrário, era um caráter mais descriptivo, de registro, sobre esse novo povo que emergia sobre os olhares dos europeus. Com este intento, temos os escritores como Yves d'Euvreux (1577-1632); Gabriel Soares (1540-1591); Gaspar de Carvajal (1504-1584); Padre Anchieta (1534-1597); André Trevet (1516-1592); Jean de Léry (1534-1611) e Hans Staden (1525-1576).⁹⁴

Estes autores foram importantes para a academia moderna, já que registraram a cultura material desses povos e este fato possibilitou os estudos atuais, são documentos primários sobre os povos originários. Entretanto, deve-se ter um cuidado ao analisar esses documentos, já que são impregnados por um pensamento hierarquizado onde o modelo ideal é o europeu e o nativo é visto de forma pejorativa. Diante disso, consideremo-nos os pioneiros de uma preocupação de registro étnico arqueológico no Brasil.

Posteriormente, temos o período Imperial do Brasil (1822-1889), com a declaração da independência e a consolidação do império, temos um movimento de desenvolvimento científico no Brasil. Nesse cenário, Peter Wilhelm Lund (1801-1880) veio para Minas Gerais –

⁹³ FUNARI, Pedro P. A.. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista Brasileira de História*, v. 1, p. 23-41, 1994.

⁹⁴ *Ibidem*, 25.

Lagoa Santa, com o objetivo paleontólogo de estudar fósseis humanos e de animais. Assim, visitou e descobriu diversas cavernas e fósseis humanos milenares. No mesmo período, o Museu Nacional (1818), sob a luz dos trabalhos de Charles Wiener (1851-1913), desenvolveu uma pesquisa sobre o material lítico, além de outros trabalhos.⁹⁵ É nesse período que surgiu o que consideramos ser o pioneiro nos estudos Arqueológicos brasileiros com Ladislau Netto (1838-1894), ele estudou os nativos americanos e seguiu com diálogos com pensadores franceses.⁹⁶

Até esse momento, a arqueologia brasileira sofria grande influência dos pensadores europeus e se desenvolvia a partir do financiamento do Estado. Foi através do pensamento iluminista da corte imperial Brasileira e de seus recursos que esses pesquisadores conseguiram dar início e continuidade às suas pesquisas.

Dando prosseguimento, da Primeira República (1889-1930) ao golpe civil-militar (1964), temos três momentos históricos da arqueologia. De 1889 a 1920 manteve uma hegemonia de pesquisas ligadas a pessoas que estavam conectadas aos serviços museológicos, com a ascensão econômica e política de São Paulo, o eixo da pesquisa arqueológica saiu do Rio de Janeiro. Contudo, diversas pesquisas ocorriam pelo Brasil. A maior referência desse período é o alemão Hermann Von Lhering (1850-1930), diretor do museu Paulista, que defendeu o extermínio dos indígenas do Brasil e não entendia as montanhas de sambaquis como indícios de um povo ancestral dos indígenas. Para alguns autores, Lhering é considerado o pioneiro nos estudos conservadores da arqueologia. Por fim, temos Teodoro Sampaio que produziu um ensaio sobre a “Arqueologia Brasileira” e que acreditava que as marcas nas rochas eram escritas hieroglíficas de povos anteriores aos nativos da época.⁹⁷

O segundo momento acontece entre 1920 e 1950, nesse momento existiu um compilado de acontecimentos como o modernismo, ideias fascistas e comunistas, uma relação mais direta entre meio acadêmico e população. Diante disso, a arqueologia começou a se preocupar em levar a informação para a população⁹⁸ e não falar exclusivamente para seus pares. Surgiram dois importantes trabalhos arqueológicos: o estudo das coleções de artefatos e da construção de manuais, inclusive àqueles direcionados às escolas – O guia de Pré-História brasileira de Aníbal Mattos (1938), dentre outros casos.⁹⁹

⁹⁵ *Idem.*

⁹⁶ *Ibidem*, 26.

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ *Idem.*

⁹⁹ *Idem.*

Segundo Funari,¹⁰⁰ esse período é desprezado pela academia,¹⁰¹ que reconheceu apenas a arqueologia pós anos 50, quando foi introduzida na academia. Contudo, concordamos com o autor, toda a tentativa de sistematizar e organizar documentos, manuais e análises, foi importante na construção de um pensamento arqueológico no Brasil.

Terceiro período é o 1950-1964, como dito no parágrafo anterior, é o momento em que temos a inserção da Arqueologia na academia, nos estudos universitários. Esse período se destaca pelo movimento democrático com interesse nas demandas populares e na expansão das unidades de ensino, como das universidades. Nesse cenário surgiu a Arqueologia acadêmica por Paulo Duarte (1899-1984), esse criou a Comissão de Pré-História da Universidade de São Paulo em 1952. Diferente do pensamento racista e excluente dos pensadores anteriores que se relacionavam com a gestão de Museus e ligados ao Estado, Duarte era um intelectual e ligado a luta dos Direitos Humanos. Assim, lutou na construção de uma Arqueologia com ética e na criação de leis de proteção ao patrimônio brasileiro, que resultou na lei: 3537/57 (proteção aos bens pré-históricos).¹⁰²

Com o golpe Civil-militar de 1964 (1964-1985) ocorreu um *plot twist* nas ideias que estabeleciam a partir do Paulo Duarte, a ética foi logo dominada pelo militarismo. Suas ideias e de outros intelectuais que defendiam a democracia, os direitos humanos, com pensamentos humanistas, foram combatidos pelos ditadores militares, seja por corte de verba ou através de perseguição política, exílios, apreensão e até tortura.¹⁰³ Nesse cenário, a Arqueologia retornou para os museus e outros funcionários burocráticos, ligados ao governo ditatorial. Clifford Evans e Betty Meggers criaram o Projeto Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) com os objetivos de fazerem levantamentos e testes por todo Brasil,¹⁰⁴ com suas bases na arqueologia histórico-cultural, sua preocupação era construir tipologias cerâmicas que deveriam ser inseridas em fases e tradições históricas.¹⁰⁵

Nos anos 70, as pesquisas tenderam ao mesmo caráter descritivo, contudo, por vezes, abordavam um processo de aculturação, numa visão de substituição gradual da cultura material

¹⁰⁰ *Ibidem*, 26-27.

¹⁰¹ Autora como Lima, entende a formação da Arqueologia no Brasil a partir da década de 30. LIMA, Tânia A. Arqueologia Histórica no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, n. 1, p. 225-262, 1911.

¹⁰² *Ibidem*, 27.

¹⁰³ *Ibidem*, 28.

¹⁰⁴ *Idem.*; SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado (org). *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo: Annablume, 2009. P. 2.

¹⁰⁵ *Ibidem*, 2.

indígena pelos artefatos europeus.¹⁰⁶ Uma visão muito criticada, já que traz a ideia de que um determinado grupo adota aspectos culturais de outro povo e ao mesmo tempo vai perdendo sua identidade.¹⁰⁷ Uma visão unidirecional, isto é, como se um povo pudesse sobrepor ao outro a sua cultura e que esse processo não fosse uma construção de mão dupla, de transformação, como a cultura é: viva e dinâmica.

Nesse período também foram desenvolvidos e criados diversos centros arqueológicos, como também cursos de graduação em Arqueologia, jornais e revistas científicas.¹⁰⁸ Todos esses com aspectos conservadores e com o intento de preservar o *status quo* dos governos militares. A produção científica desse período era feita por relatórios de escavação ou levantamentos de áreas, nenhum manual¹⁰⁹ foi produzido, era algo mais mecânico e nada reflexivo ou didático.

Por fim, temos o último período da trajetória da arqueologia, as Tendências Atuais (1985 até os dias atuais). Nos primeiros anos, a produção arqueológica não mudou, mesmo com a abertura política, já que o corporativismo e o domínio dos recursos por uma arqueologia conservadora mantinham a sua estrutura de poder e de pensamento.¹¹⁰ Entretanto, alguns estudos renovadores foram publicados, como o primeiro manual interpretativo em Arqueologia (Funari, 1988) e uma descrição das atividades arqueológicas (Prous, 1992).¹¹¹

Assim, surgiram novas perspectivas com ênfase em grupos étnicos e sob segmentos subalternos que antes não tiveram a possibilidade de escrever a sua própria história, suas memórias sociais, já que suas histórias eram construídas a partir do olhar dos dominadores, da dita narrativa oficial.¹¹² Deste modo, vemos surgir trabalhos com ênfase em povos quilombolas, indígenas e de canudos, povos marginalizados.

Já na década de 90, as cerâmicas continuaram sendo a principal alegoria de investigação, contudo há uma crescente atenção para outras categorias como os diversos tipos de louças, artefatos de vidro e de metal.¹¹³ O campo teórico foi marcado pela diversidade de abordagens, tais como: histórico-cultural; arqueologia processual; abordagens críticas e simbólicas relacionadas ao capitalismo.¹¹⁴ Nessa década, temos um avanço da perspectiva contextualizada,

¹⁰⁶ *Idem*, 2.

¹⁰⁷ *Ibidem*, 3.

¹⁰⁸ Ver: funari 28-29;

¹⁰⁹ Funari 30

¹¹⁰ Funari 31

¹¹¹ Funari 31

¹¹² Symanski, 3.

¹¹³ Symanski, 6.

¹¹⁴ Symanski, 6.

segundo os passos de Ian Hodder (1942-), a cultura material é vista como um reflexo ativo do seu contexto de produção. Diante disso, o mesmo artefato pode ter diversos significados de acordo com a sociedade que estava envolvida, a generalização não era adequada.¹¹⁵

Concomitante com essas abordagens supracitadas, diversas outras, de caráter crítica e simbólica, surgiram, tais como: relações de poder; gênero; construção de identidades e mais. Em comum, todas essas abordagens procuram compreender os contextos locais frente a um contexto macro, com forças maiores que moldam o mundo moderno, portanto, fazem parte do que conhecemos como arqueologias do capitalista.¹¹⁶ Ou seja, inicialmente, um estudo sobre a dominação da cultura europeia sob os povos não europeus.

Atualmente a arqueologia pós-processualista tem ganhado força na academia, visto que propõe uma análise mais ampla dos vestígios e contextos arqueológicos, expandindo o seu campo de pesquisa.

As diferentes perspectivas teóricas que influenciaram o movimento pós-processualista, mencionadas acima, acabaram por definir várias tendências no estudo da cultura material, como a arqueologia estrutural, fundada no estruturalismo revisto; a arqueologia simbólica, na semiologia; a arqueologia crítica, no neo-marxismo. Todas elas, porém, são fortemente interpenetrantes. Fundado nessa diversidade e na falta de consenso, o pós-processualismo apresenta diferenças internas e divisões que, no entanto, são valorizadas ou mesmo celebradas pelos seus adeptos [...]. Fortemente criticada como não científica e subjetiva, construída a partir de especulações totalmente arbitrárias, vistas como imaginárias fantasias que carecem de comprovação, a interpretação pós-processual está longe de uma aceitação pacífica. Mas, da mesma forma como o movimento processual enriqueceu extraordinariamente a disciplina do ponto de vista metodológico, é inegável que o pós-processualismo trouxe importantes avanços teóricos, inserindo a Arqueologia nos grandes debates contemporâneos.

A arqueologia histórica se tornou a principal linha de pesquisa para os arqueólogos contemporâneos e dialoga com o movimento pós-processual. De modo que essa:

[...] pode dar conta também dos grupos sem escrita, através da cultura material, estudando a interação entre dominantes e dominados, letrados e iletrados, em diferentes contextos culturais e cronológicos. É justamente através da cultura material que a Arqueologia Histórica vai dar “voz” às pessoas comuns que não são visíveis no registro documental, mas que fazem parte dos processos que envolvem a formação do Mundo Moderno, como, por exemplo, os escravos no Brasil.¹¹⁷

Concomitante com o desenvolvimento científico da Arqueologia do Brasil, temos a constituição das leis federais de preservação e conservação, além de leis ambientais, de regulamentação do processo de escavação. Quando tratamos de patrimônio arqueológico,

¹¹⁵ Symanski, 8.

¹¹⁶ Symanski, 8-9.

¹¹⁷ GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica – Abordagens. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 58, p. 164, jan./jun. 2013. Editora UFPR.

devemos considerar suas complexidades tanto na conservação, preservação e pesquisa, como no entorno, no solo e subsolo ao qual este está inserido^{118,119}. Além disso, é necessário atentarmos para os agentes e os significados atribuídos por eles aos espaços. No caso do Brasil, onde a relação entre o patrimônio arqueológico e a população atual, boa parte, não é dada pela ancestralidade direta, fica difícil compreender as necessidades de preservação que os vários segmentos sociais apontam para esse tipo de bem cultural.¹²⁰

As investigações referentes às descobertas de objetos de caráter arqueológico sejam elas por meio de escavações do solo ou numa exploração de sua superfície, ambas são de responsabilidade do Estado Membro onde aconteceu a descoberta arqueológica. Qualquer vestígio arqueológico, cuja conservação seja de interesse histórico ou artístico,

Essas recomendações vieram a servir de base teórica para a elaboração de uma lei brasileira que viesse a regular a exploração arqueológica e a defesa do patrimônio histórico. Tal lei deveria contemplar medidas que viessem a obstaculizar o processo destrutivo do patrimônio histórico nacional. Discussões foram travadas pelas autoridades competentes sobre os motivos de depredação e destruição do patrimônio histórico e aspectos conceituais sobre conservação, restauração e preservação dos monumentos históricos e bens culturais.¹²¹

Assim, foi constituída a lei brasileira nº 3.924, de 26 de julho de 1961, publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que propôs então as obrigações da União em relação às áreas com sítios arqueológicos, bem como os direitos e deveres dos proprietários dos terrenos. Sendo, até hoje, um regulador das atividades de conservação e de proteção do patrimônio. Isto é, conservar frente ao tempo e as questões naturais como proteger de depredações e vandalismos desmedidos em todo o Brasil. Ou seja,

Por algum tempo essas medidas punitivas ficaram somente na teoria, tanto pela falta de fiscalização quanto pela própria ausência de institutos de pesquisas arqueológicas. Outro fator importante foi a total ausência de informação da população brasileira do que seria “um sambaqui” ou mesmo um sítio arqueológico qualquer. A falta de clareza do que seria patrimônio histórico ou do que seria monumento histórico, também

¹¹⁸ BRASIL. Constituição Federal. *Art. 23.* É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

¹¹⁹ CALI, Plácido. *Políticas Municipais de Gestão do Patrimônio Arqueológico*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Arqueologia. São Paulo, 2005.

¹²⁰ NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. *Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação*. Ci. Inf., Brasília, v. 37, n. 3, p. 9, set./dez. 2008.

¹²¹ JÚNIOR, Valdeci dos Santos. A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. *Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó*. V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005. p. 323

dificultava a execução dessa primeira Carta Patrimonial (que está em vigor até os dias de hoje) em seu sentido mais prático.¹²²

As políticas de preservação do patrimônio arqueológico no Brasil estavam restritas basicamente às ações governamentais. Desde o antigo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA (1965–1971), a comunidade científica não obteve preocupações devidas com os sítios que foram sendo destruídos por meio de escavações arqueológicas ou no decorrer do processo de urbanização do país, que requereu inventariar para sua proteção.¹²³

Num contexto político mundial conflituoso de transformações urbanas, as políticas públicas, as organizações, os institutos e os projetos que tinham relações com o patrimônio histórico/arqueológico, tiveram que se voltar ainda mais para as questões de proteção do patrimônio. Em 1969 a Convenção Europeia de Proteção da Herança Arqueológica requereu a aplicação de métodos científicos à pesquisa arqueológica e o fim das escavações ilegais como dois princípios importantes para a salvaguarda do patrimônio arqueológico.¹²⁴

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. Deveríamos, entretanto, procurar encarar estes artefatos como socialmente construídos e contestados, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e históricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração¹²⁵.

Mas podemos afirmar que, nacionalmente, a mais significativa lei sobre patrimônio foi a da Constituição República Federativa do Brasil de 1988 que, levando em conta as discussões acerca do patrimônio, evidenciou no seu cap. III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, sob o título Da Ordem Social, o art. 216, o conceito de patrimônio cultural. Tal capítulo contribuiu para que os estados e os municípios reformulassem suas políticas públicas culturais e patrimoniais para incorporar os novos debates nas suas legislações.

Salientamos que com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a ampliação na discussão sobre patrimônio e multiculturalidade ganhou mais força, dando significância às diversidades brasileiras. A Criação do Ministério da Cultura em 1985 promoveu uma aproximação entre cultura e patrimônios, no sentido antropológico e político, incorporando visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas. Além disso, com

¹²² Ibidem, p. 324

¹²³ CALI, Plácido. *Políticas Municipais...* Op. Cit. 2005.

¹²⁴ COUNCIL OF EUROPE. *European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage*. European Treaty Series, London, v.6, n. 66, p. 1-5, 1969.

¹²⁵ FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia e Patrimônio*. Lições: tributo a Paulo Reis Franklin da Silva / organizado por Giana Lisa Zanardo Sartori, José Francisco Spinelli, Karen Franklin. – Erechim, RS: EdiFapes, 2006. 212 p.

as experiências diferenciadas nos grupos humanos, fundamentando as identidades sociais e culturais, avançou também nas políticas de preservação.

Além disso, entre 1995 e 1998, o Governo Federal Brasileiro organizou e pôs em vigor a Ficha de Registro Arqueológico para padronizar o registro de sítios e escavações, promoveu um melhor controle e levantamento dos sítios encontrados e analisados. Nos anos de 2002,¹²⁶ 2015,¹²⁷ e 2016,¹²⁸ tivemos as portarias que trouxeram os anseios sob os bens arqueológicos móveis, além das licenças ambientais para as escavações, pesquisas e aplicação da marca da arqueologia.

A partir da análise da trajetória das leis sobre a noção de Patrimônio Arqueológico, conseguimos perceber que os mecanismos políticos federais sobre o patrimônio arqueológico sofreram com o contexto político e histórico brasileiro. Teve como relevante às medidas, Recomendações e Cartas de caráter internacional, que corroboraram para a construção de um caminho legal na constituição dos meios de proteção dos patrimônios arqueológicos.

2.2. Cultura Material Indígena

Diante do levantamento histórico da arqueologia no Brasil, nos atentamos neste subitem a concepção de cultura material e a construção da arqueologia indígena, bem como suas características físicas, de estrutura e função dentro das sociedades, relacionando com a memória desses povos. Trazemos um diálogo entre autores para melhor compreender os fundamentos desses objetos.

A memória é um elemento que, como afirma Pollack “[...] constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.¹²⁹

Ou seja, a memória como um fenômeno cultural, entendida como parte da história individual ou coletiva de uma sociedade, compreendendo as suas limitações como o esquecimento, a seleção do que é dito ou rememorado, possibilita relacionarmos à cultura material quando tratada de forma a corroborar na identificação de aspectos culturais de uma determinado grupo ou localidade, assim como no sentimento de pertencimento para com aqueles que produziram aquela materialidade.

¹²⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. *Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002*. Brasília, 2002.

¹²⁷ BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. *Portaria nº 341, de 13 de agosto de 2015*. Brasília, 2015.

¹²⁸ BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. *Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016*. Brasília, 2016.

¹²⁹ POLLACK, Michael. Memória e identidade social... Op. Cit. p. 204.

Lima afirma que

A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais.¹³⁰

Segundo Lima, a arqueologia como disciplina traz a investigação da manifestação, da manutenção e da transformação “dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida”¹³¹. A cultura material, desde o seu aparecimento, ainda seguindo o pensamento de Lima, é inerente a condição humana, “sendo ele mesmo entendido, segundo Miller (1994), como um artefato”.¹³²

Gheno; Machado citam Azevedo Netto; Souza¹³³, que expõem que

A cultura material pode ser entendida como um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto no sentido material como no simbólico, inseridas nas relações cotidianas. Como elementos formadores, consideramos todos os artefatos, objetos ou utensílios utilizados por grupos humanos no decorrer de sua presença em determinada paisagem.¹³⁴

Portanto, percebemos que a ideia de cultura material é diversa e ampla, trazendo uma complexidade social e física. Lima nos mostra isto quando afirma que a cultura material “promove mudança social, marca diferenças sociais, reforça a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante”.¹³⁵

Meneses nos mostra que

Naturalmente, os traços materialmente inscritos nos artefatos orientam leituras que permitem inferências diretas e imediatas sobre um sem-número de esferas de fenômenos. Assim, a matéria prima, seu processamento e técnicas de fabricação, bem como a morfologia do artefato, os sinais de uso, os indícios de diversas durações, e assim por diante, selam, no objeto, informações materialmente observáveis sobre a natureza e propriedades dos materiais, a especificidade do saber-fazer envolvido e da divisão técnica do trabalho e suas condições operacionais essenciais, os aspectos funcionais e semânticos – base empírica que justifica a inferência de dados essenciais sobre a organização econômica, social e simbólica da existência social e histórica do objeto. Mas, como se trata de inferência, há necessidade, não apenas de uma lógica teórica, mas ainda do suporte de informação externa ao artefato.¹³⁶

¹³⁰ LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 21-22, jan.-abr. 2011.

¹³¹ LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais... Op Cit. p. 12.

¹³² Idem.

¹³³ AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; SOUZA, Amilton Justo de. A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 62-76, jan./abr. 2010.

¹³⁴ GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica... Op. Cit. p. 165.

¹³⁵ LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão... Op. Cit. p. 21

¹³⁶ MENEZES, Ulíiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo, CPDOC/FGV–IEB/USP, 1997. p. 3.

Portanto, a cultura material nos permite deduzir sobre um processo histórico-cultural de quem as produziu, mas necessita de um aporte externo de documentação e análises teórico-metodológicas que compreendam os limites desses objetos, visto que, a percepção que temos ao ir de encontro aos artefatos, são seus aspectos físicos. É nesse processo que, relacionar a documentação histórica com a memória de um grupo social, oportuniza a inferência de informações acerca do objeto.

À integridade física do artefato corresponde sua verdade objetiva. Os discursos sobre o artefato é que podem ser falsos. [...] os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia.¹³⁷

Ou seja, os objetos possuem a sua própria história a partir de sua concepção física, podendo sofrer com diversas mudanças ao longo do tempo, mas a sua estrutura permanece. O que vemos na história é a construção de narrativas acerca do objeto, podendo ter sincronia ou não devido a diferentes fatores como a própria fonte material, à documentação, a memória e o esquecimento.

O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica.¹³⁸

Nesse sentido, o artefato não é neutro, mas possui características próprias que cabe ao pesquisador buscar compreender as informações possíveis de captar. O objeto como documento depende de todo um aporte teórico-metodológico que o pesquisador tem de levar em conta na hora de analisar o artefato. O que vai ser construído historicamente a partir da análise terá influências sociais e culturais de quem as produz, mas também de suas características morfológicas.

No início do século XX os materiais arqueológicos foram classificados em tipologias aprovadas, adotadas e reproduzidas socialmente, tipologias essas que ofereceram sustentação para mecanismos de desenvolvimento progressivo reconhecendo traços em comum das culturas arqueológicas, em determinado tempo e espaço. Mas indagações foram levantadas sobre essas

¹³⁷ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material... Op. Cit. p. 4-5.

¹³⁸ Ibidem, p. 13

classificações tipológicas. O argumento usado trazia que “não bastava descrever e classificar objetos, sendo necessário averiguar onde eles foram feitos, quem os fez, como e por quê. As tipologias, por sua vez, deveriam ser construídas com o propósito de estabelecer cronologias”.¹³⁹

Com o passar do tempo, a teoria histórico-culturalista ganhou força e trouxe a percepção de que “as coisas materiais mudam porque as pessoas mudam. a homogeneidade na cultura material se tornou a assinatura de um grupo étnico no registro arqueológico, enquanto variações se tornaram marcadores de diferenciação”.¹⁴⁰ Este pensamento promoveu mudanças no que tange a materialidade como documento, onde essa era vista dissociada das demais fontes para análise social, cultural e histórica. Segundo Ulpiano Bezerra de Menezes

[...] uma nova categoria que, aos poucos, vai-se ampliando quanto a esta função informativa: são os objetos, as coisas físicas. Todo tipo de artefato, tudo que é resultado da ação do homem sobre a realidade física: artefatos desde os utensílios até a estruturas de todo tipo e, inclusive, as paisagens, na medida em que elas são alteradas pela ação humana e apropriadas culturalmente. Hoje em dia se vem reconhecendo cada vez mais ao objeto sua função de documento, ainda que a predominância dos textos seja inquestionável.¹⁴¹

Ou seja, todo objeto produzido ou alterado pelo ser humano pode ser visto como uma fonte documental. Contudo, como afirma Netto; Souza¹⁴², os documentos arqueológicos nos dão informações quando interrogados corretamente. Deste modo, as fontes arqueológicas nos permitem perceber indícios de relações sociais diferentes do que vemos na literatura clássica e em determinados documentos, ou mesmo ratificar informações pré-existentes.

“Assim, o trabalho com a cultura material não exige apenas disposição de alargar o espectro documental; implica também uma mudança de raciocínio, que habilite a pensar outros problemas ou os mesmos problemas de outra forma”.¹⁴³ Deste modo, a cultura material indígena nos permite repensar todo um processo histórico, ou como mencionado anteriormente, reiterar informações acerca desses grupos étnicos ao longo do tempo.

Quando falamos de cultura material indígena no Brasil,

ainda são poucos os trabalhos de pesquisa envolvendo arqueólogos e coletivos indígenas. Normalmente, quando estes ocorrem estão relacionados: 1) com pesquisas arqueológicas e etnoarqueológicas que visam à construção de uma história indígena

¹³⁹ GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica... Op. Cit. p. 13.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ MENESES, Ulpiano Bezerra de. O objeto material como documento. Este texto é a reprodução de uma aula ministrada no curso "Patrimônio cultural: políticas e perspectivas" organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, em 1980. Foram suprimidas as redundâncias e acrescentadas notas de rodapé, mas manteve-se o tom oral.

¹⁴² AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; SOUZA, Amilton Justo de. A importância da cultura material... Op. Cit. 2010.

¹⁴³ REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4 p.277, jan./dez. 1996

de longa duração; 2) com pesquisas etnoarqueológicas que tem como foco o entendimento da relação entre comportamento humano e cultura material; 3) com situações de demarcação, manutenção ou reivindicação de territórios tradicionais por parte dos coletivos indígenas; 4) com a realização de empreendimentos que demandam trabalhos de arqueologia preventiva e etnoarqueologia; 5) com a esfera da arqueologia pública.¹⁴⁴

As novas propostas que foram emergindo ao longo dos anos tem possibilitado novos olhares para relação entre arqueólogos e grupos indígenas. Essa conexão precisa ganhar corpo, como afirma Silva, mas vem acontecendo de modo que as perspectivas étnicas têm sido importantes para compreender, até mesmo, os vestígios que são encontrados em escavações em conjunto aos grupos indígenas. Corroborando assim, para uma construção temporal de ocupação dos antepassados dos grupos.

Segundo Ângela Buarque

Para as tribos históricas são variadas as fontes de informação. Sem negar a sua importância, enfatizo que devem ser relativizadas por terem origem diferenciada: cartas de religiosos (católicos e protestantes), crônicas de viajantes, relatos de colonizadores que, nas suas narrativas, deixam transparecer critérios ideológicos e políticos e interesses específicos, além do fato de documentarem uma sociedade em seu momento de desestruturação, devido à presença do colonizador europeu.¹⁴⁵

Apesar das diferentes fontes, e do cuidado que temos que ter sobre elas, podemos induzir algumas características arqueológicas acerca dos grupos indígenas. Ainda seguindo as análises de Buarque, a cerâmica indígena possui decorações variadas, tamanhos diversos e funcionalidades fluidas, onde, a exemplo, um utensílio doméstico poderia ser utilizado em um ritual funerário.¹⁴⁶ Segundo Gaspar¹⁴⁷

A cerâmica é um material mais durável e resistente aos roedores, insetos e umidade em comparação com outros materiais, como palha e tecidos. Ela pode conter líquidos, pode ser colocada diretamente ao fogo e, além disso, uma mesma vasilha pode ser utilizada para diferentes tarefas (RICE, 1987: 208-209). Inferir a função específica de uma vasilha cerâmica pode ser complicado sem uma base de comparação etnoarqueológica ou análises arqueométricas, de restos de alimentos e marcas de uso, já que o contexto de uso pode ser muito variado. A variabilidade encontrada também vai depender da frequência de uso de determinados tipos de vasilhas, a quantidade em que cada tipo é produzido, o modo como são armazenados, reutilizados e descartados, podendo ser relacionada à variabilidade quantitativa de Schiffer e Skibo (1997).

¹⁴⁴ SILVA, Fabiola Andrea. O Plural E o singular das arqueologias indígenas. *Revista de Arqueologia*. Volume 25 - N.2: 24-42, 2012. P. 30.

¹⁴⁵ BUARQUE, Ângela. A Cultura Tupinambá no Rio de Janeiro. In. TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-história na Terra Brasilis*. Editora UFRJ, 1999.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ GASPAR, MELIAM. *A cerâmica Arqueológica na terra Indígena Kaiabi (MT/PA)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia. MAE/USP - 2014. P.

Ao longo dos anos foi percebendo tradições¹⁴⁸ ceramistas diversas, com datações também diversas assim como os seus usos e fabricações. A partir de uma expansão territorial brasileira, as tradições foram divididas em três grupos grandes, os amazônicos, as regionais e nacionais. “duas tradições atingiram o litoral do Rio de Janeiro: a Tradição Una (regional) e a Tradição Tupiguarani (nacional)”.¹⁴⁹

Sobre o grupo Tupi-guarani, Paulo Seda apresenta que a

Sua expansão demonstra que eram grupos de grande mobilidade e alto grau de adaptação. Sua cerâmica, não tão boa tecnologicamente, é extremamente decorada, ocorrendo tanto à pintura policroma (vermelho e preto sobre branco) com padrões geométricos, quanto à decoração plástica (corrugado, escovado e ungulado, principalmente). Estes padrões decorativos parecem predominar diferentemente entre as subtradições e as regiões. As formas são bem diversificadas, parecendo predominar os vasilhames tipo vasos e tigelas.¹⁵⁰

Nos sítios arqueológicos encontrados ao longo do tempo, que possuíam vestígios dessa tradição, seguiam, segundo Seda, um “padrão típico das aldeias”,¹⁵¹ onde não havia tanta profundidade. Em relação aos enterramentos, estes eram primários e secundários, havia um processo primário de enterramento e depois de um determinado tempo este era substituído por um novo. Quanto a cerâmica tupi-guarani, Noeli nos propõe uma análise que

Considerando a cronologia das fases que constituíam as subtradições Pintada, Corrugada e Escovada, Brochado sugeriu que houve uma involução dentro da Tradição Tupiguarani (de fato, uso o conceito “evolução”). A subtradição Pintada seria a mais antiga, seguida da Corrugada e da Escovada, que se propagariam por “ondas migratórias”. As datações mais antigas estavam no Sul, e as mais recentes ao norte, concordando com o modelo original de Meggers e Métraux.¹⁵²

Ou seja, as percepções de Noeli dialoga com o que Seda afirma no que destacamos anteriormente, as características físicas, corrugadas, escovadas e pintadas, são comuns à tradição tupi-guarani. Foram se adaptando e se transformando conforme o tempo.

Além disso,

Dentro deste pensamento e considerando que a cultura material reflete e interfere no meio, os restos arqueológicos, por suas propriedades, podem permitir inferências sobre algum fenômeno específico ou sobre como e por que as sociedades mudam, bem como operam tais mudanças. O princípio básico em qualquer conjunto de restos

¹⁴⁸ Tradição - grupo de elementos ou técnicas com persistência temporal. CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. 2º ed; rev. *Cadernos de Arqueologia*. 1 (1) 119-148.

¹⁴⁹ SEDA, Paulo. Espaço e tempo nas sociedades primitivas: as Tradições Una e Tupiguarani no Rio de Janeiro Pré-Colonial. In: Silvia Dias Pereira; Joana Gaspar Freitas; Sergio Bergamaschi; Maria Antonieta C. Rodrigues. (Org.). *Formação e ocupação de litorais nas margens do Atlântico - Brasil/Portugal*. 1º ed. Rio e Janeiro: FAPERJ/Corbá, 2014, v. , p. 113.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 115.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² NOELI, Francisco Silva. José Proenza Brochado: vida acadêmica a Arquelogia *Tupi*. Editores PROUS, André; LIMA, Tania Andrade. Os Ceramistas Tupiguarani. Vol. 1, Sínteses regionais. 2º edições. P. 24.

arqueológicos, do ponto de vista comportamental, é que os produtores de tal conjunto, desenvolvendo uma adaptabilidade, orientaram suas atividades de forma metódica. Assim, o conjunto reflete tanto o padrão de suas atividades como a sua integração.¹⁵³

Ou seja, através dos vestígios, podemos perceber as transformações e adaptações que os grupos étnicos sofrem e se colocavam de modo a sobreviver em meio ao contexto histórico em que viveram. Segundo Dias Jr., os primeiros grupos ceramistas

[...] estão filiadas à tradição denominada Una, com três fases culturais componentes (Una, Mucuri e Piumhi). Através de datações obtidas pelo método do C-14¹⁵⁴ sabe-se que já ao redor do século VI da nossa Era grupos tribais Mucuri se fixavam no baixo curso do Rio Paraíba. Provavelmente pela mesma época, mais pelo litoral, outros grupos, na fase Una, ocupavam, inclusive, locais anteriormente habitados pelos Itaipu. Em S. Pedro da Aldeia foi possível localizar-se sítio com esta superposição.¹⁵⁴

Já em relação as tradições tupi-guarani, Dias Jr. expõe que

Os tupis-guaranis adaptavam-se a inúmeras situações ecológicas, sempre mantendo padrões de associação e motivos estéticos singularmente conservadores. Sua cerâmica apresenta em todo o país, a mesma técnica decorativa e a mesma variação nos padrões empregados. Há grande diversificação na decoração e na forma do vasilhame, mas certa permanência nos padrões de enterramento, onde predomina o secundário em urnas. O grupo tupi-guarani presenciou, ajudou ou combateu a ocupação europeia da região. Sua cerâmica permaneceu sendo feita após a conquista e muitos traços dela, mesclados com influências europeias e negras, mantiveram-se perpetuados através da cerâmica neobrasileira ou cabocla.¹⁵⁵

Portanto, percebemos que mesmo após a ocupação europeia, características da cerâmica indígena, e até mesmo a sua confecção pelos povos que permaneceram em contato com o colonizador, foram encontrados nos sítios arqueológicos no Rio de Janeiro, podendo relacionar a permanência destes grupos étnicos nos assentamentos coloniais e a própria relação entre europeu e indígenas. Desse modo, o estudo sobre a cultura material indígena no Rio de Janeiro, possui uma significativa produção literária e de pesquisa, principalmente no que tange o litoral.

Quanto ao Recôncavo da Guanabara, temos pesquisas arqueológicas especialmente relacionadas aos sambaquis e os seus produtores de forma mais relevante quanto as cerâmicas. Ambos os vieses de análise, sambaquianos ou ceramistas, presentes e encontrados na Baixada Fluminense, tem como principal pesquisador o IAB, Instituto de Arqueologia Brasileiro, que trazemos para análise no terceiro capítulo deste trabalho.

¹⁵³ Ibidem p. 121.

¹⁵⁴ DIAS JR., Ondemar Ferreira. A Pré-História Fluminense. *Revista Pilares da História – Textos sobre a história de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense*. Ano III – n° 4, maio de 2004. P. 86.

¹⁵⁵ Idem.

CAPÍTULO III – O IAB, A ARQUEOLOGIA E OS POVOS INDÍGENAS.

3.1. O Instituto de Arqueologia Brasileira e sua história.

O Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB – possui uma forte ligação com a Baixada Fluminense, visto que sua sede se localiza em um dos municípios pertencentes a esta região do estado do Rio de Janeiro. O Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, fundado em 29 de abril de 1961, é uma instituição de caráter científico-cultural, sem fins lucrativos que, há anos, dedica-se à Pesquisa, Ensino e Divulgação da arqueologia brasileira. Em 1965 estabeleceu sede própria na Vila Santa Tereza, em Belford Roxo-RJ.



Figura 3 - Sede do IAB. Década de 1970.

Dias expõe que,

Quem conhece nossa “finisterra” sabe onde fica o Brizolão (CIEP 217). Para os que não conhecem digo, fica numa das extremidades da velhíssima Estrada da Conceição, ali onde ela muda de nome para Estrada São João de Fora. Ali também fica a sede do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), aliás, que foi quem cedeu oficialmente metade do seu terreno ao Estado para a construção do CIEP. O IAB ocupou parte de uma extensa propriedade do Senhor Ondemar Dias que a recebera por troca de outra propriedade que adquirira na então “Vila da Saudade”, do outro lado do rio Sarapuí. Consta até que na base do morro em que aquele terreno está situado, a rua se chamaria Rua Ondemar Dias em sua homenagem, mas alguém da Prefeitura de Duque de Caxias não entendeu o nome e, na placa, consta o nome “Oldemar Dias”, ou seja, de alguém que nunca existiu. Com o passar dos anos o IAB cada vez mais se expandiu sobre a sua metade do terreno e, a partir do nº 45, acabou ocupando toda a área, claro que com o apoio do seu doador, meu pai¹⁵⁶.

Atualmente o Instituto conta com prédios ao longo de sua expansão territorial, divididos de modo a manter a organização e proteção do seu acervo. São eles: o administrativo, o laboratório, o solar, a biblioteca, área de ensino e o espaço de apoio. Segundo professor Ondemar Dias¹⁵⁷, história do Instituto surge “da primeira instituição privada de pesquisas do Brasil – Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas Arqueológicas – ABEPAP que, desta cepa fizeram parte entre outros o Professor Claro Calasans Rodrigues¹⁵⁸ e Ondemar Dias”¹⁵⁹. Em sua trajetória o IAB, até o presente momento teve, efetivamente, dois presidentes e uma

¹⁵⁶ Memórias Calunduenses II. Preservar: arqueologia e história em revista, 2023. Rio de Janeiro: IAB Editora, *Revista do Instituto de Arqueologia Brasileira* - Jan. 2023 - Ed. 3. p. 67.

¹⁵⁷ Titular e Livre Docente em História da América na UFRJ, Arqueólogo e Diretor Presidente do Instituto de Arqueologia Brasileira- IAB.

¹⁵⁸ Arqueólogo e um dos fundadores do IAB.

¹⁵⁹ Origens do IAB. Preservar: arqueologia e história em revista, 2023. Rio de Janeiro: IAB Editora, *Revista do Instituto de Arqueologia Brasileira* - Jan. 2023 - Ed. 3. p. 11.

presidente. Desde a sua fundação até o final dos anos de 1980 sua presidência foi exercida pelo Professor Claro Calasans Rodrigues.

Em seguida, a Dra. Lília Cheuiche Machado, doutora em Antropologia Social pela USP foi eleita a assumir o cargo. Em 2000 foi eleito o Dr. Ondemar Ferreira Dias Júnior, livre-docente em História da América-UFRJ, foi reeleito a cada cinco anos onde, atualmente, permanece no cargo de Diretor-Presidente da instituição. Ao final da década de 1970, a instituição se tornou responsável pelo registro de mais de 200 sítios arqueológicos na Região Norte do Brasil e por escavações em cerca de oito deles. Atualmente estima-se mais de 1.000 sítios localizados e pesquisados.

Muitos pesquisadores passaram pela instituição corroborando para a formação e constituição do instituto como protetor de diversos acervos de diferentes sítios arqueológicos no Brasil. A contribuição intelectual desses pesquisadores atravessaram fronteiras, muitos estudaram e ou trabalharam fora do país, trazendo para as suas pesquisas no Brasil e para o IAB, o aprendizado externo.

Na revista “Preservar: arqueologia e história em revista”, promovida pela editora do IAB, é apresentado para nós, em formato de crônica, alguns desses sujeitos que fizeram parte desse processo de construção do IAB, estando em sua 4º edição, figuras como o já mencionado Claro Calasans, mas também José Carlos de Oliveira, o primeiro técnico em arqueologia, e o arqueólogo descobridor da Gruta do Gentio, Franklin Levy, estão presentes nos relatos.

Em 1974, o IAB fundou o Centro de Estudos Arqueológicos na Casa do Capão do Bispo, em Del Castilho, em parceria com o Departamento de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro. A partir de 1998 passou a atuar de maneira mais corrente na Arqueologia de Contrato planejando e executando Diagnósticos, Salvamentos, Resgates e Monitoramentos arqueológicos; atividades de Educação Patrimonial e Levantamentos de dados de Patrimônio Cultural Imaterial (PCI). Em 2016, após vistorias, foi definitivamente aprovada pelo IPHAN/CNA como instituição apta para guarda de acervo de acordo com as novas regras das entidades fiscalizadoras.

Desenvolveu pesquisas científicas na área da arqueologia acadêmica tendo, como suporte financeiro, convênios firmados com órgãos de fomento à pesquisa, tanto de fórum nacional quanto internacional e arqueologia de contrato com empresas estatais e do setor privado. É uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq. Credenciada, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para Guarda de Acervos Arqueológicos. Comporta hoje dez prédios, reserva técnica, área museal (registrada no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)), laboratórios, (já utilizados por pesquisadores da FIOCRUZ), almoxarifados, salas de

aula e alojamento para pesquisador-visitante, além de áreas para atividades de cunho sociocultural¹⁶⁰.

A instituição mantém suas pesquisas, cursos, exposições, projetos, a partir de parcerias e convênios com diversas outras entidades municipais, estaduais e federais. Neste último a relação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – se faz necessária uma vez que o patrimônio arqueológico compete ao âmbito federal, fazendo parte assim do patrimônio cultural material que

[...] engloba os vestígios e os lugares relacionados a grupos humanos pretéritos responsáveis pela formação identitária da sociedade brasileira, representado por sítios arqueológicos, peças avulsas, coleções e acervos que podendo ser classificado em bens móveis e imóveis¹⁶¹.

Desta forma, o Instituto, com auxílios financeiros externos, proporcionou e proporciona pesquisas e descobertas significativas para a arqueologia e história brasileira, assim como, mantém a preocupação de seguir com os parâmetros federais de conservação e preservação de bens arqueológicos escavados. Entre 1974 e 2012 manteve em funcionamento o Centro de Estudo Arqueológicos – CEA – em convênio com a antiga DPGHA-GB, posteriormente INEPAC¹⁶².

[...] atuou em pesquisas acadêmicas e de contrato em oito estados brasileiros: Amazonas, Acre, Rondônia, Tocantins, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. No Amazonas o fez a convites do Museu Paraense Emílio Goeldi (INPA/CNPq), Belém-PA e do Smithsonian Institution (Washington, D.C) por meio dos Programas: PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) e do PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica), sob a coordenação geral da Dra. Betty J. Meggers, Dr. Clifford Evans e Dr. Mário Simões. Concomitantemente e nos anos posteriores também desenvolveu pesquisas pelo PROPEVALE (Programa de Pesquisas do Vale do São Francisco) o "Interior Fluminense", o "Paraíba Mineiro", entre outras dezenas¹⁶³.

O IAB, em um de seus projetos, o *Projeto Curumim*, propõe a participação de jovens da comunidade no entorno nas pesquisas e atividades realizadas na Instituição. São jovens entre 7 e 18 anos que, através de uma educação patrimonial, treinamentos profissionalizantes, aulas esportivas e atividades extracurriculares, promovem o distanciamento da exploração infantil, assim como da vulnerabilidade da comunidade ao qual esses jovens residem. O Projeto hoje é

¹⁶⁰ IAB. Disponível em: <https://arqueologia-iab.com.br/quem-somos/>. Acesso em 27 de julho de 2023.

¹⁶¹ IPHAN. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico>. Acesso em 27 de julho de 2023.

¹⁶² Editora IAB. Instituto de Arqueologia Brasileira: ensino, pesquisa e divulgação. Material de divulgação fornecido pela Instituição. 2017.

¹⁶³ Editora IAB. Instituto de Arqueologia Brasileira: ensino, pesquisa e divulgação. Material de divulgação fornecido pela Instituição. 2017.

patrocinado pela Eletrobras Furnas e coordenado pela arqueóloga e Diretora Vice-presidente do IAB Jandira Neto.

Desde sua fundação o IAB tem se dedicado a pesquisa arqueológica bem como, após firmar sua sede, em seguir os parâmetros como uma instituição de salvaguarda do bem arqueológico, tendo construído um espaço de conservação e proteção para esses bens.

O Acervo possui relevância histórica por conter dados que remontam a diversas fases da Arqueologia no Brasil, desde o amadorismo na década de 1960, ao investimento internacional na área durante as décadas de 1970 e 1980, até o surgimento da pesquisa contratual no licenciamento ambiental, a partir da década de 1990. Para a Cultura do país, este acervo dissemina o resultado de pesquisas realizadas e dados coletados num período de quase seis décadas, sobre a evolução genética e cultural do homem brasileiro. Neste acervo constam inúmeras e valiosas informações sobre: a forma de vida da população sambaquiana e a cultura pré-colonial; a fase de ocupação do Brasil pelos Europeus e a troca de influências culturais destes com os nativos; a vinda e a presença dos africanos como escravos entre os Séculos XVII e XIX e a disseminação da cultura e da religiosidade destes povos; a revolução industrial e a modernização urbana em diversas regiões do Brasil nos últimos dois séculos.¹⁶⁴

Ou seja, o acervo do IAB, composto por diferentes tipos de vestígios arqueológico de diversos sítios no Brasil, são de grande importância para a história do país. No ano de 2017, em razão de sua importância para a cultura na Baixada Fluminense e para o estado do Rio de Janeiro, o IAB foi reconhecido como Utilidade Pública no Município de Belford Roxo-RJ, recebendo assim, o diploma *Heloneida Studart de Cultura*¹⁶⁵ pela Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Sendo também certificado como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura e o seu Acervo Documental declarado de Interesse Público e Social para o Brasil presidência da república, através do Decreto Federal Nº 9.618 de 18 de dezembro de 2018.

O IAB detém um acervo diverso, explicitaremos levemente cada um, assim como o papel do Instituto na conservação deles. Os prédios que competem ao acervo possuem nomes de figuras importantes para a arqueologia e para o Instituto além de serem divididas ou por sítios ou por tipologia do acervo. Cada prédio que forma o complexo do acervo, em sua maioria, se localiza no edifício do laboratório de análises, dividido por temática e ou catálogos.

¹⁶⁴ Entidades Custodiadoras no Estado do Rio de Janeiro Conselho Nacional de Arquivos. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-estado-do-rio-de-janeiro/instituto-de-arqueologia-brasileira-iab>>. Acesso em 12/03/2024.

¹⁶⁵ ALERJ. Projeto de Resolução Nº 1251/2022. “Art. 1º Fica instituído o Diploma Holoneida Studart de Cultura, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a ser conferido às pessoas físicas e jurídicas, organizações não governamentais, órgãos públicos e iniciativas que se destacarem na promoção da cultura no Estado do Rio de Janeiro”.

Iniciamos falando do prédio Salles Cunha¹⁶⁶. Segundo a professora Jandira Neto¹⁶⁷, Cunha foi catedrático em odontologia na década de 1950/60 e afeiçoado por arqueologia, especialista em patologias dentárias. Utilizava de seu acervo arqueológico, adquirido em uma época em que a legislação não era muito clara quanto às escavações, e utilizava em suas aulas. Neste prédio existe uma coleção que reúne alguns dos artefatos localizados por Cunha ao longo da vida. Ele foi também sócio do Instituto de Arqueologia Brasileira e deixou uma coleção de restos biológicos (humanos e faunísticos) e de outros artefatos arqueológicos, assim como diversas de suas publicações ao Instituto.



Figura 4 - Painel do prédio Salles Cunha



Figura 5 - mostra dos expositores originais usadas em sala de aula na década de 1960 - acervo IAB.

O segundo espaço que é utilizado para guarda do acervo é a biblioteca. Neste espaço encontram-se obras doadas e adquiridas pelo IAB ao longo dos anos, entre as doações está uma

¹⁶⁶ Ernesto de Mello Salles Cunha formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro em 1927; Exerceu o magistério por 40 anos como Professor de Medicina na UFF e UFRJ. Criou a Jornada de Odontologia Professor Coelho e Souza

¹⁶⁷ Doutora em História Comparada PPGHC/UFRJ, Psicóloga, Arqueóloga e Diretora-Vice-Presidente do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB.

coleção de diversas obras que pertenciam ao professor Genesis Torres¹⁶⁸, importante figura na Baixada Fluminense e pesquisador da região. Além de outras doações e publicações do próprio Instituto e de seus membros.

Um outro espaço importante para o acervo é o prédio de arqueobiologia. Este prédio e a biblioteca tivemos pouco acesso devido a demanda da pesquisa e a procura pelos artefatos selecionados para análise. Mas encontramos neste espaço matérias como sambaquis, materiais ósseos, dentários, entre outros tipos de artefatos que compreendem à análise arqueobiologica. Em ambos os espaços mencionados acima, há uma preocupação em proteção e conservação. Os prédios possuem um piso propício para manter temperatura ambiente e os objetos estão dispostos em caixas embalados para preservar a sua integridade.

Um outro espaço de acervo que conhecemos é o prédio do “arco metropolitano”. Neste espaço encontram-se materiais de todo o processo de escavação das obras de construção do arco metropolitano no Rio de Janeiro. Esta escavação acarretou a publicação do livro *A Pré-história e a História da Baixada Fluminense: A ocupação humana na bacia do Rio Guandu*. Este livro aborda todo o processo de escavação, os achados, os processos burocráticos entre arqueólogos e empreiteiros. Todo o processo de educação patrimonial, monitoramento e salvamento dos vestígios encontrados. No livro também foi relacionado e analisado a presença humana a partir desses artefatos encontrados na Baixada Fluminense, foram quatro anos de projeto arqueológico no arco metropolitano.

O laboratório é a parte central desse complexo predial. Nele acontece nos encontros e reuniões bem como todo o processo de registro e catalogação dos artefatos que chegam de uma escavação. Nele também encontramos boa parte do acervo documental do IAB que foi declarado, em 2018, de Interesse Público e Social pela Presidência da República através do Decreto Federal Nº 9.618 de 18 de dezembro de 2018.

Como consta no Decreto, Art. 1º – *Fica declarado de interesse público e social o acervo documental privado do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, por sua relevância para a identidade nacional e por conter informações referentes à ocupação e à colonização do território brasileiro e pesquisas arqueológicas em igrejas e fazendas em Estados brasileiros.* Desde 2015 o IAB vem buscando este reconhecimento. A iniciativa partiu do Diretor Sociocultural Interino Diego Lacerda que, em meados de 2015, apresentou a sua Diretoria o procedimento para a solicitação da Declaração via Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ que “é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão

¹⁶⁸ Gênesis Torres, foi historiador formado pela Universidade Federal Fluminense em 1971. Por volta de 1986, foi chefe de gabinete e secretário de educação da prefeitura de São João. Em 1988, foi eleito vereador, ocupando o cargo por dois mandatos, até 1996. Foi nesse período, como vereador, que participou da criação do Instituto Histórico de São João de Meriti.

central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo". (Fonte: Site do CONARQ).¹⁶⁹



Figura 6 - Alessandro representante técnico do laboratório com os arquivos.

Chegamos então aos dois principais prédios de acervo significativas para nossa pesquisa, visto que, foi onde encontramos os catálogos e, assim, seus artefatos. O primeiro prédio é denominado Betty Meggers. Neste encontramos a grande maioria dos artefatos analisados no próximo subitem. Encontramos também, grande parte do acervo do IAB que foi encontrado fragmentado e que ainda não passou por restauro. O prédio é dividido em salas numeradas de I ao VII. Cada saleta possui uma divisão por tipologia de artefatos. Mas devido as reformas e reorganização do acervo, há caixas que estão fora da organização. Outro aspecto do acervo neste prédio é que como as caixas são organizadas por sítios e quadrantes destes sítios, numerados em um catálogo para uma ordenação do Instituto, em nossa busca por vestígios arqueológicos indígenas nos deparamos com artefatos não indígenas juntos em uma mesma caixa como, faianças, tijolos, cerâmicas não indígenas, provavelmente de um processo de contato. Apesar de estarem juntos, os artefatos estão guardados e conservados em caixas e embalados.

O segundo prédio significativo para a pesquisa é a Clifford Evans conhecido também como a reserva técnica do IAB. Este contém a maior parte dos artefatos restaurado e ou encontrados em melhor conservação. Foi onde encontramos a urna restaurada do sítio Dona

¹⁶⁹ NETO, Antônia. Acervo Documental do IAB é Declarado de Interesse Público e Social pela Presidência da República. Disponível em: <<https://arqueologia-iab.com.br/acervo-documental-do-iab-a-declarado-de-interesse-paoblico-e-social-pela-presidaanca-da-repaoblica/>>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

Laura¹⁷⁰. Nesta sala também encontramos outros tipos de cerâmicas, como também faianças e objetos doados para o Instituto. A sala de restauro fica dentro da Clifford Evans, portanto, todo processo ocorre ali, ou, quando há uma demanda maior, divide-se com o espaço do laboratório central.



Figura 7 - Reserva técnica - parte do prédio Clifford Evans.

O Instituto também conta com o prédio administrativo que possui uma pequena exposição ao visitante, que encontramos também parte do acervo do sítio Dona Laura. Neste edifício ocorre todos os encontros com o visitante e ou pesquisador/parceiro do IAB. Conhecido como anexo, as aulas do projeto curumim ocorrem, além do espaço externo do laboratório, em uma das salas do prédio administrativo. Assim como os demais eventos do IAB.

Portanto, apresentado brevemente os edifícios significativos, e os que não pudemos nos aprofundar devido a demanda da pesquisa, assim como a história do IAB como instituição de pesquisa e proteção do bem arqueológico, explicitaremos no próximo subitem acerca do acervo que selecionamos a partir dos filtros que regem essa pesquisa. Dialogando assim, o IAB e a construção de seu acervo indígena na Baixada Fluminense, em específico, Belford Roxo.

3.2. O Acervo arqueológico dos povos indígenas.

Neste subitem analisamos um conjunto arqueológico específico do acervo pertencente ao IAB pré-selecionado de acordo com os parâmetros já apresentados. Assim, os artefatos pertencentes aos grupos indígenas presentes no acervo do IAB e, a partir disso, os vestígios indígenas que foram encontrados nos atuais municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu.

¹⁷⁰ Ver Anexo VI.

A análise a seguir foi dividida do seguinte modo: sítios arqueológicos indígenas encontrados nos municípios supracitados, ordenados pela quantidade de vestígios coletados em cada um deles e por região. Iniciamos pelo município de Belford Roxo onde a quantidade de sítios é maior e finalizamos com o município de Nova Iguaçu. No primeiro momento de levantamento de fichas catalográficas, percebemos a ausências de informações em algumas delas, mas nos foi disponibilizado um levantamento digital de registro e guarda desses materiais por prédio que, apesar de também não estar completo, nos proporcionou construir um caminho até os artefatos.



Figura 8 - Caixa com Fichas Catalográficas.

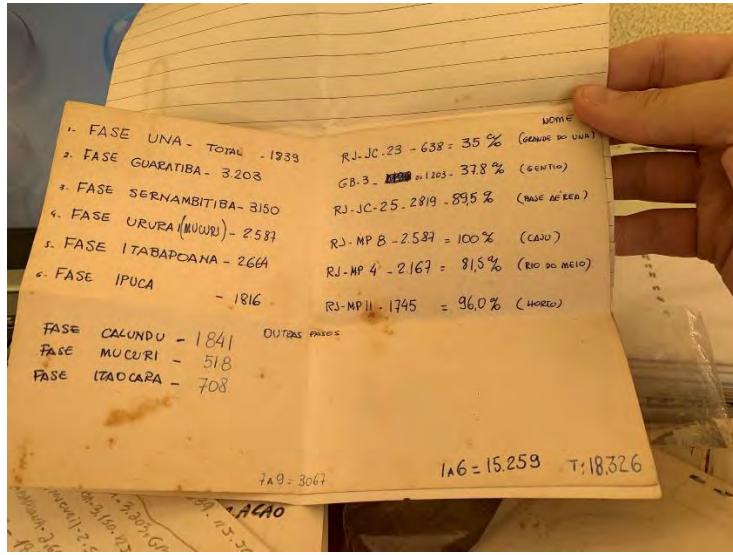


Figura 9 - Ficha Catalográfica com uma estimativa de artefatos por fase delimitada pelo próprio IAB.

Aqui abro um parêntese para explicar que todos os artefatos selecionados para análise nesta pesquisa não possuem datação precisa, pois para tal necessita-se de um processo institucional entre centros de pesquisa arqueológica brasileiro e internacionais para realização de coleta, verificação e validação da datação do objeto, o que não ocorreu com estes artefatos selecionados. Acredita-se que podem ser referentes ao século XVII.

Ao todo foram encontrados seis sítios arqueológicos no que hoje compreendemos como Belford Roxo. Estes sítios foram selecionados por possuírem artefatos que pertencem ao grupo indígena que possivelmente estiveram presente na região entre os rios Sarapuí e Iguaçu. Estes sítios foram escavados, catalogados e guardadas em acervo. Dentre os artefatos recolhidos, em sua maioria, são pequenos “cacos” que em conjunto podem ou não formar uma peça mais complexa, como um composto funerário ou utensílio doméstico. Com exceção do sítio *Dona Laura*¹⁷¹, onde foi encontrado um conjunto funerário quase que completo, além de “cacos” menores.

Portanto, o primeiro sítio analisado é o sítio denominado *Baixada* ou *Aldeia 1* pelo próprio Instituto, onde hoje está localizado um dos edifícios pertencentes ao complexo que formam o IAB. Neste sítio foram encontrados diferentes tipos de materiais arqueológicos, visto que na região, além da presença indígena, havia uma antiga fazenda, a Fazenda do Calundu, que forneceu reminiscências de artefatos com características coloniais.

¹⁷¹ Fotos em anexo.

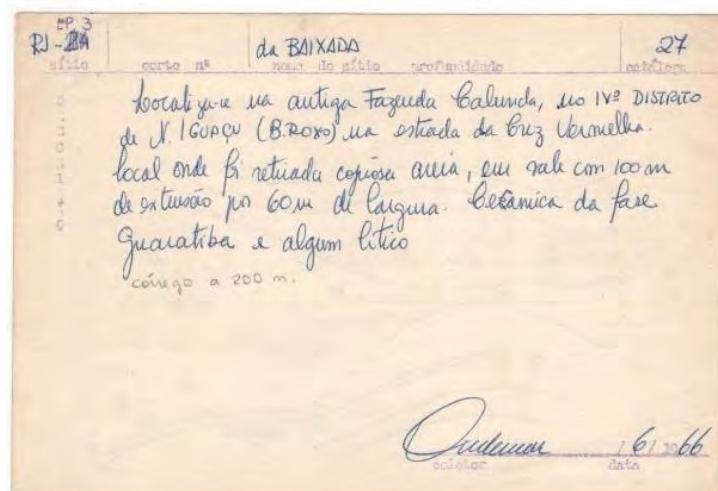


Figura 10 - Ficha Catalográfica referente ao sítio da Baixada - fornecido pelo acervo do IAB.

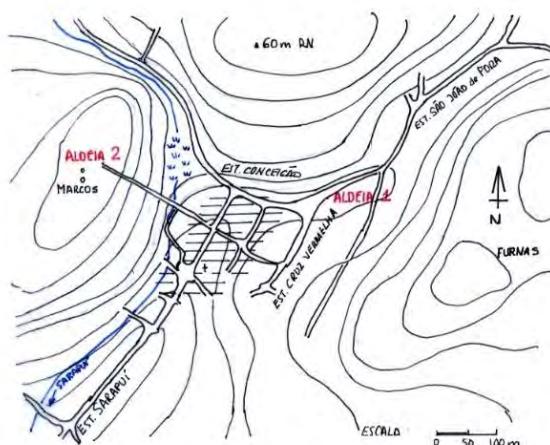


Figura 11 - Planta dos Sítios da Baixada (Aldeia 1) e do Morro (Aldeia 2).

Segundo informações encontradas do CNIGP,¹⁷²

Sítio da Baixada, localizado(a) no estado de Rio de Janeiro, cidade(s) de Belford Roxo, é um Bem Arqueológico, do tipo Sítio. Sítio pré-histórico da Tradição Tupi Guarani, localizado na Estrada da Cruz Vermelha 45, fica na vertente de um vale a 1470m da margem esquerda do Rio Sarapuí no sopé de uma das sete colinas que margeiam o rio nesta Região. Caracterizado pela presença de grandes manchas de terra preta entremeadas por cacos de cerâmica indígena clássicas dos vasilhames da tradição tupi-guarani e alguns poucos artefatos líticos polidos...

Embora já fosse conhecido desde 1966 quando a construção da primeira edificação do IAB sobre a área do sítio pelo Ondemar Dias(pai), só foi registrado pela primeira vez como sítio em dezembro de 1976 por Ondemar dias Jr. quando ficou

¹⁷² O Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) - mantido pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA) - surgiu da necessidade de controle interno e externo das instituições que têm a guarda das coleções oriundas de 10.490 projetos de pesquisa arqueológica. O CNIGP foi criado a partir do Programa de Fiscalizações, iniciado em 2014, durante o qual o CNA visitou 31 instituições, dentre as que mais endossaram pesquisas ou aquelas sugeridas pelas Superintendências do Iphan nos estados. BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1309/>>. Acesso em 13 de março de 2024.

evidente que seu terreno fazia parte do espolio da família Ferreira Dias e ainda pertencia ao Município de Nova Iguaçu. Com características de aldeamento, se estende por uma área de cerca de 6mil m², alcançando a beira de um vestígio de lagoa pré-histórica que existe até hoje. Nunca foram feitas escavações sistemáticas sobre o sítio, mas sempre que o material cultural aflora por conta das chuvas e ou outras razões, é coletado e guardado no acervo do IAB. Na década de 90 uma pequena urna funerária foi retirada da margem do barranco e se encontra sob a salvaguarda so o número catálogo 27 do IAB.¹⁷³

No catálogo 27 que tivemos acesso encontramos alguns destes vestígios, vide anexo I, divididos entre os prédios que explicitamos no subitem anterior, dentre esses, não conseguimos localizar alguns pertencentes aos grupos indígenas, visto que, o terreno arenoso, como mostrado na ficha acima, foi retirado para obras no entorno do atual bairro do Calundu. A densidade de ocupação indígena se tornou difícil de estimar devido ao material está disperso em uma grande área e a essa retirada de terra que ocorreu ao longo dos anos, mas os vestígios encontrados nos permitem perceber a existência étnica na região¹⁷⁴.

O conjunto de artefatos selecionados – anexo 1: conjunto de artefatos sítio da Baixada – nos mostra, como explicado anteriormente, traços físicos característicos de cerâmica indígena, como decoração corrugada, ou seja, decorações plásticas feitas na argila com os dedos antes mesmo delas secarem, unguladas, quando feitas com as unhas ou até mesmo de espigas ou escovadas “resultando em desenhos incisos ou acanalados”¹⁷⁵.

Assim como as demais coleções que analisamos, este, referente ao sítio da Baixada, não há uma observância clara de suas funcionalidades. Estima-se, por aproximação de tamanho e material, que podem ser referenciados à utensílios domésticos como jarros, vasos, tigelas, como também, principalmente os vestígios com maior dimensão, às urnas funerárias, ou conjunto funerário.

Segundo Buarque, os vestígios de maior proporção, associadas, normalmente com urnas funerárias e tampas, também grandes, dispostos próximos de tigelas decoradas, podem referenciar-se a uma estrutura ceremonial. Mas devido à especulação imobiliária e a destruição do terreno devido as ocupações, o que encontramos neste sítio, e em outros a serem expostos mais a frente, é uma dispersão desse material.¹⁷⁶

O segundo sítio a ser analisado é o *Sítio do Morro ou Aldeia 2*, vide anexo II, que se encontra no catálogo 4104, este fica próximo ao da Baixada, mas nele encontramos um conjunto

¹⁷³ BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Disponível em: <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/instituicoes-de-guarda-e-pesquisa>>. Acessado em: 13 de março de 2024.

¹⁷⁴ DIAS Jr, Ondemar. *Sítios Indígenas do Calundu*. (não publicado)

¹⁷⁵ BUARQUE, Ângela. A Cultura Tupinambá no Rio de Janeiro... Op. Cit. 1999. p. 315.

¹⁷⁶ BUARQUE, Ângela. A Cultura Tupinambá... Op. Cit. 1999.

menor de artefatos comparado ao sítio anterior. Além disso, devido há a alterações no acervo, obras físicas, reorganização de catálogo, algumas fichas catalográficas não possuem informações detalhadas sobre o sítio, como é o caso do Sítio do Morro.

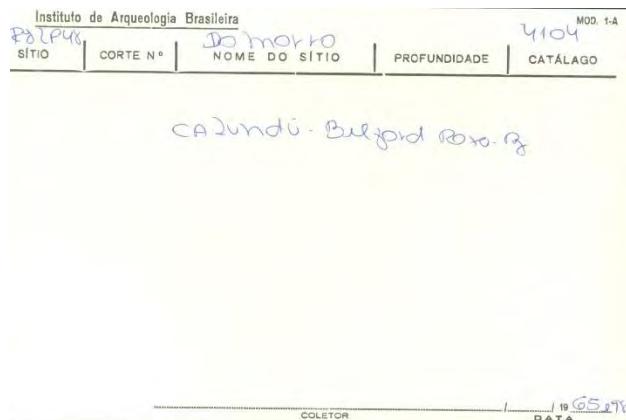


Figura 12 - Ficha Catalográfica - Sítio do Morro

Segundo informações do CNIGP o sítio é de caráter pré-colonial, mas encontra-se destruído devido aos loteamentos no local. Localizado a oeste cerca de “500 metros do Sítio da Baixada, foi localizado com a abertura da estrada “do Tibiriçá” que corta a elevação na sua parte mais alta e corre praticamente em sentido Norte Sul”.¹⁷⁷

É possível, no caso, que a “Aldeia 2” tenha sido deslocada para ali pelos primeiros sesmeiros locais. Evidências, constituídas por cerâmica indígena encontrada juntamente com o material colonial, sugerem fortemente que tais populações tenham sido usadas como mão de obra nos primeiros tempos dos engenhos [...] O material recolhido em ambos os sítios apresenta um domínio da decoração corrugada, plástica, sobretudo porque – em função da acidez do solo e o regime pluvial intenso – a decoração pintada praticamente desapareceu, exceto em circunstâncias especiais. O corrugado é seguido pelo escovado, algum ungulado e beliscado¹⁷⁸.

No Anexo II, podemos perceber essas características já apresentadas, das cerâmicas desse grupo étnico, além de considerar, novamente, a presença destes. Diferente do Sítio da Baixada, o do Morro possui vestígios menores, não necessariamente exclui-se a presença de conjunto funerário, mas acredita-se serem referentes à objetos cotidianos.

O terceiro sítio em análise, também se encontra próximo ao da Baixada e ao do Morro, é o Sítio do *Cruzeiro*, vide anexo III, juntos, estes três sítios fazem parte do que compreendemos hoje como o terreno pertencente ao IAB. Em parte, talvez, como uma forma de tentar mantê-los, assim como, conseguir escavar e guardar os vestígios encontrados. Visto que, a ocupação

¹⁷⁷ DIAS Jr, Ondemar. *Sítios Indígenas do Calundu*. (não publicado).

¹⁷⁸ Idem (não publicado).

territorial se expandiu e nem todo o terreno desses sítios teve como ser preservado, bem como os materiais.

O Sítio do Cruzeiro também possui uma diversidade de artefatos encontrados, catalogados e reunidos em acervo, portanto, no Anexo III veremos junto ao material indígena guardado e selecionado, líticos que foram encontrados. No caso do Sítio do Cruzeiro os vestígios indígenas que foram encontrados estão mais dispersos nos prédios de acervo do IAB, pois são guardadas de acordo com o catálogo, que está em acordo com o recorte do sítio escavado, portanto, havia objetos não indígenas e indígenas juntos em uma mesma caixa. Este sítio está dividido em diversos catálogos, alguns com fichas detalhadas outros não possuem tanta informação.

A escavação de salvamento revelou um acervo rico e variado, constituído basicamente por cerâmica neobrasileira, colonial e louça importada, além de alguns fragmentos de cerâmica indígena tupi, confirmando a permanência daquela gente no lugar, provavelmente como mão de obra servil. Artefatos de ferro, muito pouco vidro, tijolos maciços, pedaços de piso e cacos de telha completam o acervo. A análise do material, em especial da faiança portuguesa, confirmou a ocupação do lugar entre os anos finais do século XVI de todo o século seguinte, com predomínio dos tipos relacionados à primeira metade dos anos seiscentos.¹⁷⁹

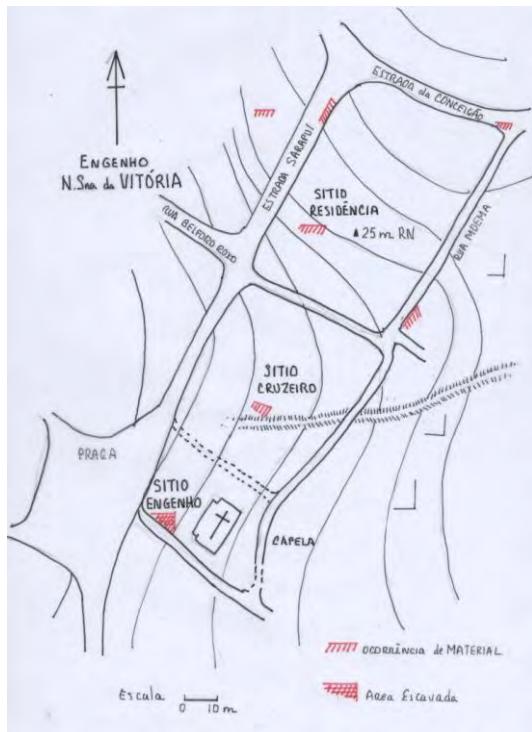


Figura 13 - Mapa dos sítios Cruzeiro e Residência.

¹⁷⁹ DIAS Jr., Ondemar. Engenho NS da Vitória – Sítio do Cruzeiro. (não publicado).

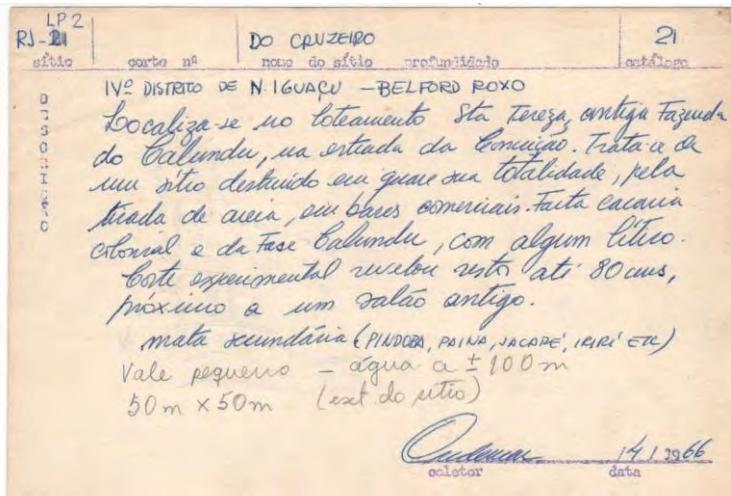


Figura 14 - Ficha catalográfica sítio do Cruzeiro.

No anexo III percebemos que o conjunto de artefatos nos mostram as características físicas já explicitadas anteriormente, comum em outros sítios como o da Baixada, o que nos permite compreender uma proximidade entre os grupos étnicos que ali se encontravam, tanto geográfica quanto cultural.

Continuando o levantamento e análise dos sítios, chegamos ao quarto sítio, *Dona Laura*. Este sítio destaca-se por possuir um conjunto mais completo no que tange a estrutura ceramista. Localizado atualmente no bairro do Vilar Novo em Belford Roxo, o sítio foi encontrado na década de 1980 em um terreno residencial em uma colina, próximo a antiga Fazenda da Boa Esperança e se encontra no catálogo 43.

[...] ao abrir uns degraus no barranco para facilitar o acesso ao pomar dos fundos da casa, topou com um vaso de barro encaixado no terreno argiloso e duro, típico da área. Felizmente, ao constatar que não havia descoberto nenhum tesouro, pois o pequeno buraco que abriu na lateral do vaso só lhe revelou ossos como conteúdo, ao invés de destruir o achado, como tantos fazem, procurou alguém que pudesse lhe orientar o que fazer. A notícia correu entre várias pessoas e chegou ao conhecimento do IAB. E, graças a isto, foi encontrado o mais completo enterramento tupi de toda a história institucional.¹⁸⁰

Assim como os sítios que identificamos anteriormente, este bairro também sofreu com a ocupação populacional e loteamentos de terra, evidências posteriores a escavação não foram encontradas. Segundo informações de Dias Jr., com terreno também arenoso, o enterramento foi o único e isolado encontrado. No Anexo IV podemos perceber, além do conjunto arqueológico todo o registro do processo de escavação deste sítio.

¹⁸⁰ DIAS Jr, Ondemar. *Sítios Indígenas do Calundu*. (não publicado).

O conjunto possui peças que foram encontradas sobrepostas e alinhadas entre si. Apesar de se tratar de um conjunto funerário, não foi possível identificar se o ocupante era do sexo feminino ou masculino, jovem ou velho, pois só foram encontrados ossos reduzidos a pó.¹⁸¹

Em uma comparação com uma pesquisa de Buarque, que analisa vestígios indígenas tupi em Araruama, Morro Grande, podemos perceber a similaridade entre a disposição dos artefatos que compõe o conjunto funerário tanto de sua pesquisa quanto as que foram achadas no sítio Dona Laura.

As estruturas são compostas de tigelas, em geral, pintadas, dispostas ao redor da urna. É frequente sua associação a fogueiras e a buracos de esteios, que podem ser oriundos de estruturas para apoio de vasilhames ou mesmo com a finalidade de evitar o peso da terra sobre o defunto, como registraram vários cronistas. Pelas características relativas à associação, o arranjo das peças cerâmicas e sua recorrência em várias aldeias têm significado especial no contexto arqueológico e podem permitir a interpretação de aspectos simbólicos e sociais do comportamento humano. Em geral, bastante danificada em sua parte central, com os fragmentos caídos no interior da urna, certamente por se encontrar mais próxima da superfície.¹⁸²



Figura 15 - Imagem retirada do livro de Ângela Buarque.

¹⁸¹ Idem (não publicado).

¹⁸² BUARQUE, Ângela. Pesquisas Arqueológicas em sítios Tupinambás em Araruama. Org. PAULA, Ana Paula de; OLIVEIRA, Loures. *Estado da arte de pesquisas arqueológicas sobre a tradição Tupiguarani*. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2009. p. 45-46.



Este conjunto encontrado em Belford roxo mais uma vez nos permite observar a presença indígena na região. Além de se relacionar com outros sítios próximos geograficamente. Quantos as características plásticas, Dias Jr. nos oferece a informação que trata de um conjunto corrugado periforme (ver em Anexo IV), seguindo o que Buarque também encontra em Araruama, que são tigelas circulares sobrepostas em encaixe na peça maior. “Sobre ela, protegendo-a, uma outra tigela, maior, corrugada e com borda carenada”.¹⁸³

Diferente dos outros sítios que ja comentamos, e dos que comentaremos, os vestígios arqueológicos encontrados no Dona Laura, devido a sua estrutura mais completa que os demais, de vestígios que possuem uma interligação significativa, houve um processo de restauro em grande parte do conjunto deste sítio e hoje elas se encontram, as peças reconstruídas, em exposição no prédio anexo do IAB e no prédio Clifford Evans no prédio do labortório de

¹⁸³ DIAS Jr, Ondemar. *Sítios Indígenas do Calundu.* (não publicado).

analises cerâmicas. Os demais fragmentos (ver anexo IV) encontram-se, em sua maioria, no prédio Betty Megers.

O quinto sítio que encontramos no município de Belford Roxo e que se encontra no acervo do IAB, é o sítio da *Vacaria*. Localiza-se na Estrada Belford Roxo que conecta os bairros do Redentor e Bom Pastor. Um sítio com expressão não muito grande de material como o sítio anterior (ver anexo V), mas que nos permite identificar as características plásticas comuns aos povos tupis que ali se passaram, este encontra-se no catálogo 66.

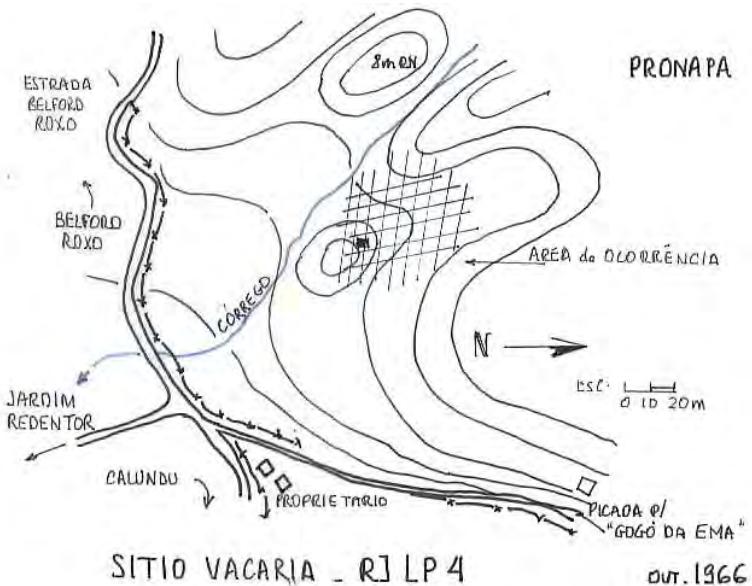


Figura 16 - Mapa do sítio Vacaria.

Segundo Dias Jr.

Também se localiza em vale de dimensões regulares, com uma nascente d'água, fechado em três lados por elevações de cota 30 metros, aberto em direção ao vale do rio Sarapuí. Foi igualmente registrado quando a retirada comercial de areia revelou a existência de cacos e lítico superficiais, numa extensão de perto de 40 por 50 metros. Um corte estratigráfico aberto num pequeno cômor revelou ocupação restrita a uma camada de quinze centímetros de espessura, formada por solo arenoso-argiloso friável, com grãos grossos, e de coloração clara, em parte não perturbada pela retirada da areia superficial. Material também predominantemente simples, com predomínio da decoração plástica, no caso o corrugado bem característico.¹⁸⁴

Em meados da década de 1980 o terreno também sofreu com as ocupações e loteamentos que o município de Belford Roxo, naquele momento ainda distrito de Nova Iguaçu, vinha sendo vivenciado de modo geral. As partes mais altas permaneceram desocupadas, mas com o avanço populacional ao decorrer das décadas, estas também foram sendo ocupadas e transformadas em comunidades.

¹⁸⁴ Idem. (não publicado)

O sexto e último sítio analisado é o sítio *da Prata*. Localizado hoje no município de Nova Iguaçu. Como já explicitado anteriormente, selecionamos estes sítios pois possuem vestígios da presença indígena na região que, no contexto em que se estima terem sido produzidas tais objetos, pertencesse a antiga freguesia de St. Antônio de Jacutinga. E no período que foram escavados todos pertenciam a um distrito de Nova Iguaçu, Belford Roxo, mas com as mudanças de delimitações recentes, pós escavações, o terreno hoje é parte do município de Nova Iguaçu.

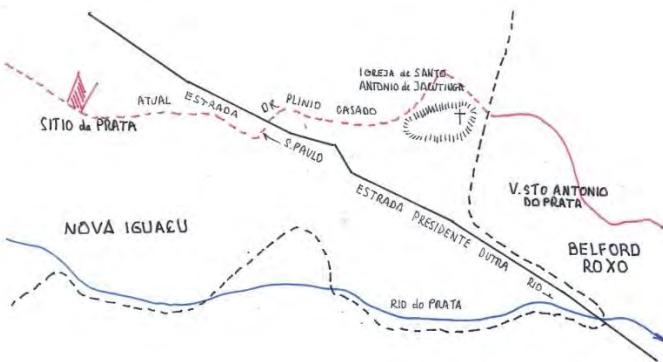


Figura 17 - Mapa da localização do Sítio da Prata.¹⁸⁵

Este sítio também possui um acervo não muito significativo (ver Anexo VI), devido as transformações urbanas, as construções e ocupações ao longo do tempo. Este fica próximo à Igreja de St. Antônio da Prata, antiga Igreja de St. Antônio da Jacutinga, que foi matriz da freguesia de mesmo nome até finais do século XIX. Neste sítio os fragmentos encontrados também possuem características plásticas similares aos outros sítios já comentados, possuindo relação provável com estruturas funerárias e ou domésticas. Hoje sua divisão está entre os catálogos 353 e 355, pois juntamente aos vestígios indígenas foram encontrados vestígios não pertencentes a este grupo, o que nos mostra uma mudança na ocupação do terreno.

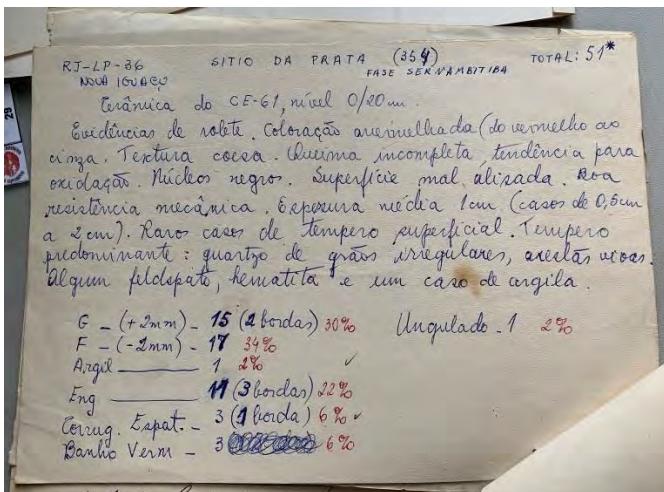
foi localizado na década de sessenta em zona urbanizada de Nova Iguaçu, no então Distrito de Belford Roxo. O designativo “do” se refere ao bairro, chamado “Prata” (não temos informes do “porque” ter sido dado este nome ao bairro).

É um sítio pequeno, ocupando um terreno baldio, nas proximidades de uma esquina, entre as ruas Ângela e Márcia, em área desocupada com cerca de trinta por quinze metros.

Na bacia de drenagem do rio Sarapuí, a água mais próxima na época da descoberta (1972) é o rio homônimo (da Prata) afluente da margem esquerda do rio principal. A superfície era composta por terra escura, friável, arenosa e com regular quantidade de material fragmentado. O corte aberto revelou material restrito à camada de terra húmica, com espessura de quarenta centímetros, sendo coletado em dois níveis de

¹⁸⁵ Há dúvidas recentes sobre a localização do sítio, visto que há informações na ficha catalográfica que não corresponde completamente com as coordenadas no mapa. Ainda em debate.

vinte centímetros cada. A camada arqueológica assentava-se sobre terreno arenoso mais compactado e de cor ocre.



Portanto, após analisarmos os sítios, fazer este levantamento de localidade, acervo, salas, catálogos, além de informações fornecidas a nós pelo Instituto, podemos identificar que a presença indígena se fez na região. Podemos perceber isso através dos vestígios arqueológicos encontrados, além também, de uma relação étnica com indígenas presentes em outras regiões do Rio de Janeiro, o que nos permite compreender que a população indígena naquele espaço pertencia ao grupo tupi-guarani, devido as similaridades plásticas em suas cerâmicas, além da estrutura funerária principalmente, como apontada em destaque no sítio Dona Laura.

Como mostramos ao longo do subitem, o que possuímos de artefato no acervo são fragmentos e ou alguns objetos que puderam ser restaurados, vide anexos em fragmentos e anexos que passaram por restauro, como o Dona Laura. Muito do que temos relacionados aos povos indígenas não foi encontrado devido ao avanço populacional no município de Belford Roxo. Os loteamentos e ocupações corroboraram para uma perda significativa de vestígios étnicos. Mas podemos apontar que o material arqueológico, que está sob guarda do IAB, nos permite, além de estabelecer a presença indígena na região, perceber esta presença de forma significativa em um viés duplo, de fonte material étnica e não só pela perspectiva colonizadora documental, mas relacionando os dois tipos de fonte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho fizemos um levantamento literário sobre o pensamento decolonial, bem como a relação deste com a literatura acerca do indígena no Brasil e, em específico, na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. De modo que este pensamento possibilitasse compreender o processo estrutural da arqueologia no Brasil e, principalmente, relacioná-lo, de forma prática, com o acesso as fontes arqueológicas referente aos grupos étnicos, encontrados nos municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu.

Ponderando, a partir do debate bibliográfico, podemos compreender que a conquista europeia e seu conjunto colonizador impuseram novos tipos de relações de poder sobre os povos originários. A colonialidade acometeu no que diz respeito aos seus espaços, seu modo de vida, seus objetos e símbolos. O modelo colonial/moderno internalizou-se nas estruturas sociais brasileiras.

Mas é necessário romper com essas estruturas. É fundamental o reconhecimento dos conjuntos de símbolos, formas, tempos e territórios desses grupos étnicos que foram criados, recriados e desfeitos ao longo do tempo. Perceber as intencionalidades das fontes utilizadas, identificar meios de usá-las de modo a não tomar como verdade uma só perspectiva. Como explicitado ao longo da pesquisa. O sujeito étnico tem de ser ouvido e percebido nas fontes não como agente passivo, como já dito anteriormente, mas sim como parte de um processo histórico-cultural, a partir de olhares diferentes, para além do colonizador.

As ilustrações, as informações que nos foi deixada pelo europeu, possuem um papel importante no debate acerca do indígena no Brasil, não como único fato, mas como um mecanismo de debate e crítica acerca da memória, do imaginário europeu em período colonial sobre esses grupos étnicos. Desmistificar uma imagem criada e profunda em nossa sociedade.

Assim, analisar as permanências e meios de transpassar o discurso histórico eurocêntrico de homogeneização. Corroborando assim para que os objetos, ao qual pertenciam a este grupo étnico, que no caso da nossa pesquisa, não existem mais, possam ser revistos, estudados e analisados mantendo o cuidado e a sensibilidade com todo processo histórico passado.

Precisamos ter em vista que há uma diversidade étnica no Brasil, e estes passaram por transformações culturais como todos os outros povos em todo o mundo. Com marcas de violência, desrespeito, procurando caminhos para sobreviver e se readaptar aos contextos que

lhes eram colocados. E ainda hoje percebemos uma luta, na literatura, na política, na cultura, de reafirmação de suas identidades em meio a uma sociedade com um colonialismo profundo.

A importância da temática indígena vem mobilizando diversas produções de conhecimento em diferentes áreas, os trabalhos clássicos acerca desses grupos, principalmente no que tange a Baixada Fluminense, encontramos menções, referências estereotipadas, ou dialogam com narrativas dos primeiros séculos da colonização europeia no Brasil, feitas principalmente por missionários. Com pouca criticidade, mas que corroboraram para a construção de uma história local que por muito tempo não foi pensada ou analisada.

Atualmente os trabalhos acerca da Baixada Fluminense tem se expandido cada vez mais. Percebemos um aumento significativo no que se refere a temática afro-brasileira, mas também indígena, mesmo que esta última ainda em pequenos passos. A iniciativa de se pensar a presença indígena na Baixada, e aqui destaco os municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu, parte da necessidade de repensar a história local e da relação entre vestígios documentais e arqueológicos que vem sendo encontrados.

A arqueologia brasileira também sentiu e vem sentindo os impactos que o pensamento decolonial vem trazendo consigo. Dentro de um panorama histórico, identificamos que esta área de conhecimento, vem se transformando e se adaptando às novas possibilidades de relação entre as fontes materiais arqueológicas e as demais fontes. De modo a repensar as teorias clássicas, sem renegá-las, mas adaptando-as as novas realidades.

A arqueologia indígena, os artefatos indígenas trazem consigo uma parte da história dos indivíduos que as produziram, mas também dos que interagiram com eles. Estes vestígios arqueológicos reafirmam identidades, integram um passado e um presente ainda vivo em nossa sociedade. A pesquisa arqueológica precisa sair das amarras eurocêntricas e considerar a diversidade e a multiplicidade de possibilidades de interpretações acerca dos artefatos, sem cometer anacronismo.

A prática arqueológica, portanto, envolve reorientar os procedimentos, de modo a incluir as populações indígenas, ou, no caso de populações não mais existentes, tentar mudar a ótica de análise da cultura material, reconhecendo o valor e a importância destes sujeitos para a produção destes objetos arqueológicos em seu determinado tempo e espaço. Reconhecemos que um novo olhar dos órgãos responsáveis pelo patrimônio de caráter federal, estadual e até mesmo municipal, se faz necessário e que corrobore para que a conservação adequada dos bens arqueológicos seja alcançada.

As Recomendações, Cartas, Convenções que debatem atualmente essas ações de salvaguarda e que orientam os Estados a introduzirem mecanismos determinantes para manutenção dos patrimônios, devem ser reafirmadas para concretização da proteção e da promoção do patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Assim como a supervisão e o acompanhamento dos órgãos mundiais e federais na preservação da cultura material e imaterial, fruto da História local como mundial.

Logo, percebemos que, no caso específico dos municípios que tomamos para análise, é possível repensarmos a sua história através das fontes arqueológicas. Aqui não afirmamos que somente os vestígios arqueológicos contribuem para construir uma nova história dos povos indígenas, visto que, não temos mais representantes vivos destes que produziram essa materialidade. E, apesar de alguns sítios nos permitirem identificar informações sobre a cultura ceramistas indígena, seu número não é tão significativo no acervo do IAB para que uma análise mais profunda seja feita.

Por isso que, a relação entre os documentos coloniais, das mais diversas procedências, com as fontes arqueológicas encontradas no IAB nos permite reafirmar a presença indígena na região. E isto é significativo pois, além de trazermos a luz o Instituto, que há mais de sessenta anos conserva e protege o bem arqueológico dos mais diversos sítios no Brasil, além do que nos propusemos a analisar e reconhecer, valoriza a história local que por muito tempo foi esquecida, ou pensada em sua maioria por um viés político e administrativo, como vimos nos clássicos pesquisadores sobre a região.

A vista disso, este trabalho não exaure a necessidade de aprofundamento nas pesquisas acerca dos povos nativos no Recôncavo da Guanabara, principalmente no que tange a perspectiva arqueológica em diálogo com o pensamento decolonial. Pelo contrário, nosso papel neste trabalho foi ressaltar a importância do IAB como órgão protetor de sítios e artefatos que fazem parte da história brasileira.

Por mais que o acervo em que nos debruçamos, em sua maioria, não tenha passado por processo de restauro, por diferentes motivos, ou que grande parte do acervo que tivemos acesso e expusemos, seja composto de pequenos fragmentos arqueológicos, isso nos dá indícios da presença indígena naquela região, para além dos relatos europeus. Esses indícios são significativos para repensarmos as possibilidades de fontes e revermos as utilizações destas em pesquisas.

Encerro este trabalho reiterando a importância do IAB como uma organização que pesquisa, conserva e protege os bens arqueológicos e que possui uma preocupação patrimonial para com seu acervo e seu entorno. Além de possibilitar, com o seu vasto acervo, não somente o recorte que fizemos, uma nova ótica acerca da presença indígena na região da Baixada Fluminense, nos municípios de Belford Roxo e Nova Iguaçu, regiões que merecem uma atenção dentro do meio acadêmico e das pesquisas em prol de uma renovação histórico-cultural.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. *Revista Fronteiras & Debates*. Macapá, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015. p. 121.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; SOUZA, Amilton Justo de. A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 62-76, jan./abr. 2010.
- BEZERRA, Nielson Rosa. Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga. *Revista Pilares da História*. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Ano II - nº 02 - maio de 2003, p. 9.
- . A historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ, 2014 – mimeo.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. *Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016*. Brasília, 2016.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. *Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002*. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. *Portaria nº 341, de 13 de agosto de 2015*. Brasília, 2015.
- BUARQUE, Ângela. A Cultura Tupinambá no Rio de Janeiro. In. TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-história na Terra Brasilis*. Editora UFRJ, 1999.
- . Pesquisas Arqueológicas em sítios Tupinambás em Araruama. Org. PAULA, Ana Paula de; OLIVEIRA, Loures. Estado da arte de pesquisas arqueológicas sobre a tradição Tupiguarani*. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2009. p. 45-46.
- CALI, Plácido. *Políticas Municipais de Gestão Do Patrimônio Arqueológico*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Arqueologia. São Paulo, 2005.
- CASTRO, Eduardo Viveiro de. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. [Entrevista concedida a] equipe de edição ISA-SP. *Povos Indígenas no Brasil*, São Paulo, p. 1-20, 2001/2005.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores;

Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CERNICCHIARO, Ana Carolina. Daniel Munduruku, literatura para desentortar o Brasil. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, SC, v. 12, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2017.

CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. 2º ed; rev. *Cadernos de Arqueologia*. 1 (1) 119-148.

CORREA, Luís Rafael Araujo. *Feitiço Caboclo*: um índio mandingueiro condenado pela Inquisição. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito necessário para a obtenção do grau de Doutor em História. Rio de Janeiro, 2017. p. 115.

COUNCIL OF EUROPE. *European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage*. European Treaty Series, London, v.6, n. 66, p. 1-5, 1969.

DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara*: século XVII e XVIII. UFF/Niterói, Rio de Janeiro. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 64.

DIAS JR, Ondemar; NETO, Jandira. Memórias Calunduenses II. Preservar: arqueologia e história em revista, 2023. Rio de Janeiro: IAB Editora, *Revista do Instituto de Arqueologia Brasileira* - Jan. 2023 - Ed. 3.

_____. *Sítios Indígenas do Calundu*. (não publicado)

_____. Engenho NS da Vitória – Sítio do Cruzeiro. (não publicado).

_____. O Índio no Recôncavo da Guanabara. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 159, nº 399 - 1998, p. 432.

_____. A Pré-História Fluminense. *Revista Pilares da História* – Textos sobre a história de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Ano III – nº 4, maio de 2004. P. 86.

ENNE, Ana Lucia Silva. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: Memória, Representações Sociais e Identidades. Tese de doutorado pelo PRODOC/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense/UFF, 2002.

FORTE, José Matoso Maia. Memória de Fundação de Iguassú. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1993, p. 89.

FREIRE, J. R. Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. In: *Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)*. Nº 01. setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas.

FUNARI, Pedro P. A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista Brasileira de História*, v. 1, p. 23-41, 1994.

_____. *Arqueologia e Patrimônio*. Lições: tributo a Paulo Reis Franklin da Silva / organizado por Giana Lisa Zanardo Sartori, José Francisco Spinelli, Karen Franklin. – Erechim, RS: EdiFapes, 2006. 212 p.

_____. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005. – Semestral.

GALLAS, Luciano. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Edição 431 | 04 novembro 2013.

GASPAR, MELIAM. *A cerâmica Arqueológica na terra Indígena Kaiabi (MT/PA)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia. MAE/USP - 2014.

GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica – Abordagens. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 58, p. 165, jan./jun. 2013. Editora UFPR.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense. p. 9, 2021.

JECUPÉ, Kaká Werá. *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio / Kaká Werá Jecupé*; ilustrado por Taisa Borges. - 2. ed. - São Paulo: Peirópolis, 2020.

JÚNIOR, Valdeci dos Santos. A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. *Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó*. V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005. p. 323

LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. *História Local, Patrimônio e Culturas Afro-Brasileiras em Duque de Caxias (2000-2014)*. UERJ - Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Duque de Caxias, 2016.

LÉRY, Jean de. - *Viagem à terra do Brasil*. Tradução integral e notas de Sérgio Millet / segunda edição de Paul Gaffarel com o Colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa / Biblioteca do Exército — EDITORA. 1961.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. “Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade”. In: Carlos Lessa. (Org.). Enciclopédia da brasilidade: autoestima em verde amarelo. 1a ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2005, v., p. 236.

. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. Aracy Lopez da Silva; Luiz Donisetti Benzi Grupioni. (Org.). *A Questão Indígena na sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. 1 ed. BRASÍLIA: MEC, 1995, v. p. 407-419.

LIMA, Tânia A. Arqueologia Histórica no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, n. 1, p. 225-262, 1911.

. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

LOSADA, Vânia Maria Moreira. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. *Diálogos Latino-americanos*, núm. 3, 2001, pp. 88. Aarhus Universitet, Aarhus, Dinamarca.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, 1983, p. 112.

_____. O objeto material como documento. Este texto é a reprodução de uma aula ministrada no curso "Patrimônio cultural: políticas e perspectivas" organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, em 1980.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo, CPDOC/FGV–IEB/USP, 1997. p. 3.

MIGNOLO, Walter; PINTO, Júlio Roberto de Souza. *A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial*. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul./set. 2015.

_____. *Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade*. Duke University, Durham, NC, EUA. Tradução de Marco Oliveira. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. RBCS Vol. 32 nº 94 junho/2017,

_____. *Desafios Decoloniais Hoje [Decolonial challenges today]*. Epistemologias Do Sul, Foz Do Iguaçu/PR, 1, 2017.

MONTEIRO, John Manuel. A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500". In: Silva, Aracy Lopes da & Grupioni, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p.224-226.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. *Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação*. Ci. Inf., Brasília, v. 37, n. 3, p. 9, set./dez. 2008

NOELI, Franscisco Silva. José Proenza Brochado: vida acadêmica a Arquelogia *Tupi*. Editores PROUS, André; LIMA, Tania Andrade. Os Ceramistas Tupiguarani. Vol. 1, Sínteses regionais. 2º edições.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; MARIZETE, Lucini. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. *Boletim Historiar*, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 23-24.

Origens do IAB. Preservar: arqueologia e história em revista, 2023. Rio de Janeiro: IAB Editora, *Revista do Instituto de Arqueologia Brasileira - Jan. 2023 - Ed. 3*. p. 11.

PIRES, Frederico Pieper. *Jean de Léry: Entre a medievalidade e a modernidade*. Revista Caminhando, vol. 8, n. 1 [11], 2003

POLLACK, Michael “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol. 5, no. 10, 1992.

PRADO, Kelvin Oliveira de. Teoria pós-colonial, decolonialidade e a escrita da História: aproximações epistemológicas e demandas políticas subalternas em emergência. *Revista Discente Ofícios de Clio*. Pelotas, vol. 6, nº 10, p.328 | janeiro – junho de 2021 | ISSN 2527-0524

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept or the Americas in the Modern World-System, *International Social Science Journal*, 134, November 1992, p. 549-556, UNESCO/ERES.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: ____ *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4 p.277, jan./dez. 1996

_____. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

REIS, Raissa Brescia; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. Bandung, 1955: ponto de encontro global. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 309-332, maio/ago. 2019.

SEDA, Paulo. Espaço e tempo nas sociedades primitivas: as Tradições Una e Tupiguarani no Rio de Janeiro Pré-Colonial. In: Silvia Dias Pereira; Joana Gaspar Freitas; Sergio Bergamaschi; Maria Antonieta C. Rodrigues. (Org.). *Formação e ocupação de litorais nas margens do Atlântico - Brasil/Portugal*. 1º ed. Rio e Janeiro: FAPERJ/Corbã, 2014.

SILVA, Fabiola Andrea. o Plural E o singular das arqueologias indígenas. *Revista de Arqueologia*. Volume 25 - N.2: 24-42, 2012.

SILVA, Lucia Helena. Freguesia De Santo Antônio De Jacutinga: Um Capítulo Da História Da Ocupação Da Baixada Fluminense. *Revista UNIABEU. Belford Roxo*, V.9 Número 21, janeiro-abril de 2016.

SILVEIRA, Thais Elisa Silva da. *Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e o ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo 2016.

SOUZA, Marlucia Santos de; RIBEIRO, Silene Orlando. Memórias ancestrais no Norte e Oeste das cercanias da Guanabara: no tempo das conchas e da Jacutinga. *Revista Pilares da História*. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Ano XX - nº 19 - junho de 2021, p. 37-44.

_____. Economia e Sociedade Iguaçuana. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Mestrado em História (Mimeo), 2000.

_____. *Escavando O Passado Da Cidade: História Política da cidade de Duque de Caxias.* UFF – Niterói, 2002.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado (org). *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo: Annablume, 2009. P. 2.

TAVARES, Manuel; SANTOS, Eduardo. Um Giro Decolonial: Perspectivas Para Uma Nova Geopolítica Epistêmica. Universidade Nove De Julho (PPGE-Uninove). *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol.6, n.1, jan.- abr. 2020, p.104-117.

TORRES, Gêneses (Org.) *Baixada Fluminense: a construção de uma história-Sociedade, Economia, Política.* Rio de Janeiro: IPAHB, 2004, —A chegada do homem branco e a dizimação do indígena, p. 13.

ANEXOS

ANEXO I - Conjunto de artefatos: Sítio da Baixada.



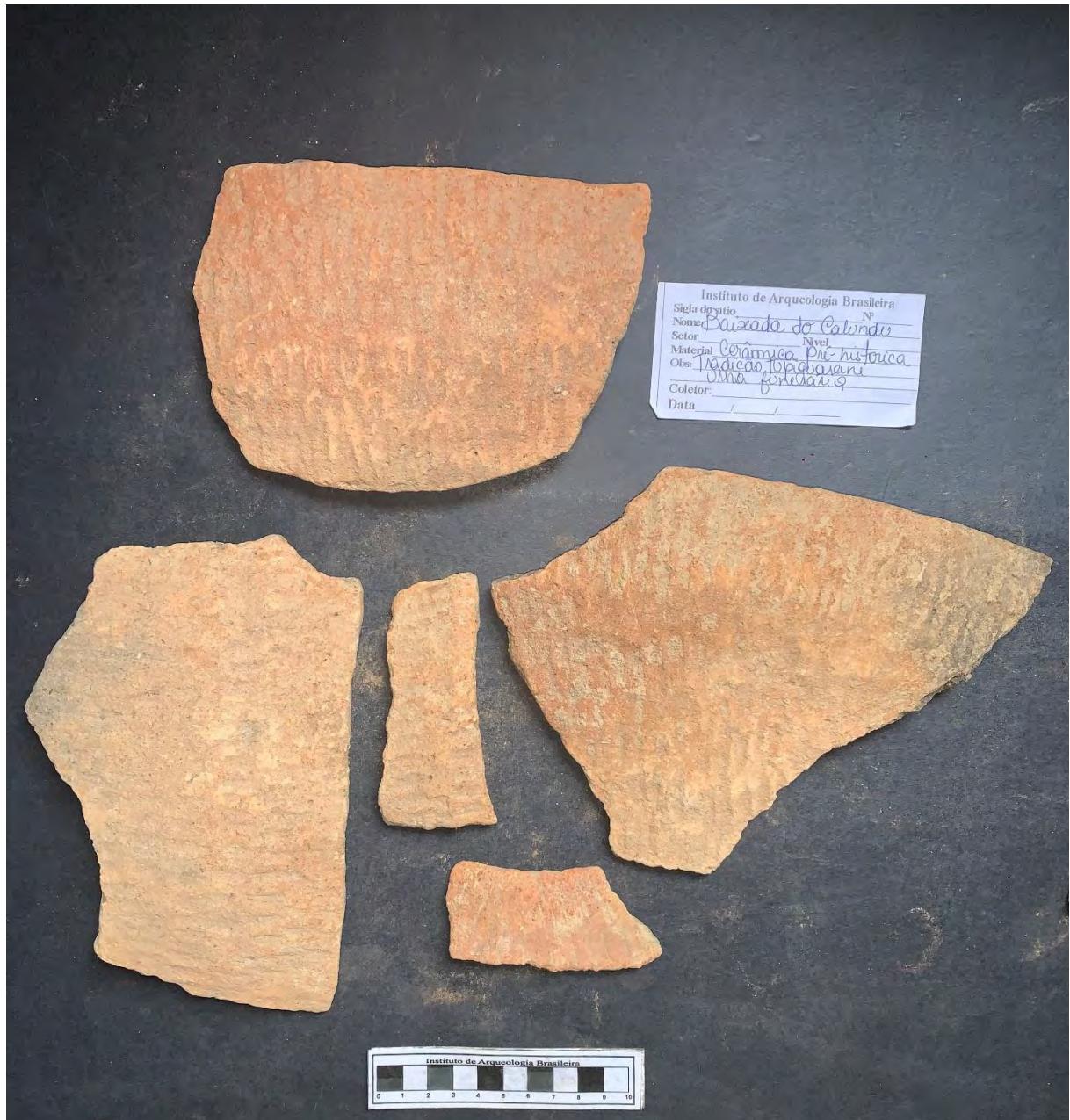


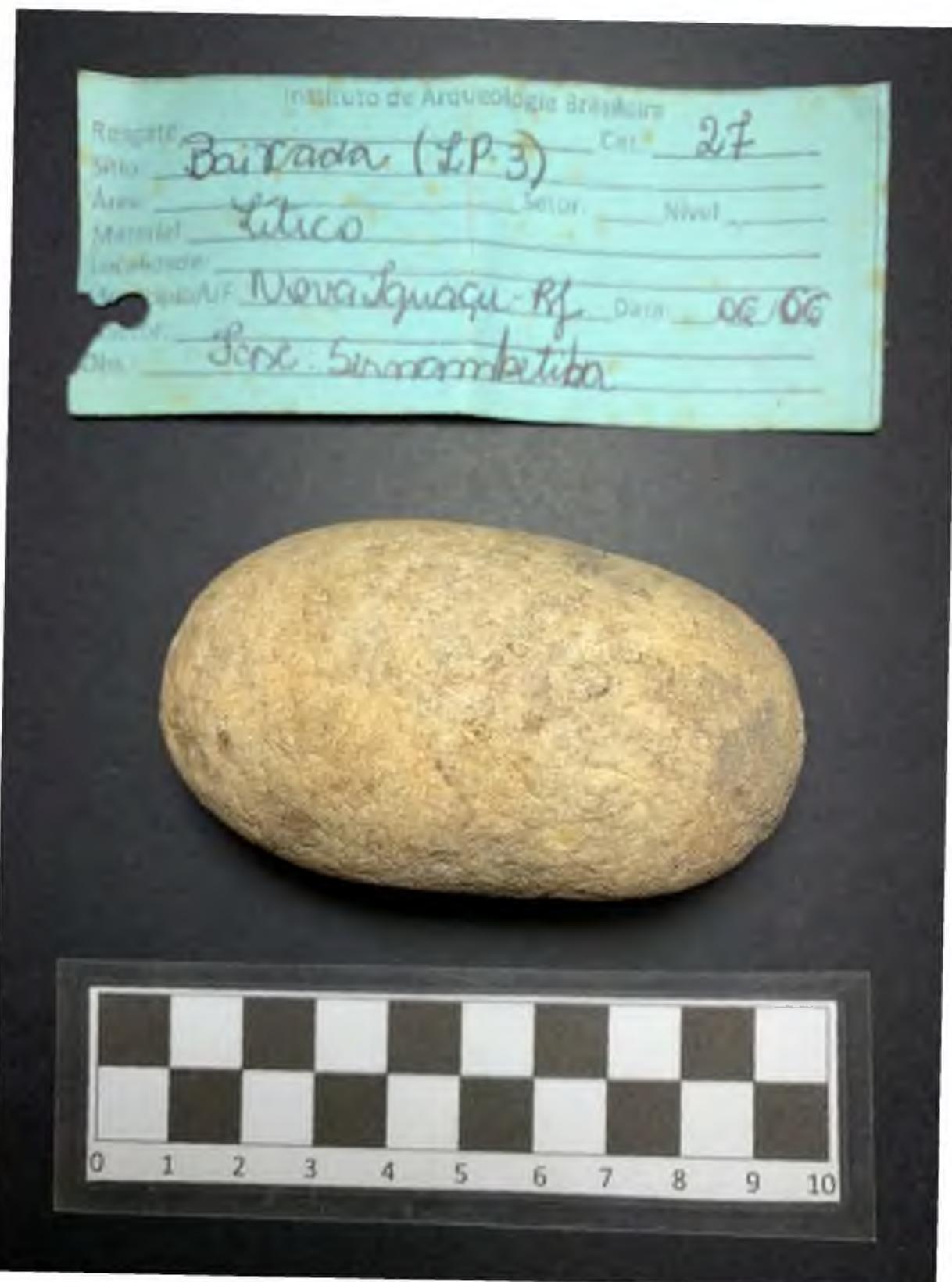












IAB - Instituto de Arqueologia Brasileira

Resgate: _____ N° de Cat 27

Sítio/Sigla _____

Área _____ Setor _____ Nível _____

Material Cerâmica

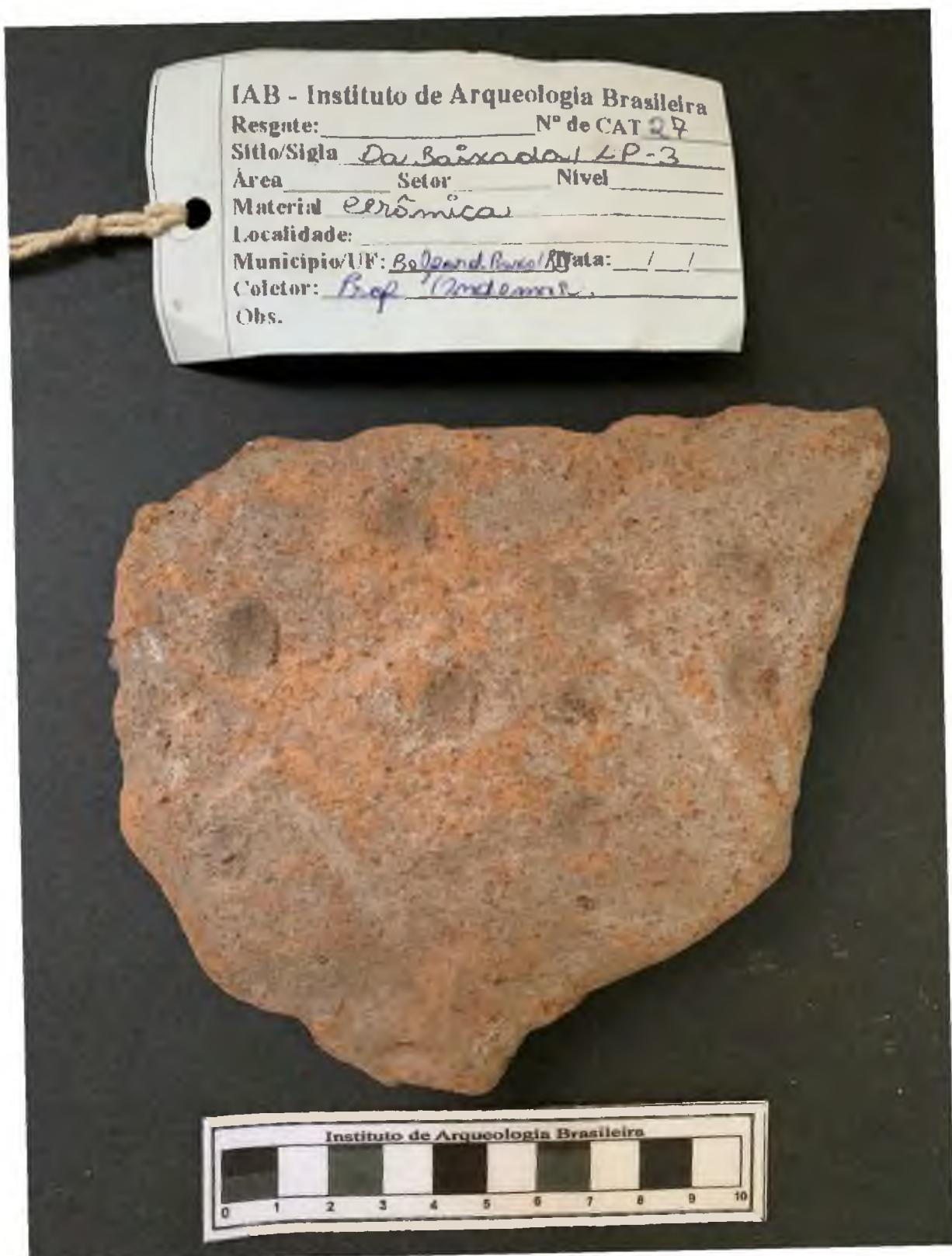
Localidade: _____

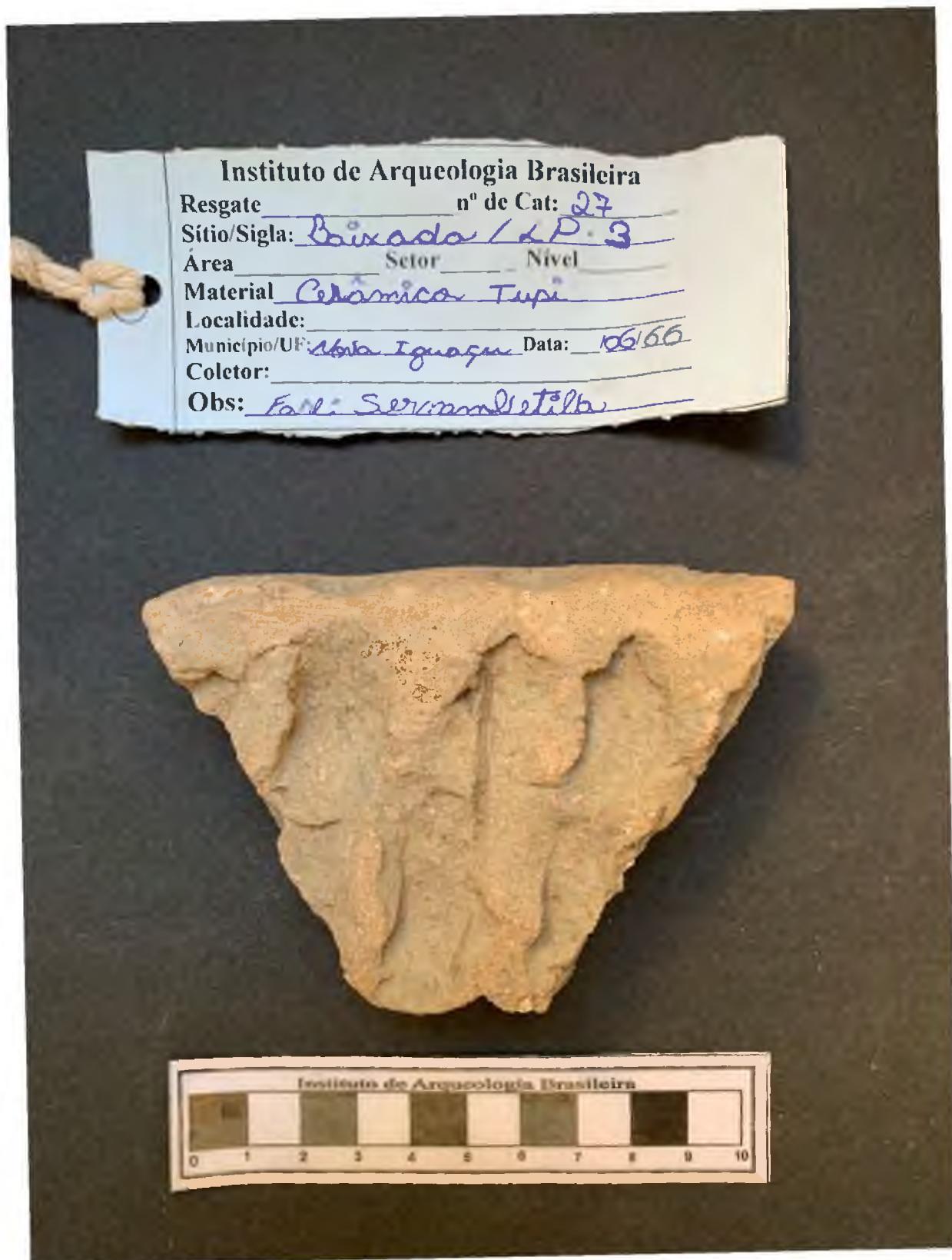
Município/UF: _____ Data: ___ / ___ / ___

Coletor: _____

Obs: Fosse: Sernambetiba







ANEXO II – Conjunto de artefatos: Sítio do Morro.

ANEXO III – Conjunto de artefatos: Sítio do Cruzeiro.

IAB - Instituto de Arqueologia Brasileira

Resgate: _____ N°. de Cat. 4047

Sítio/Sigla Cruzes / RJLP-2

Área: _____ Setor P4 Nível 30-40

Material cerâmico

Localidade:

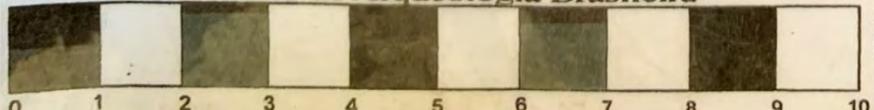
Município/UF: Belford Roxo Data 1/1

Coletor:

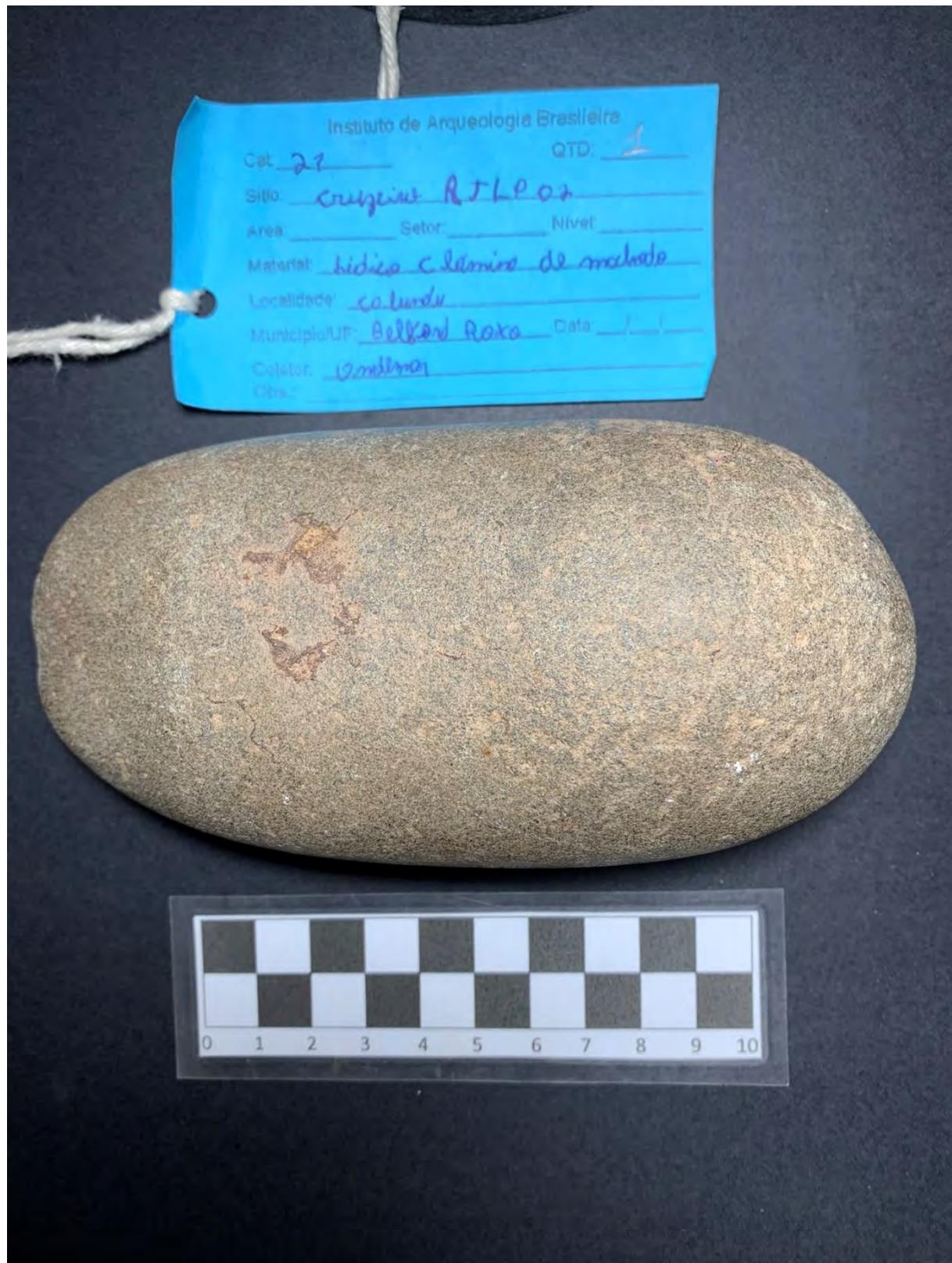
Obs:



Instituto de Arqueologia Brasileira









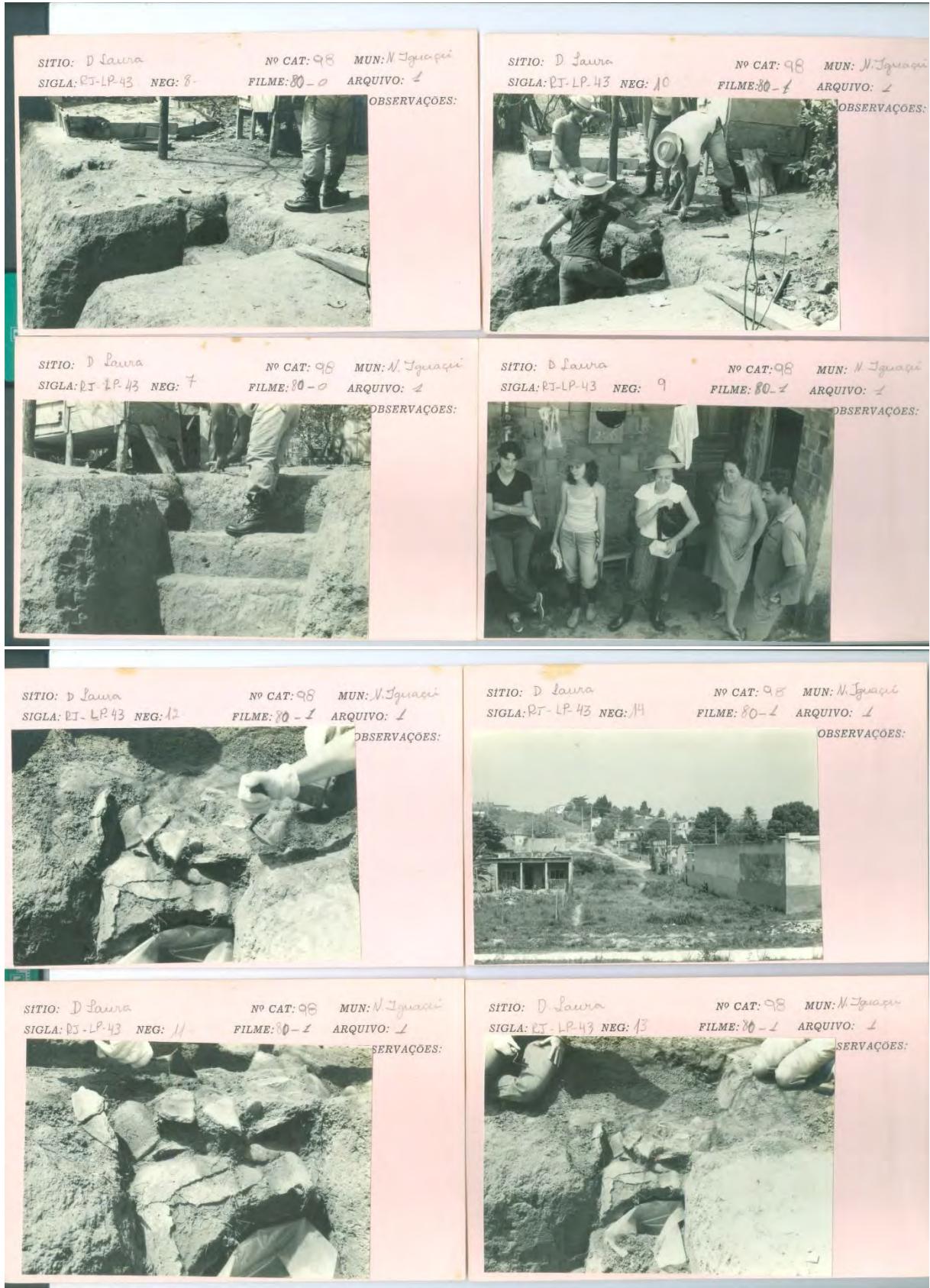


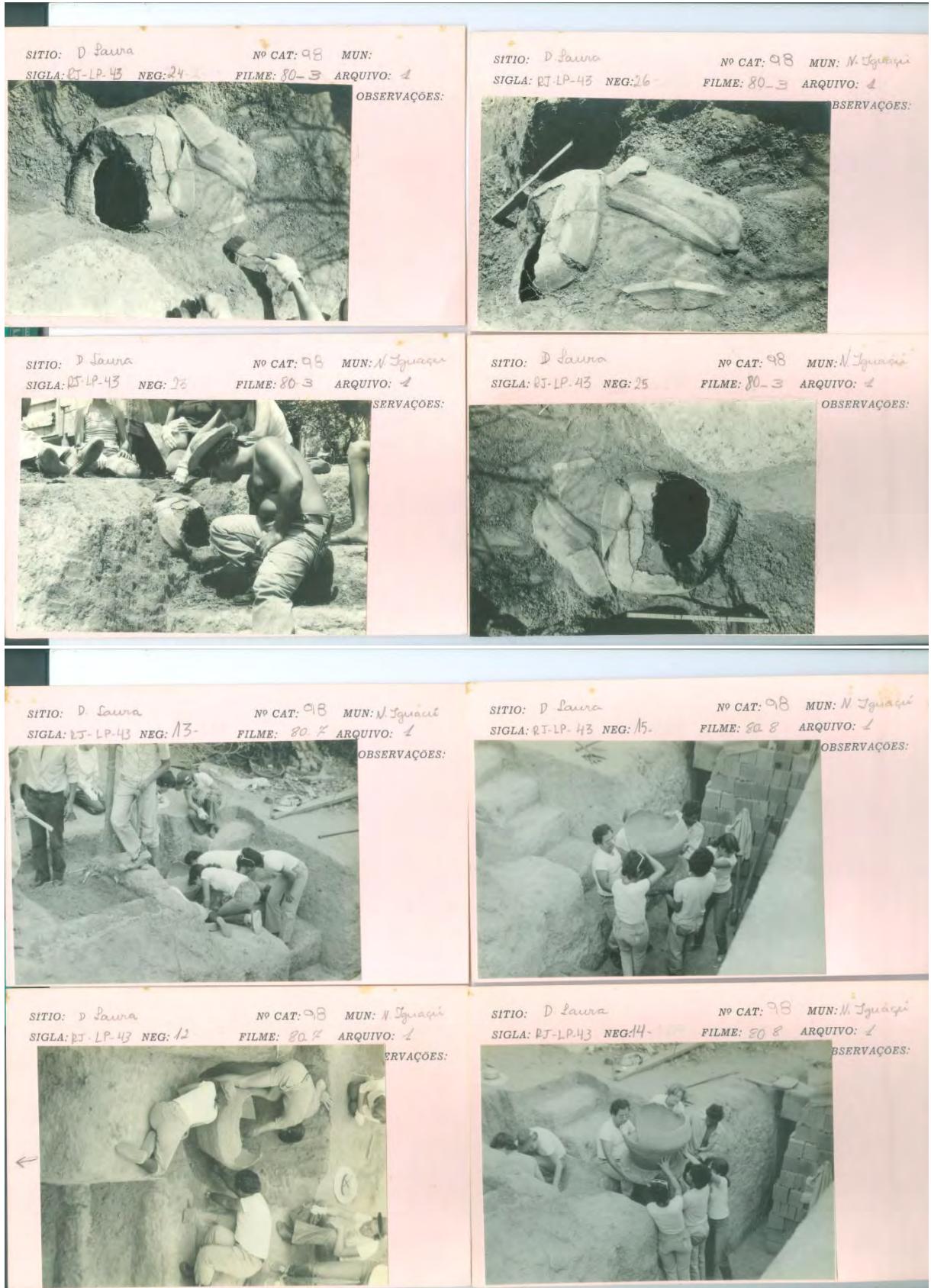


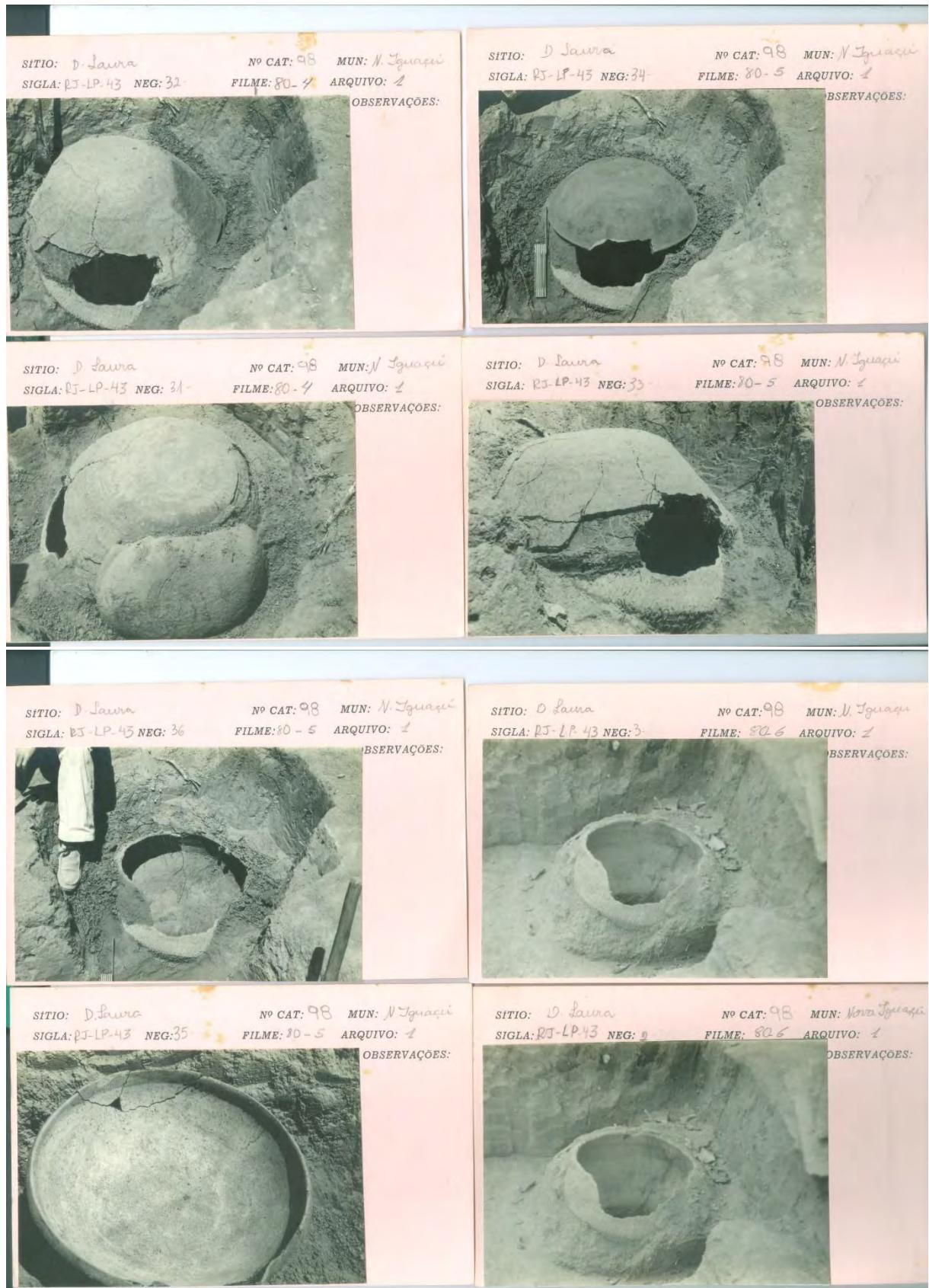
ANEXO IV- Conjunto de artefatos: Sítio Dona Laura.

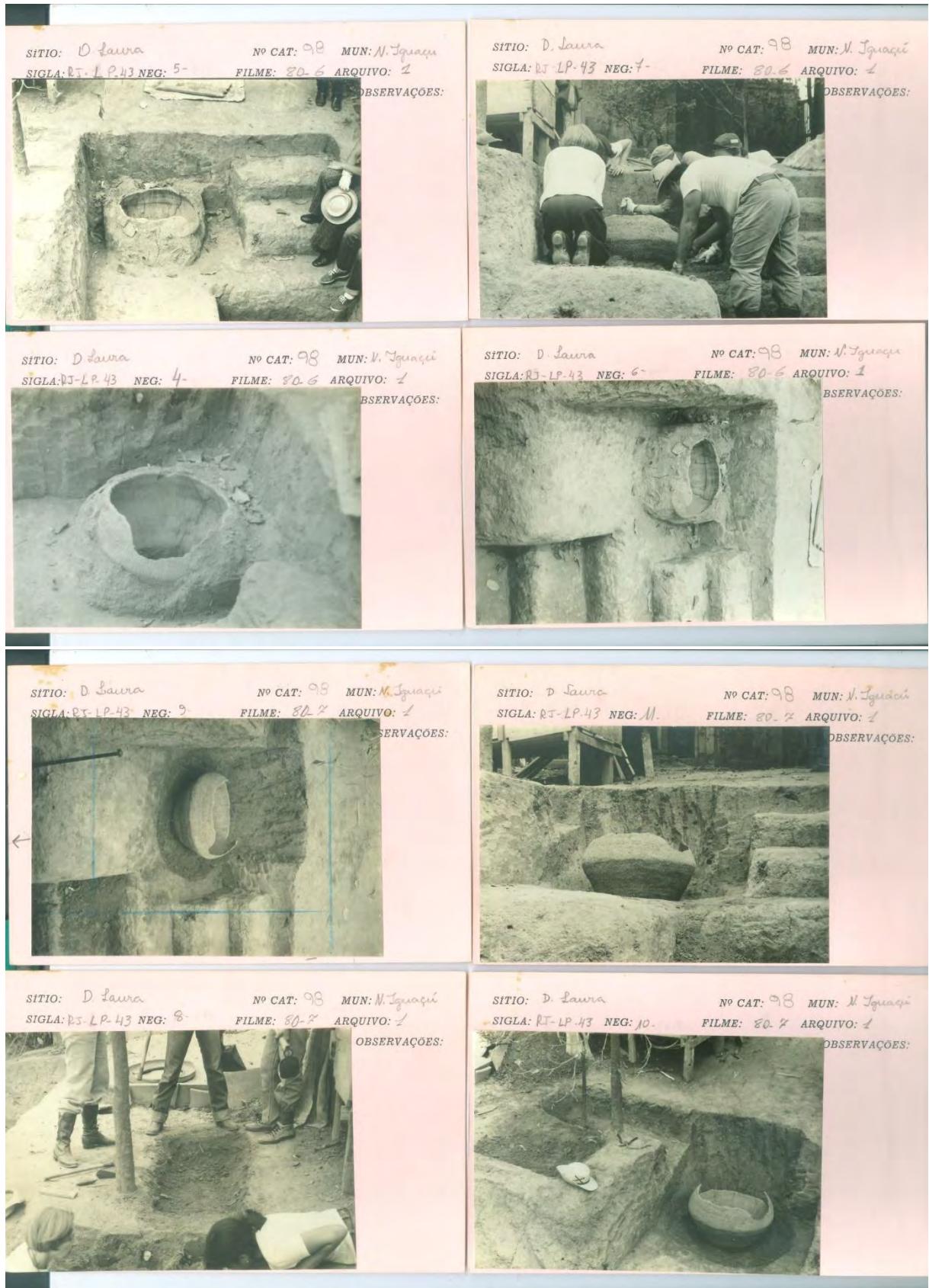


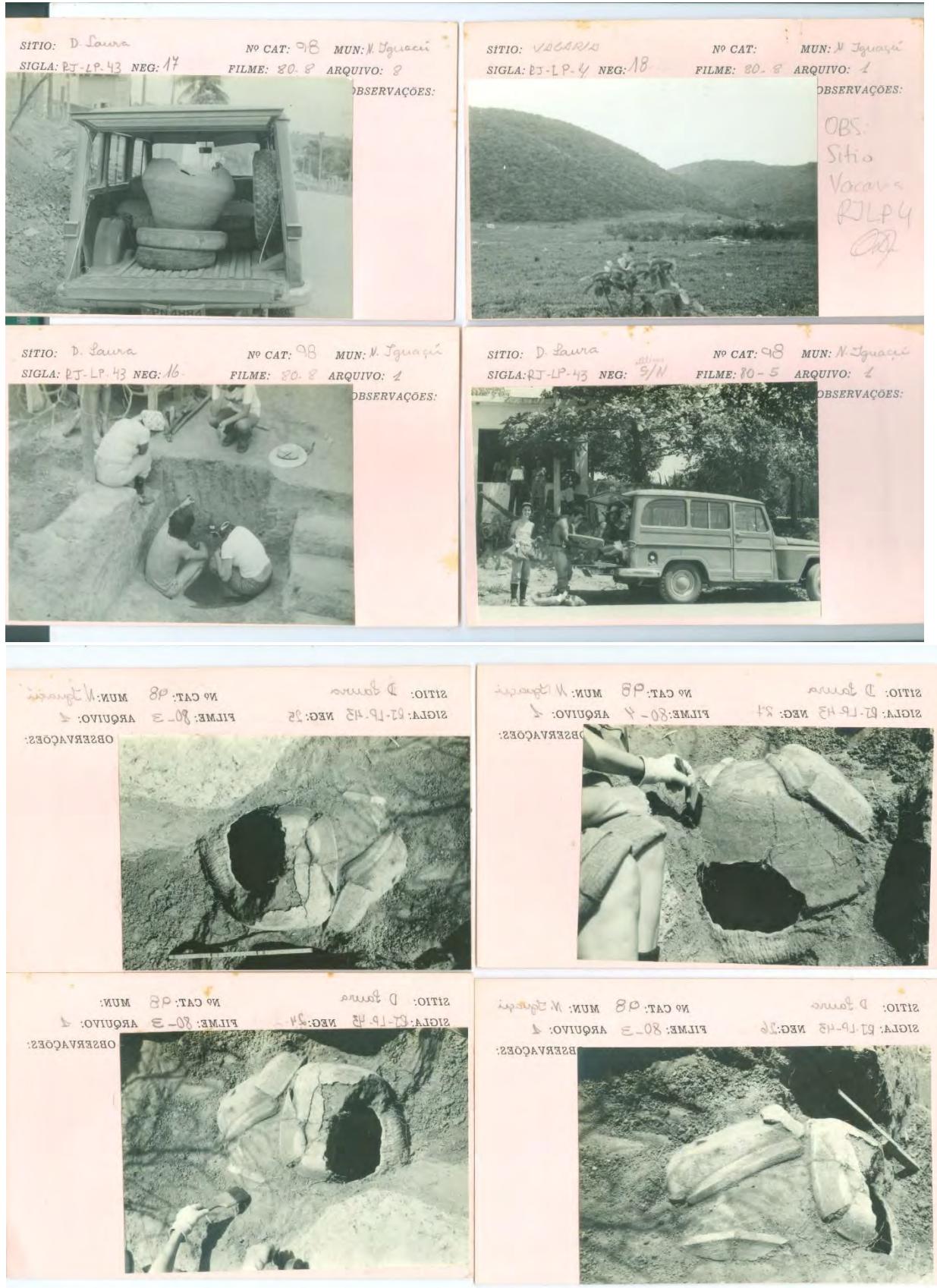












SITIO: D Laura

SIGLA: RJ-LP-43 NEG: 31-

Nº CAT: 98 MUN: N Iguacu

FILME: 80-4 ARQUIVO: 1

OBSERVAÇÕES:



SITIO: D Laura

SIGLA: RJ-LP-43 NEG: 30-

Nº CAT: 98 MUN: N Iguacu

FILME: 80-4 ARQUIVO: 1

OBSERVAÇÕES:



SITIO: D Laura

SIGLA: RJ-LP-43 NEG: 29

Nº CAT: 98

MUN: N Iguacu

FILME: 80-4 ARQUIVO: 2

OBSERVAÇÕES:



SITIO: D Laura

SIGLA: RJ-LP-43 NEG: 28

Nº CAT: 98

MUN: N Iguacu

FILME: 80-4 ARQUIVO: 2

OBSERVAÇÕES:



SITIO: D Laura
SIGLA: RJ-LP-43 NEG: 3-

Nº CAT: 98 MUN: N. Iguaçu
FILME: 806 ARQUIVO: 1

OBSERVAÇÕES:



SITIO: D. Laura
SIGLA: RJ-LP-43 NEG: 5-

Nº CAT: 98 MUN: N. Iguaçu
FILME: 806 ARQUIVO: 1

OBSERVAÇÕES:



SITIO: D Laura
SIGLA: RJ-LP-43 NEG: 4-

Nº CAT: 98 MUN: N. Iguaçu
FILME: 806 ARQUIVO: 1

OBSERVAÇÕES:



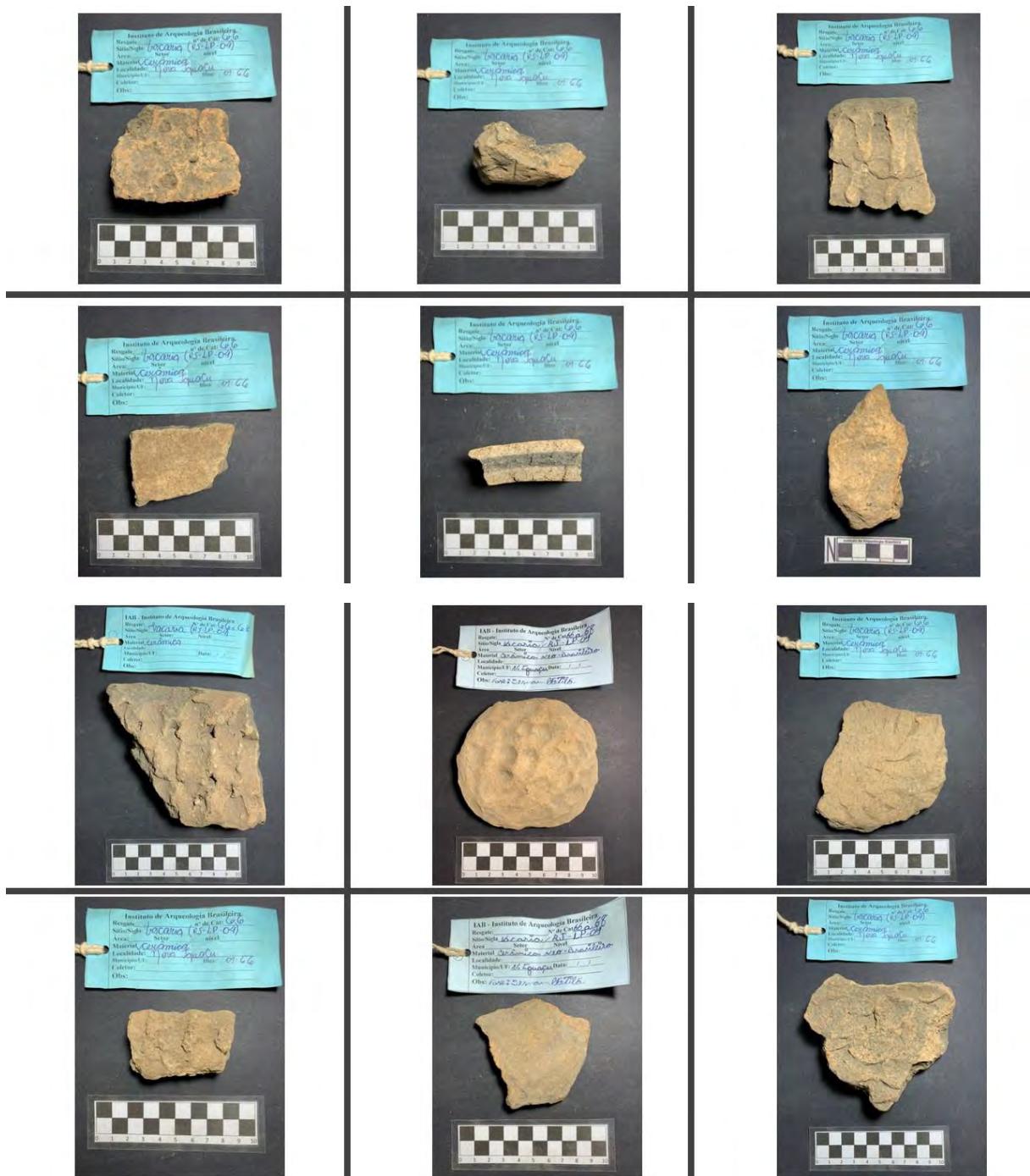
SITIO: D. Laura
SIGLA: RJ-LP-43 NEG: 6-

Nº CAT: 98 MUN: N. Iguaçu
FILME: 806 ARQUIVO: 1

OBSERVAÇÕES:



ANEXO V – Conjunto de artefatos: Sítio Vacaria.





ANEXO VI – Conjunto de artefatos: Sítio da Prata.

